

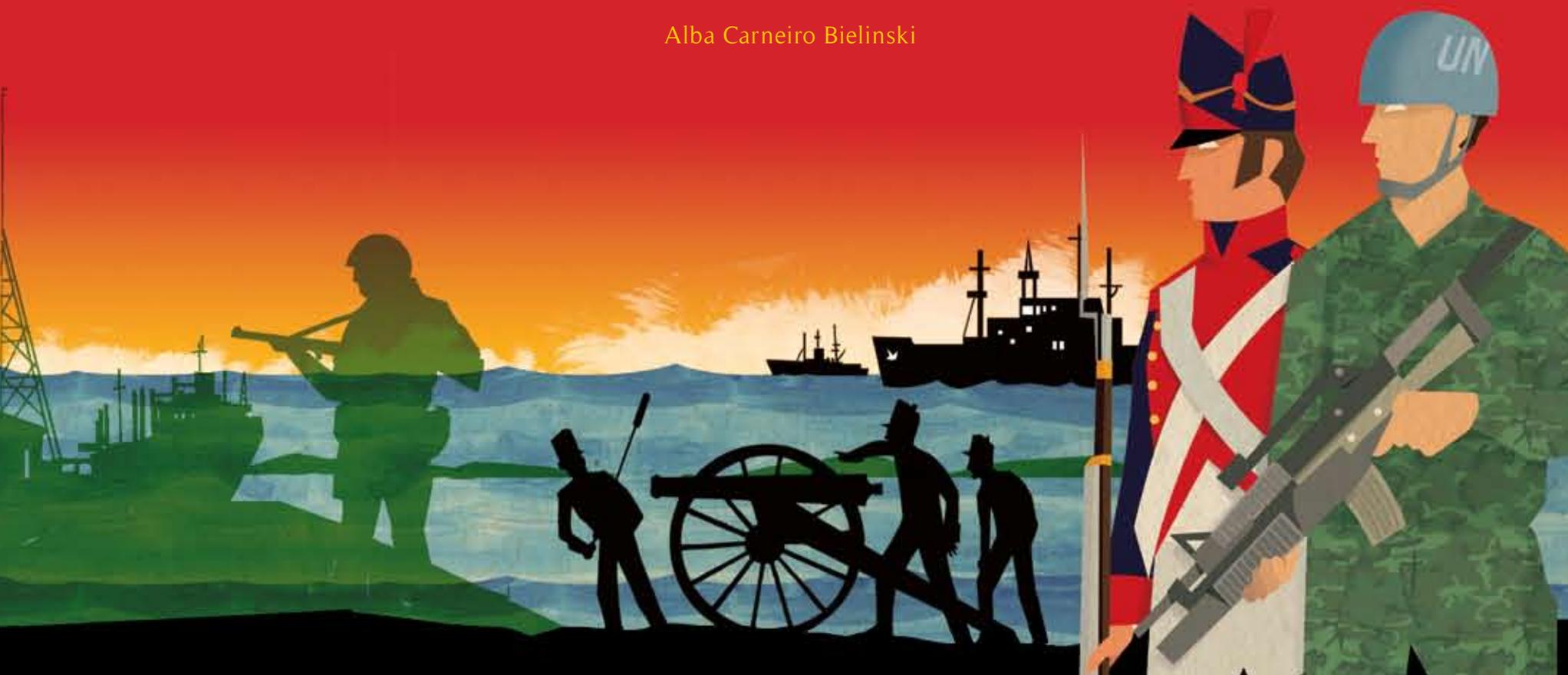


---

# *Os Fuzileiros Navais na História do Brasil*

---

Alba Carneiro Bielinski



Ilustrações  
Murilo Silva e Cintia Viana



---

# *Os Fuzileiros Navais na História do Brasil*

---

Alba Carneiro Bielinski

1ª Edição  
Rio de Janeiro  
Agência 2A Comunicação  
2008



---

---

*Os Fuzileiros Navais na História do Brasil*

---

---

# == Expediente ==

## COMANDANTE DA MARINHA

Almirante-de-Esquadra Julio Soares Moura Neto

## CHEFE DO ESTADO MAIOR DA ARMADA

Almirante-de-Esquadra Aurélio Ribeiro da Silva Filho

## COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

Almirante-de-Esquadra (FN) Alvaro Augusto Dias Monteiro

## DIRETOR DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

Vice-Almirante (EN-RM1) Armando de Senna Bittencourt

## EDITOR-CHEFE

Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) Rogério Lopes da Silva

## COORDENAÇÃO

Capitão-de-Fragata (T) Ronaldo Lopes de Melo

Capitão-Tenente (T) Tonery Washington Pernambucano Júnior

## COLABORAÇÃO

Capitão-de-Fragata (Ref) Antonio Luiz Porto e Albuquerque

## DIAGRAMAÇÃO

Agência 2A Comunicação

## REVISÃO

Marcia Lopes Mensor Lessa

## PESQUISA HISTÓRICA

Capitão-de-Fragata (T) Ronaldo Lopes de Melo

Suboficial (FN-MO) Adelson Oliveira Freitas

Terceiro-Sargento (FN-IF) Marcos Bruno Sobrinho Ferreira

Cabo (FN-EG) Felipe Augusto dos Santos Ribeiro

Soldado (FN) Carlos Alberto Mercado

## ILUSTRAÇÕES

Murilo Silva

Cintia Viana

B587	Bielinski, Alba Carneiro. Os Fuzileiros Navais na história do Brasil / Alba Carneiro Bielinski; ilustrações de Murilo Silva e Cintia Viana. - Rio de Janeiro: Agência 2A Comunicação, 2008.  140 p. : il; 27 cm  Inclui bibliografia. ISBN nº 978-85-61672-03-4  1. Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais – História. I. Título. II. Silva, Murilo. III. Viana, Cintia.  CDD 359.960981
------	--

## *Dedicatória*

---

---

Este livro é dedicado aos Fuzileiros Navais do Brasil,  
que no passado e no presente,  
e na história do nosso país,  
estiveram e estão sempre prontos  
para dizer a palavra de ordem:

ADSUMUS



# Sumário

<i>Preâmbulo</i> _____	09	Parte II - PERÍODO DE 1851-1908 _____	53
<i>Introdução</i> _____	11	1851: Guerra contra Oribe _____	55
Antecedentes históricos da origem do CFN _____	11	1852: Guerra contra Rosas _____	57
Corpo de Fuzileiros Navais e Marinha do Brasil _____	12	1864-1865: Guerra contra Aguirre _____	58
 <i>Trajetoária da Tropa Anfíbia da Marinha do Brasil</i>		1864: Greve de operários em Santos _____	62
Parte I - PERÍODO DE 1808-1850 _____	13	1864-1870: Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai) _____	62
1808: Chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil _____	15	- Batalha Naval do Riachuelo – 11 de junho de 1865	
1808-1809: Conquista de Caiena _____	17	- Cerco a Uruguaiana – 17 de agosto de 1865	
1811: Ocupação da Banda Oriental _____	21	- Invasão do território paraguaio pelas Forças Aliadas – 1866	
1816: Guerra contra Artigas _____	25	- Batalha do Tuiuti – 24 de maio de 1866	
1817: Revolução Pernambucana _____	26	- Batalha de Curuzu – 3 de setembro de 1866	
1821: Início do Processo de Independência _____	28	- Derrota em Curupaiti – 22 de setembro de 1866	
1822-1823: Guerras de Independência _____	30	- Consolidação das posições das Forças Aliadas em território paraguaio – 1867	
Denominações do Batalhão de Artilharia da Marinha _____	32	- Recuo das forças paraguaias – 1868	
1824: Confederação do Equador _____	33	Os Fuzileiros Navais na Guerra do Paraguai _____	70
1825-1828: Guerra da Cisplatina _____	35	Antecedentes históricos da Proclamação da República _____	70
Imperial Brigada de Artilharia da Marinha _____	37	1893-1895: Revolta da Armada _____	71
1828: Motim de irlandeses e alemães _____	39	1903: Conflito entre Peru e Colômbia _____	75
1831: Noite das Garrafadas _____	41	1904: Revolta da Vacina _____	75
1831: Motins contra a Regência Trina _____	43	Novamente, Batalhão Naval _____	77
Corpo de Artilharia da Marinha _____	44		
1832-1833: Repressão ao comércio de escravos _____	46	Parte III - PERÍODO DE 1908-1958 _____	79
1832: Levantes contra a Regência Trina _____	46	1910: Revolta dos Marinheiros _____	81
1835-1840: Cabanagem _____	48	1910: Motim do Batalhão Naval _____	83
1835-1845: Guerra dos Farrapos _____	48	1922: Revolta do Forte de Copacabana (“Os 18 do Forte”) _____	85
1837-1838: Sabinada _____	51	O Regimento Naval _____	87
Batalhão Naval _____	51	1924: Rebelião do Exército e da Força Pública de São Paulo _____	89
1850: Extinção do tráfico negreiro no Brasil _____	52	1925-1927: Coluna Prestes _____	91
		1930: Revolução de 30 _____	93

Corpo de Fuzileiros Navais em 1932 _____	95	Criação do posto de Almirante-de-Esquadra Fuzileiro Naval _____	116
1932: Revolução Constitucionalista de São Paulo _____	97	1985-1987: Operações de Segurança dos Portos _____	118
1935: Intentona Comunista _____	99	1989: Operações Externas de Paz _____	119
Estado Novo _____	100	1992: Operação ECO-92 _____	121
1938: Levante Integralista _____	101	1994-1995: Operação Rio _____	121
1939-1945: Segunda Guerra Mundial _____	103	1995: Embaixadas do Brasil no exterior _____	121
Mudanças no CFN entre 1940 e 1960 _____	105	1995-1997: Missão das Nações Unidas em Angola (UNAVEM) _____	123
		Criação do Ministério da Defesa _____	125
Parte IV - PERÍODO DE 1958-2008 _____	107	1999: Evacuação do Presidente do Paraguai _____	125
Antecedentes históricos da década de 1960 _____	108	2004: Evacuação de não-combatentes no Haiti _____	127
1964: Revolução de 64 _____	109	2004: Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH) _____	129
1965-1966: Força Interamericana de Paz na República Dominicana (FAIBRAS) _____	115		
1965: UNIPOM _____	115	<i>Bicentenário do Corpo de Fuzileiros Navais</i> _____	<i>131</i>
Reorganização do Corpo de Fuzileiros Navais _____	116		
1968-1975: Operação VERITAS _____	116	<i>Referências Bibliográficas</i> _____	<i>135</i>

A História sempre traz compreensão, e só a compreendemos através de uma seqüência de fatos. Um fato histórico não ocorre de forma espontânea; surge de uma sucessão de acontecimentos. A História do Brasil comporta também várias histórias: as que se sucedem e as que se entrelaçam no mesmo tempo e espaço. Muitas delas são conhecidas, mas alguns episódios e detalhes paralelos não são relatados em profundidade e extensão.

Esta é justamente a finalidade deste livro: contar a história do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e ressaltar a sua importância no âmbito da História do Brasil no decorrer de duzentos anos. Essa trajetória está inserida em momentos históricos complexos, e principia no dia 7 de março de 1808 com a chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro, que foi escoltada no traslado para a Colônia pela Brigada Real da Marinha, origem do atual CFN.

O dia é comemorado como data da chegada dos Fuzileiros Navais ao Brasil e da origem da corporação. Todavia, a sua ação no país data desde os tempos coloniais. O Brasil-Colônia, tão longe da Europa, dependia da navegação e da Marinha Portuguesa em vários aspectos. A Armada de Portugal já possuía os chamados marinheiros-artilheiros que desempenhavam tarefas tanto no mar quanto na terra.



## *Antecedentes Históricos da Origem do Corpo de Fuzileiros Navais*

Toda instituição, ao ser criada, parte de necessidades reais, desenvolve-se e reorganiza-se constantemente para atingir objetivos, na busca de maior eficácia e adaptabilidade a novas funções. Assim, a organização da Armada Real de Portugal, em 1317, assinalou o início da Marinha Portuguesa, pois a partir daí a esquadra lusitana se expandiu e empreendeu as grandes navegações.

As funções marinheiras foram definidas em 1618, quando foi criado o *Terço da Armada Real de Portugal* com a finalidade de proteger a navegação contra os ataques dos corsários, operar os canhões das naus lusas e fazer abordagens nos combates navais aproximados.

A primeira ação do *Terço da Armada no Brasil* aconteceu na chamada “Jornada dos Vassalos”, após a ocupação holandesa na Bahia. Foram realizados desembarques e outras ações em 1625 para reconquistar a cidade de Salvador. Por quase meio século, os soldados do Terço, como tropa especializada em abordagens e desembarques, continuaram a garantir a navegação para o Brasil.

Em 28 de julho de 1736, por meio de alvará, o Rei de Portugal, D. João V, criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Posteriormente, D. Maria I, Rainha de Portugal, pelo alvará de 28 de agosto de 1797, criou a *Brigada Real da Marinha de Portugal*. Esse alvará, cujo original encontra-se arquivado na Torre do Tombo, em Lisboa, é considerado também o cerne do *Corpo de Fuzileiros Navais*, pela diferenciação e caracterização das atividades:

*“Eu, a Rainha, faço saber aos que este Alvará com força de lei virem, que tendo-me sido presentes os graves inconvenientes, que se seguem, ao meu Real Serviço e à disciplina da Minha Armada Real, e o aumento de despesa que se experimenta por haver três corpos distintos a bordo das naus e outras embarcações de guerra da Minha Armada Real, quais são os Soldados Artilheiros, os Soldados de Infantaria e os Marinheiros (...) Sou servida mandar criar um Corpo de Artilheiros Marinheiros, de Fuzileiros Marinheiros e de Artífices e Lastradores, debaixo da Denominação de Brigada Real da Marinha (...) Sendo inútil que tropas de embarque sejam exercitadas a grandes Manobras e Evoluções próprias dos Regimentos do meu Exército de Terra, e devendo ser próprias particularmente para defenderem as Embarcações de Guerra, e para fazerem algum Desembarque, e tentar algum Ataque: e sobre objetos análogos a este fim proposto que devem principalmente exercitar-se”.*<sup>1</sup>

A *Brigada Real da Marinha* era, então, constituída por três Divisões, guarnecidas por pessoal agrupado pela qualificação profissional. Assim, a Primeira Divisão era composta de dez companhias de Artilheiros-Marinheiros, cuja missão era guarnecer os canhões de bordo, os fortes e armazéns de pólvora, bem como realizar obras peculiares à artilharia; a Segunda, de doze companhias de Fuzileiros-Marinheiros, era incumbida da realização de desembarques, da defesa dos navios nas abordagens e do Arsenal de Marinha; e a Terceira, de nove companhias de Artífices e Lastradores-Marinheiros, tinha por missão cumprir suas tarefas a bordo dos navios de guerra e operar em Arsenais.

<sup>1</sup> Alvará de Criação da Brigada Real da Marinha, assinado por D. Maria I em 28 de agosto de 1797. O Museu do CFN possui uma cópia fotográfica dos originais, produzida na Torre do Tombo, em Lisboa, onde o documento encontra-se arquivado.

Há mais de dois séculos, portanto, com a criação da Divisão de Fuzileiros-Marinheiros, consagra-se o caráter *sui-generis* de uma Força Anfíbia e a importância da formação, do adestramento, da organização e dos meios específicos que devem subordinar-se ao ambiente marítimo e às condições de guerra no mar.

### *Corpo de Fuzileiros Navais e Marinha do Brasil*

A soberania nacional, a defesa das águas territoriais brasileiras, a garantia do comércio, a exploração do mar, nossa Amazônia Azul, e a manutenção da paz no Atlântico Sul são questões de suma importância para a vida nacional.

A Marinha do Brasil (MB) atua na fronteira litorânea, na vastidão dos oceanos e nos limites fluviais do Brasil – enorme espaço de segurança militar e operacional que demanda mão-de-obra profissional preparada e constantemente treinada. Sua missão e visão de futuro:

*“Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria. Estar pronta para atuar na garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; atuar em ações sob a égide de organismos internacionais e em apoio à política externa do País; e cumprir as atribuições subsidiárias previstas em Lei, com ênfase naquelas relacionadas à Autoridade Marítima, a fim de contribuir para a salvaguarda dos interesses nacionais”.*

*“A Marinha do Brasil será uma Força moderna, equilibrada e balanceada, e deverá dispor de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais compatíveis com a inserção político-estratégica do nosso País no cenário internacional e, em sintonia com os anseios da sociedade brasileira, estará permanentemente pronta para atuar no mar e em águas interiores, de forma singular ou combinada, de modo a atender aos propósitos estatuídos na sua missão.”<sup>2</sup>*

O *Corpo de Fuzileiros Navais* é uma parcela da Marinha do Brasil que tem a missão de atuar nos três ambientes – mar, terra e ar, estando a sua trajetória inserida efetivamente na História do Brasil desde 1808.

<sup>2</sup> Disponível em: <[https://www.mar.mil.br/menu\\_v/instituicao/missao\\_visao\\_mb.htm](https://www.mar.mil.br/menu_v/instituicao/missao_visao_mb.htm)>. Acessado em: 25 de abril de 2008.

---

---

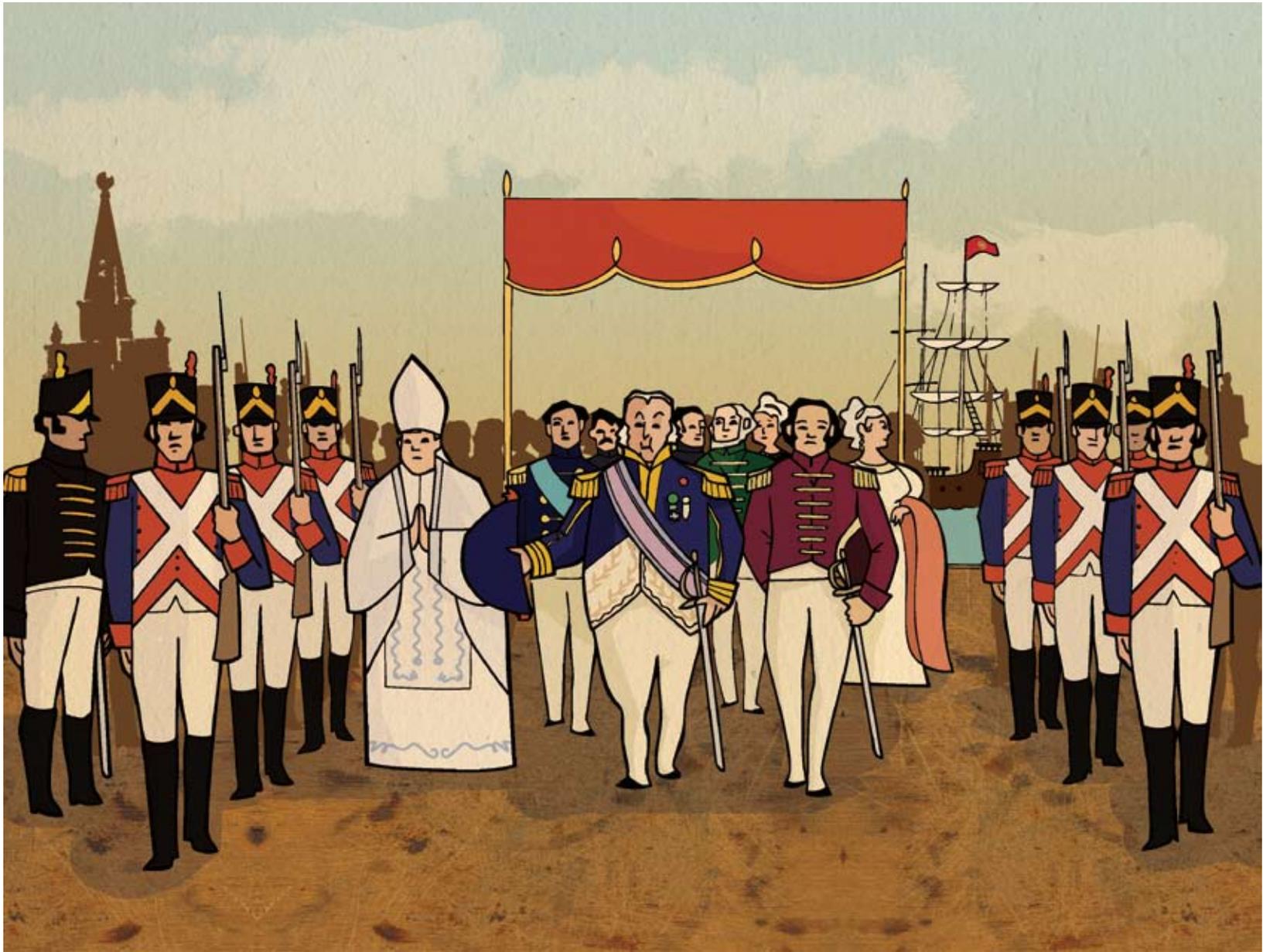
*Trajetória da Tropa Anfíbia  
da Marinha do Brasil*

---

---

*1808 - 1850*

*Parte 1*



*1808 Chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil*

### 1808 Chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil

A expansão e o poderio crescente do Império Napoleônico levaram a Inglaterra a formar uma coligação contra a França. Em 1806, Napoleão decretou o Bloqueio Continental contra a Inglaterra, esperando com tal medida abalar o comércio e a economia inglesa.

D. João, que governava Portugal como Príncipe Regente devido à doença da Rainha, D. Maria I, por algum tempo conseguiu se manter numa certa neutralidade.

Mas, após a decretação do Bloqueio, a França pressionou o governo português com uma série de exigências, tais como: declarar guerra à Inglaterra, fechar os portos aos navios ingleses, incorporar seus navios à esquadra francesa e seqüestrar os bens dos súditos ingleses no país.

Inserido nesse contexto político, o Príncipe Regente achou-se num crucial dilema, pois, se concordasse com o Bloqueio, certamente perderia o Brasil, tendo em vista que a Espanha, que era aliada da França, já estava sofrendo com ataques ingleses em suas colônias na América; ou, se optasse pela Inglaterra, sua aliada, seria invadido.

D. João, então, passou a adotar uma política diplomática amigável tanto com a Inglaterra quanto com a França, a qual não surtiu o efeito almejado. Com a iminente invasão de Portugal pelas tropas francesas, D. João decidiu transferir o governo para o Brasil, após a assinatura de um convênio secreto no qual a Inglaterra se comprometia a dar cobertura naval à transmigração da Família Real e de toda a Corte para o Brasil.

Essa deliberação, de extrema sagacidade político-administrativa, havia muito tempo era vislumbrada e pretendida. Ela preservou o poder real, o reino e a sua maior colônia ao deslocar a sede do governo português para o Brasil.

Escortando a Real Expedição estavam os navios da esquadra inglesa. A *Brigada Real da Marinha*, tropa de elite de Portugal, fazia a segurança da Família Real a bordo da Esquadra Portuguesa.

Uma terrível tempestade dispersou a frota e alguns navios, entre os quais o que transportava o príncipe, aportaram em Salvador no dia 22 de janeiro de 1808. Na Bahia, D. João aboliu o monopólio do velho sistema colonial por meio da famosa Carta-Régia de 28 de janeiro, a qual determinava a abertura dos portos brasileiros ao comércio franco com todas as nações amigas de Portugal, pois o Erário Real não podia prescindir da fonte de rendas que eram as tarifas aduaneiras.

D. João e sua comitiva, vindos da Bahia, chegaram à cidade do Rio de Janeiro em 7 de março de 1808, instalando a Corte na nova sede do governo português. Foi um fato inédito na história: um governo inteiro e a corte numa colônia. Mas o desembarque foi programado para o dia seguinte, em meio a jubilosas festas.

A *Brigada Real*, encarregada da artilharia e da defesa dos navios da realeza, quando desembarcou suas praças realizou um desfile na cidade, tendo à frente sua banda marcial executando dobrados e trajando vistosos uniformes. No Rio de Janeiro, ela ficou instalada a bordo dos navios e nos quartéis da Armada.

D. João estabeleceu várias medidas econômicas que beneficiaram o desenvolvimento brasileiro, como: liberdade de criação de indústrias ou fábricas no Brasil, construção de estradas, reformas em portos, criação do Banco do Brasil e instalação da Junta de Comércio. No âmbito cultural, o Príncipe Regente fundou o Museu Nacional, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e o Observatório Astronômico. Também instituiu a Imprensa Régia – fato importante, pois antes era proibida, no Brasil, qualquer forma de tipografia ou imprensa. Foram organizadas a Academia de Marinha e a Academia Real Militar – esta não apenas formava oficiais do exército, mas também engenheiros, geógrafos e topógrafos para as obras públicas. E, com o Real Teatro, D. João contribuía para dar ao Rio de Janeiro o “importante aspecto” de uma cidade com características européias.

A estada de D. João e sua Corte no país transformou o Rio de Janeiro e o Brasil no centro político do Império Português e lançou raízes para a futura emancipação brasileira.

A chegada ao Rio de Janeiro, no dia 7 de março de 1808, é considerada o marco zero da história do *Corpo de Fuzileiros Navais*, pois a *Brigada Real da Marinha* nunca mais retornou a Portugal.

## 1808-1809 Conquista de Caiena

Ainda em 1808, pouco depois da chegada ao Brasil, os Fuzileiros-Marinheiros, como eram chamados à época, se integraram à expedição que rumava para a Guiana Francesa.

Devido à invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, D. João determinou a invasão de Caiena, sede da administração francesa na Guiana.

Em 2 de maio de 1808, foi divulgado às potências da Europa, e ao mundo inteiro, o Manifesto do Príncipe Regente declarando guerra à França:

*“Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, no seio do novo Império, que veio criar na América Meridional, levanta a sua voz, e expõe com energia e dignidade os sacrifícios, que, por muitos anos, houvera feito para conservar a tranqüilidade do seu povo comprando por muitos milhões de cruzados uma neutralidade pacífica, que o pérfido Napoleão, Imperador dos franceses, por vezes vendeu, e que logo ele mesmo quebrava, para ter o pretexto de nova negociação: patenteia as traições, as intrigas, e infames manobras, que o mesmo Imperador maquinou por meio dos seus enviados, e agentes, a fim de perturbar a nação portuguesa, e abalar a estabilidade do trono: enfim depois de lembrar a toda a Europa a execranda perfídia, com que o dito Imperador invadiu o Reino de Portugal e o ocupou, declara Sua Alteza Real guerra a Napoleão e aos franceses, permite aos seus vassallos da Europa, do Brasil, e Domínios Ultramarinos o repelir, por mar, e por terra, os seus inimigos e fazer-lhes guerra. Declara Sua Alteza nulos, e de nenhum efeito todos os tratados, que o Imperador dos franceses o obrigou a assinar, e que jamais deporá as armas, senão de acordo com o seu antigo e fiel aliado, Sua Majestade Britânica, e que não consente, nem consentirá em caso algum da cessão do Reino de Portugal, que forma a mais antiga parte da herança, e dos direitos da sua real família. Este manifesto no qual tanto reluz a verdade, e a justiça da causa do Príncipe Regente Nosso Senhor, foi bem recebido na Europa, e com especialidade pelos ingleses, e abriu os olhos a muita gente, a quem Napoleão havia fascinado com as suas imposturas e deslealdade.”<sup>3</sup>*

Assim, a primeira missão de combate dos Fuzileiros-Marinheiros no Brasil foi a invasão da Guiana Francesa, ordenada em represália à invasão de Portugal.

Em outro decreto, de 10 de junho, ordenou D. João que “*por mar, e por terra se lhes façam todas as hostilidades*”, autorizando o corso e os armamentos que seus vassallos quisessem no intuito de propor-se contra a França.

<sup>3</sup> SANTOS, Luiz Gonçalves dos. Memórias para servir à História do Reino do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Zélio Valverde, 1943. v.2. ed.1. p.250.

Mas antes, em 13 de maio de 1808, o Príncipe Regente, por meio de decretos e alvarás, regulou o corpo da *Brigada Real da Marinha* e o soldo que haveriam de receber os membros dessa instituição, além de criar a Contadoria Real da Marinha para o expediente do corpo militar, a Biblioteca da Academia Naval e dar outras providências.<sup>4</sup>

O governador do Pará, recebeu, em 22 de julho de 1808, ordem régia para fazer marchar rapidamente, e não antes de receber de Pernambuco as tropas de infantaria e artilharia e as forças de mar e terra, a fim de tomar posse solene e estabelecer um destacamento à margem direita do Oiapoque, de modo a promover a reintegração dos justos limites da Capitania do Pará.

O governador organizou, com recursos escassos, uma Força Naval com embarcações de pequeno porte, conduzindo cerca de trezentos homens para o desembarque na Guiana Francesa. A partida aconteceu em outubro.

O Corpo de Fuzileiros-Marinheiros embarcou na esquadra em 5 de novembro de 1808 para a invasão à Guiana Francesa. No dia 13 de dezembro, com escalas na Bahia, no Maranhão e em Belém do Pará, chegou ao Cabo Norte a esquadra procedente do Rio de Janeiro, composta da fragata *Confidence*, dos brigues *Voador* e *Infante D. Pedro*, da escuna *General Magalhães*, e dos cúteres *Vingança* e *Leão*.

Logo em seguida, começou o ataque aos pequenos fortes situados às margens do rio Aproak, que impediam o prosseguimento da missão. Em 7 de janeiro de 1809, foram conquistados os dois últimos fortes, o que permitiu o desembarque da tropa que estava nos navios nas praias de Caiena, manobra que os ingleses chamam “*littoral war*”. O destacamento ocupou o território da Guiana, cooperando ativamente nos combates travados até a vitória em 12 de janeiro de 1809 e garantindo para o Brasil parte do atual estado do Amapá.<sup>5</sup>

O ofício de 29 de janeiro de 1809, do governador da Capitania do Pará, dava:

*“ao Príncipe Regente a certeza de que a colônia Francesa de Caiena se havia rendido por capitulação ao seu soberano domínio, depois de vários ataques. (...) O comandante dessa expedição, o Tenente-Coronel Manoel Marques, havendo-se senhoreado em dois dias de todos os pontos fortificados, que da parte do continente defendiam a passagem para a ilha de Caiena, em virtude da capitulação, que os franceses ofereceram, e que foi assinada aos 12 de janeiro, entrou na praça aos 14, e nela ancorou a Real Bandeira Portuguesa, solenizando este ato com uma salva de vinte e um tiros de artilharia. Segundo a capitulação, a guarnição francesa evacuou a praça, saindo com todas as honras de guerra, devendo ser mandada para a França em embarcações portuguesas. (...) Grande foi o contentamento nesta Corte pelo feliz sucesso das nossas armas na conquista desta parte da Guiana”.*<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Idem, p.257.

<sup>5</sup> LEIVAS, Luís Cláudio Pereira; GOYCOCHÊA, Luís Felipe de Castilhos. A Conquista de Caiena. In: História Naval Brasileira. v.2. t.II. p.411.

<sup>6</sup> Idem, p.299.

*Período de 1808-1850*



*1808-1809 Conquista de Caiena*

Como prêmio, D. João mandou cunhar uma medalha de prata comemorativa da Tomada de Caiena, em cujo averso estava sua figura em perfil coroada de louros e no reverso a data de 14 de janeiro de 1809, com a inscrição: *Caiena tomada aos franceses*.<sup>7</sup>

A ocupação da Guiana Francesa tornou-se importante, pois de lá foi enviada uma preciosa coleção de plantas frutíferas e de especiarias para a Corte. Muitas dessas plantas ficaram no Pará e em Pernambuco, e grande número delas chegou ao Rio de Janeiro a bordo do brigue *Vulcano*; em seguida, o lote foi remetido para o Real Jardim da Lagoa Rodrigo de Freitas. Juntamente com essa remessa de plantas, vieram canas sacarinas de Caiena, que trariam grandes vantagens à cultura, ao fabrico do açúcar e à destilação das aguardentes. Além disso, a ocupação contribuiu para a fixação da fronteira brasileira, pois, quando da sua devolução, em 1817, ficaram tacitamente estabelecidos os limites do Oiapoque, tornados definitivos, posteriormente, pela atuação do Barão do Rio Branco, que teve o respaldo de argumentos histórico-cartográficos.

Essa missão foi o batismo de fogo dos Fuzileiros Navais. A campanha em Caiena evidenciou que os componentes da *Brigada* possuíam um diferencial: a vocação anfíbia. Eram destemidos combatentes de mar e de terra.

Ao retornarem, após a Campanha da Guiana, os Fuzileiros-Marinheiros foram aquartelados em 21 de março de 1809, por determinação do Ministro da Marinha, D. João Rodrigues Sá e Menezes, o Conde de Anadia, na Fortaleza de São José da Ilha das Cobras, ocupando os velhos edifícios em que estavam instaladas as prisões-masmorras. A Fortaleza, a partir de então, passou a ser a sede do *Corpo de Fuzileiros Navais* no Brasil.<sup>8</sup>

No livro *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, de Luiz Gonçalves dos Santos, também conhecido como Padre Perereca, há a seguinte citação (pág. 290):

*“Tendo o Senado da Câmara desta cidade, desde que ela foi fundada, festejado sempre com pompa o nosso glorioso padroeiro, o mártir S. Sebastião, precedendo três noites de luminárias gerais ao festivo dia 20 de janeiro, Sua Alteza Real, para maior esplendor desta solenidade, ordenou que também se iluminasse o seu Real Palácio, e que no começo e fim das iluminações salvasse a Fortaleza da Ilha das Cobras e que assim se praticasse para o futuro”.*

Ressalta-se que a palavra “*salvasse*”, do verbo “salvar”, significa dar salvas de tiro em homenagem ao padroeiro da cidade. A partir do ano de 1809, a Fortaleza da Ilha das Cobras e os seus novos ocupantes – os Fuzileiros-Marinheiros – começaram a desempenhar um papel significativo nos festejos de São Sebastião.

Quanto ao aquartelamento dos fuzileiros, verifica-se, em vários textos, que o estado da Fortaleza da Ilha das Cobras era precário e necessitava de extensas reformas. A sua preservação se deve aos Fuzileiros Navais que, ao assumirem o espaço como sua sede e base, conservaram esse patrimônio inestimável da arquitetura colonial militar do Brasil.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/especiais/museu/tp61.htm>>. Acessado em 25 de agosto de 2008. Acervo do Museu Mariano Procópio.

<sup>8</sup> MARQUES, Antero José. Livro Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. ed.2. p.121.

## 1811 Ocupação da Banda Oriental

Em 1811, novos acontecimentos no Sul provocaram a ocupação da Banda Oriental, atual Uruguai. As pretensões imperialistas portuguesas de estender os seus domínios até a região platina eram antigas, tanto que, no século XVIII, chegou a estabelecer a Colônia do Sacramento, a fim de iniciar um povoamento estratégico na região. Acabou gerando conflitos entre espanhóis e portugueses. E, mesmo depois dos tratados e acordos assinados, Portugal continuou a manter o interesse pelo domínio da região.

Acontecimentos turbulentos tiveram como consequência guerrilhas que chegaram, inclusive, a perturbar a fronteira com o Rio Grande. O chefe do movimento pela independência do Uruguai era D. José Artigas, que se opunha à autoridade de D. Francisco Xavier Elío, Vice-Rei do Rio da Prata e que havia escolhido por sede do seu governo a cidade de Montevidéu.

As tropas de Buenos Aires e do caudilho D. José Artigas cercaram Montevidéu, causando sérias dificuldades para D. Francisco Xavier Elío, que solicitou ajuda ao governo luso para conter o avanço dos insurgentes. Em 1811, teve início a ocupação da Banda Oriental.

Atendendo rapidamente ao apelo do Vice-Rei do Rio da Prata, D. João expediu ordens para que uma tropa luso-brasileira invadisse o território uruguaio. Novamente, os Fuzileiros Navais, agora compondo uma tropa, receberam uma missão de importância e de difícil cumprimento. Um destacamento com efetivo de quatro mil soldados, sendo 625 Fuzileiros-Marinheiros, embarcou na esquadra que partiu do Rio de Janeiro com destino às operações de guerra no Rio Grande do Sul e na Banda Oriental. Atuaram em conjunto com as forças do Exército, lutando nos combates de Cerro Largo e Paissandu. Nesse episódio, dezoito fuzileiros navais foram mortos em combate.

A intervenção portuguesa apressou a derrota sofrida pelos amotinados. Em 26 de maio de 1813, com o patrocínio da Inglaterra, um armistício foi firmado, convencendo D. João a retirar as tropas da região. A Inglaterra estava preocupada com o seu comércio exterior, e não lhe interessava a anexação das colônias espanholas localizadas na região do Rio da Prata ao império luso-brasileiro, plano expansionista pretendido por D. João ao enviar o providencial reforço para Montevidéu. Após o armistício, as tropas luso-brasileiras foram compelidas a se retirarem do território da Banda Oriental.<sup>9</sup>

Dada a importância do ocorrido, D. João, Príncipe Regente, instituiu a Medalha Militar da Campanha da Banda Oriental. Sobre a referida condecoração, foram encontrados os seguintes dados no *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*:

<sup>9</sup> BOITEUX, L. Alexandre. Nossas Campanhas Navais. pp.525-526.



*1811 Ocupação da Banda Oriental*

*“Por Decreto de 20 de janeiro de 1813, do Príncipe Regente, o Sr. D. João, foi concedido aos indivíduos do Exército Pacificador que fez as campanhas de Montevideu, de 1811 e 1812, uma medalha elíptica no braço direito, conforme o desenho que baixou com o decreto. Os oficiais gerais a trarão dourada; os oficiais, cadetes e empregados civis, de prata; os oficiais inferiores e soldados, de estanho. Os indivíduos que fossem feridos terão na mesma um furamen [sic] indicando uma cicatriz. A Provisão de 8 de outubro de 1822 faz alteração naquele decreto, e concedeu, conforme os desenhos nº 1 e 2, medalhas; 1º aos que serviram em todas as campanhas de 1811 e 1812, e nas de 1815 até 1820; e 2º somente aos que fizeram as duas campanhas de 1811 e 1812. Os oficiais gerais, oficiais inferiores, soldados, cornetas e tambores trarão a medalha pendente por uma fita amarela ao lado esquerdo do peito. Aos oficiais gerais é permitido trazerem pendente ao pescoço a medalha nos dias de gala”.<sup>10</sup>*

No entanto, Artigas não se conformou com o armistício e continuou com as hostilidades, pois almejava a independência e a autonomia da sua terra natal.

Em 1815, a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves formalizou a autonomia administrativa, legitimou a permanência da Corte no país e neutralizou as manobras de emancipação política por um tempo. Contudo, logo provocou conseqüências e um sério abalo em Portugal.

Essa elevação a Reino Unido ocorreu por ocasião do Congresso de Viena, em 1814/1815, através do qual se reorganizou o mapa político europeu, após a derrota de Napoleão. Mas, como o Congresso de Viena só reconhecia Portugal como sede do reino, a posição da Corte no Brasil-Colônia não era legítima. O direito de D. João, para ser reconhecido, estava sujeito ao seu retorno a Portugal. Assim, através da Lei de 16 de dezembro de 1815, D. João resolveu o impedimento com a elevação do Brasil à categoria de Reino, legitimando a sua permanência e a da Corte no país. Em 9 de março de 1816, o Príncipe Regente D. João foi aclamado rei e passou a usar o título de D. João VI.

<sup>10</sup> *Almanaque Laemmert: 1851*. p.26. Acervo iconográfico do Museu do CFN.



*1816 Guerra contra Artigas*

### 1816 *Guerra contra Artigas*

Os conflitos na Banda Oriental se sucederam até o ano de 1816, quando Portugal teve que atuar novamente na região do Rio da Prata, pois Artigas tornara-se detentor de um poder incomparável na região, e as lutas fomentadas por ele levaram à intervenção portuguesa na Banda Oriental a fim de afastar as fronteiras brasileiras desses efeitos.

Tropas luso-brasileiras foram enviadas para a ocupação de Montevidéu. No dia 15 de abril de 1816, um destacamento de Fuzileiros-Marinheiros embarcou na esquadra comandada pelo Conde de Viana com destino ao Rio Grande do Sul e à Banda Oriental, onde Artigas, com suas incursões e atos de hostilidade, obrigava o Brasil a manter forças consideráveis de terra e mar. As forças brasileiras combateram em São Borja, São Gabriel, Colônia do Sacramento, Cerro Largo e no bloqueio de Montevidéu em janeiro de 1817, quando as tropas luso-brasileiras entraram vitoriosas no porto, bloqueado pelas forças navais. A bandeira portuguesa passou a dominar e, por pouco tempo, sucedeu-se um período de paz e tranqüilidade.

A política de D. João VI provocou outras duas reações. A primeira foi a Revolução de 1817, no Nordeste, e a segunda, em Portugal – a chamada Revolução do Porto, de 1820, que era contra a continuidade de D. João VI no Brasil, a política liberal em relação ao comércio do país, que estava prejudicando a economia portuguesa, e, além disso, preconizava a volta do Brasil à situação de colônia.

Com a chegada a Montevidéu da notícia do movimento liberal do Porto, os soldados, à revelia, levantaram-se em 20 de março de 1821, proclamando a Constituição das cortes de Lisboa e exigindo serem considerados pertencentes ao Reino Português.

Em abril de 1821, o governo da Banda Oriental enviou um relatório da situação ao titular da pasta da Marinha. Diante das informações e a fim de aplinar contratempos que pudessem suceder ao governo do Príncipe Regente na Cisplatina, D. João VI, antes de partir para Europa, enviou instruções ao comandante-chefe do exército de ocupação para convocar, em Montevidéu, um congresso de representantes daquela província para que decidissem se queriam um governo autônomo ou se continuariam unidos ao Brasil.

Realizaram-se as eleições, em cumprimento às ordens régias, e, em 18 de julho de 1821, reuniu-se o Congresso Cisplatino. A decisão tomada em 31 de julho foi favorável à incorporação da Banda Oriental ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Alagoas, com denominação de Estado Cisplatino a Portugal.

## 1817 *Revolução Pernambucana*

Em 1817, teve início a Revolução Pernambucana, pois eram fortes o sentimento nativista e o antagonismo entre os reinóis e os brasileiros na região. Paralelamente, os reflexos da Revolução Francesa, da Independência dos Estados Unidos e da emancipação política de colônias espanholas na América inspiravam iniciativas revolucionárias.

As elites agrárias nordestinas empenhavam-se na extinção dos privilégios e dos monopólios para o estabelecimento do livre comércio. Eram pesadas as taxas impostas aos agricultores do Norte e Nordeste, especialmente os produtores de cana e aguardente de Pernambuco, e a comercialização desses produtos permanecia como monopólio de mercadores lusitanos. Esses produtores tinham dificuldades para atender à avidez da Corte, que exigia recursos crescentes para fazer frente às despesas com as guerras do Rio da Prata e com a modernização do Rio de Janeiro.

A idéia de emancipação era discutida nas reuniões das sociedades secretas, como nas Academias de Jaboatão e dos Suassunas, mas também nos quartéis e no seio do clero, e se constituiu em um perigoso fator para a eclosão da revolução.

As denúncias caíram no vazio até que um português que injuriava os brasileiros foi espancado por um oficial do “Regimento dos Henriques”. Pouco depois, o governador de Pernambuco, diante de uma denúncia formal de conspiração, mandou prender os acusados. Descobriu-se que havia uma conspiração, comprometendo senhores de terra, padres, comerciantes e vários militares de prestígio, e que o levante seria no dia 16 de março de 1817. O governo começou a efetuar a prisão dos líderes civis e militares, que não ocorreu como o esperado. E, no dia 6 de março de 1817, a revolução ganhava as ruas, alastrando-se por outras guarnições, sendo os presos libertados. O governador procurou refúgio no Forte do Brum e, sem condição de resistir, assinou o ultimato pelo qual entregava o governo aos insurretos.

Organizou-se o governo revolucionário. A revolução espalhava-se pelo Nordeste: Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas aderiram ao movimento.

Enquanto isso, D. João VI, no Rio de Janeiro, compunha uma contra-ofensiva reunindo todos os contingentes militares disponíveis para esmagar a insurreição. O governador da Bahia, Conde dos Arcos, providenciava a organização de tropas militares que partiriam por terra e por mar para restaurar o domínio português. Do Rio de Janeiro seguiram uma esquadra e uma expedição terrestre.

O plano era atacar em duas frentes: bloquear Recife pelo mar e impedir a retirada dos rebeldes por terra. Para resistir, o governo revolucionário contava com três mil homens em armas, tropas formadas por militares do Exército regular engrossado por civis dispostos a combater pela revolução. Os revolucionários não contavam com a atuação da Marinha de Guerra com seus Fuzileiros Navais, ponto fraco que as Forças da Coroa souberam explorar. Alguns combates foram registrados em Vitória de Santo Antão, Pau d’Alho, Brejo da Areia e Campina Grande. Vilas como Mamanguape, no interior da Paraíba, resistiram casa por casa, mas a desigualdade de forças obrigou os rebeldes a mudar a tática. Passaram, então, a estabelecer núcleos, de onde saíam para fustigar as tropas, utilizando

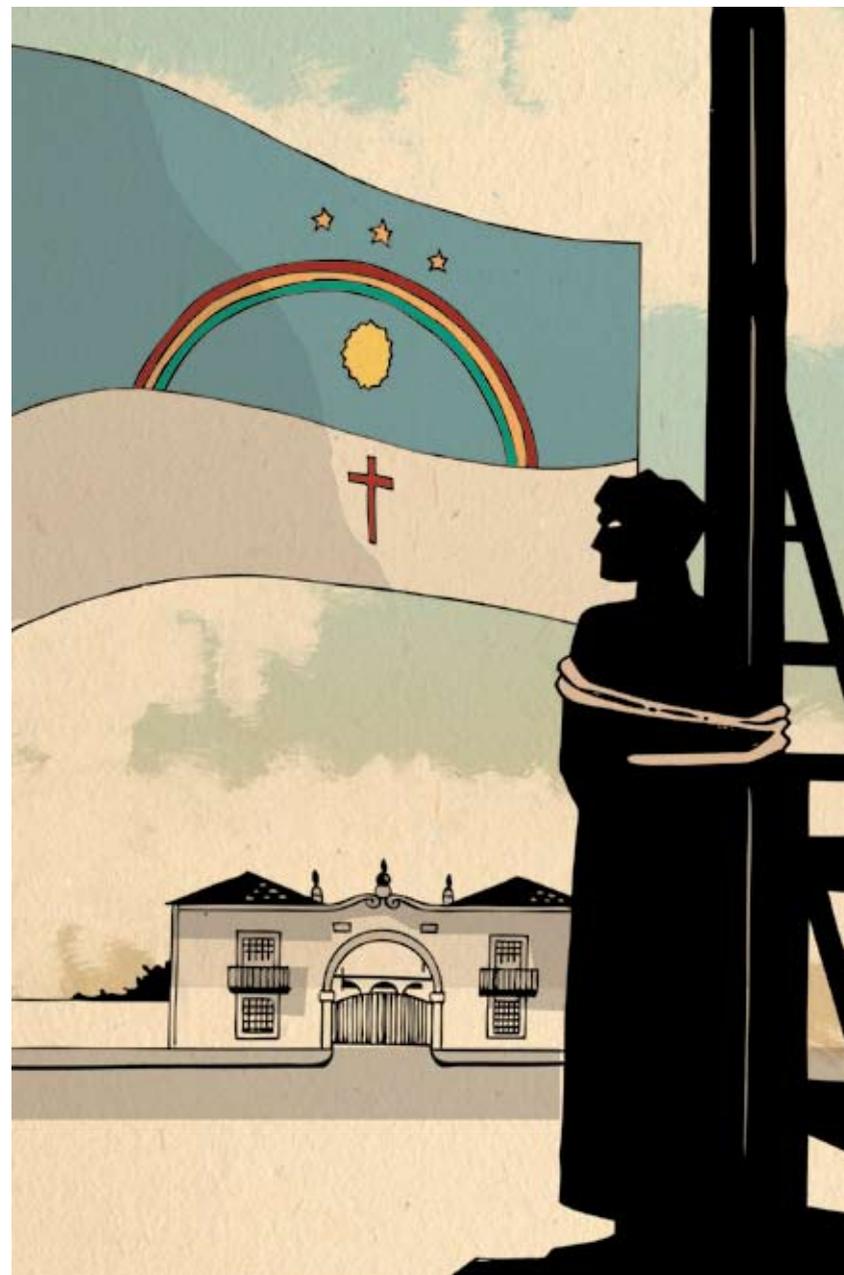
## Período de 1808-1850

os antigos métodos de guerrilha. A repressão, por sua vez, avançava. O cerco se fechava sobre Pernambuco, e na capital a situação já era desesperadora, pois a comida começava a faltar. O governo provisório tentou assumir o controle da situação, mas o que conseguiu foi negociar as condições de rendição.

No dia 19 de março de 1817, as tropas reais desembarcaram em Recife. Seguiram-se nove meses de prisões, julgamentos e execuções. Finalmente, em 6 de fevereiro de 1818, D. João VI mandou suspender a devassa. Os réus sem culpa formada foram libertos e os demais, remetidos à prisão em Salvador. Ao todo, 117 rebeldes foram libertos em 1820.

A notícia da Revolução do Porto chegou ao Brasil em fins de 1820 e D. João VI ficou indeciso quanto a voltar para Portugal. Nesse meio tempo, a revolução propagou-se para o Brasil com a adesão dos militares portugueses, que instigavam D. João VI a jurar o projeto de Constituição elaborado pelas Cortes de Lisboa e a regressar a Portugal. Para não perder o controle da situação e, sem alternativa, D. João retornou a Portugal, nomeando como Regente do Brasil seu filho e herdeiro, o Príncipe D. Pedro.

Quando do retorno para Lisboa, em 1821, D. João VI assinou o Decreto de 21 de abril no qual determinava a permanência de um Batalhão de Fuzileiros-Marinheiros da *Brigada Real da Marinha*, destacado no Rio de Janeiro. Assim, foi definida a atuação do Batalhão de Fuzileiros-Marinheiros a serviço do Brasil e do novo regente. Nos atos oficiais, esse batalhão era apontado como *Batalhão Nacional e Real da Marinha*.



1817 *Revolução Pernambucana*

## 1821 Início do Processo de Independência

Como mencionado anteriormente, em 31 de julho de 1821 foi incorporada ao Brasil a Província Cisplatina, atual Uruguai. Essa ação foi amplamente facilitada pelos conflitos entre as províncias argentinas e a de Buenos Aires, que, por sua posição estratégica no estuário, pretendia impor sua supremacia no Rio da Prata. Entretanto, havia insatisfação pela nova situação política do Uruguai. A instabilidade na região persistia não só pelas diferenças do idioma, da origem e das tradições que não permitiam uma completa integração, mas também pelo anseio de muitos em emancipar a sua terra, o que causaria conflitos em 1826.

Em Portugal, avançavam as desavenças e o desagrado em relação ao Brasil, apesar da volta de D. João. Essa circunstância fez com que os portugueses ambicionassem, por todos os meios, reverter a condição do Brasil de reino para colônia, o que acelerou, a partir daí, fases decisivas em direção à independência política do país.

Portugal pressionava o Príncipe Regente D. Pedro para o exato cumprimento das determinações vindas da Metrópole e a volta imediata para Portugal. Numerosos brasileiros e alguns portugueses simpáticos à Independência apoiavam o regente D. Pedro, temerosos da volta do príncipe e, conseqüentemente, da recolonização do Brasil.

No Rio de Janeiro, a situação se agravava. Exaltavam-se os ânimos entre brasileiros e portugueses. D. Pedro decidiu enfrentar a arrogância dos militares portugueses e decretou o recrutamento geral e a formação de unidades de tropa brasileira que lhe amparassem a autoridade, em oposição à existente tropa de militares portugueses.

No chamado Dia do Fico, 9 de janeiro de 1822, marcado para a audiência da entrega da petição dos fluminenses, D. Pedro recebeu representação de várias partes do país. Tomou, então, a decisão de não cumprir as ordens para retornar a Lisboa, de forma ostensiva e sob a aclamação popular. Os militares portugueses se irritaram e planejaram aprisionar o príncipe e bombardear a cidade do morro de São Januário. Os Fuzileiros-Marinheiros, apoiando D. Pedro, abriram fogo com os canhões da Fortaleza de São José sobre a tropa formada por simpatizantes de Portugal, o que levou à capitulação depois de séria resistência. O comandante português foi mandado retirar-se para a Praia Grande, sob a vigilância dos navios da Esquadra e dos Fuzileiros Navais que ocuparam a Ilha da Boa Viagem. Em 8 de fevereiro, D. Pedro embarcou as tropas fiéis aos interesses de Portugal em navios fretados que seguiram para a Europa.

Em maio, chegou uma esquadra portuguesa trazendo tropa de reforço para o Rio de Janeiro. O Príncipe Regente mandou impedir o desembarque, consentindo que só os soldados e marinheiros que quisessem prestar serviço à causa do Brasil desembarcassem.

No final do mês, a Esquadra regressou, deixando a fragata *Carolina*, cuja guarnição optou pelo Brasil, tendo se alistado 48 fuzileiros navais e 73 soldados do Exército. Em 23 de agosto, D. Pedro decretou que as tropas estrangeiras que tentassem desembarcar sem consentimento prévio seriam consideradas inimigas, inclusive as forças armadas de Portugal.

Os Fuzileiros-Marinheiros, como força militar organizada, concorreram para a expulsão das tropas militares portuguesas contrárias ao novo Império.

O Brasil tornou-se Império em 7 de setembro de 1822, quando, às margens do Riacho do Ipiranga, foi proclamada a independência pelo Príncipe Regente, que se tornou o primeiro Imperador do Brasil, com o título de D. Pedro I.

D. Pedro I reorganizou o *Batalhão da Brigada Real da Marinha*, que passou a ser denominado *Batalhão de Artilharia da Marinha do Rio de Janeiro* por meio do Decreto de 24 de outubro de 1822, para que “*não parecesse depender ainda daquele corpo que existe em Portugal*”. O novo Batalhão tinha o efetivo de 54 oficiais, 74 sargentos, 71 cabos, 3.759 soldados-artilheiros, além de 38 músicos e 36 corneteiros, sendo que, do total, 993 homens se encontravam a bordo dos navios da esquadra que operavam no litoral brasileiro e 420 nas guarnições das fortalezas e estabelecimentos da Marinha. Com a nova denominação, o batalhão operou nas lutas para a consolidação da independência, pois em vários pontos do país eclodiram reações motivadas pela persistente ameaça de recolonização.

As resistências portuguesas continuavam ativas e criavam entrechoques com os brasileiros, que desejavam a elaboração de uma Constituição baseada nos princípios de soberania nacional e do liberalismo econômico, e de caráter não absolutista. Em vários pontos do país, eclodiram reações aos portugueses e a seus intentos de recolonização.

Entre 1822 e 1823, foram embarcados em diversos navios da Esquadra 2.343 praças do *Batalhão de Artilharia da Marinha do Rio de Janeiro*. A Força Naval, contribuindo para a integridade do imenso Território Nacional, participou, assim, das lutas que surgiam para a consolidação da Independência, vencendo os portugueses num cenário dominado pelo mar na Bahia, no Piauí, no Maranhão, no Grão-Pará e na Cisplatina.

A Independência do Brasil encontrou oposição dos governadores de algumas províncias que se mantinham fiéis à Coroa Portuguesa. Essa situação forçou o Príncipe Regente a expulsar as tropas portuguesas em 1823 e a decretar que as forças armadas de Portugal que tentassem desembarcar sem permissão no Brasil seriam consideradas inimigas.

Vários oficiais da Marinha de Portugal juraram fidelidade ao Imperador D. Pedro I após sua coroação, em 1º de dezembro de 1822, formando, inclusive, a maior parte das tripulações dos navios brasileiros, que teriam que entrar, mais cedo ou mais tarde, em combate contra as forças navais portuguesas.

D. Pedro I foi assessorado por pessoas competentes que tinham o propósito de manter unido o território brasileiro. Com a intensificação dos movimentos contrários ao seu governo, tornou-se imperativo formar uma tropa brasileira de Marinha e reunir pessoal para compor as tripulações. A solução foi a contratação de cerca de 550 oficiais e marinheiros estrangeiros, em sua maioria ingleses.

Em seguida, Dom Pedro I ordenou a aquisição de navios e a contratação de militares para formar um novo exército. Entre 1822 e 1823, mercenários alemães foram trazidos para compor o “Corpo de Tropas Estrangeiras” no Exército Brasileiro. Formaram dois batalhões de caçadores e dois de granadeiros. Posteriormente, outros mercenários chegaram ao país.

No Brasil, já existia uma infra-estrutura de arsenais de marinha, fundamental para manter os navios em operação, reparar as avarias e também construir novas embarcações. O Arsenal da Bahia era o melhor como construtor, mas continuava nas mãos de tropas fiéis a Portugal. Coube, então, ao Arsenal da Corte recuperar os navios de origem portuguesa que restaram e poderiam ser aproveitados. Com a ajuda de uma subscrição nacional, foram adquiridos mais navios e, aos poucos, a Esquadra Brasileira foi se aperfeiçoando.

## 1822-1823 *Guerras de Independência*

A Independência garantiu a autonomia, mas era fundamental que fosse estabilizada a supremacia política do novo país. A política da nação deveria ser definida e a ordem mantida para que não houvesse o esfacelamento do país em várias repúblicas. As guerras de independência foram cruciais para o fim do domínio português.

O *Batalhão de Artilharia da Marinha*, denominação do *Corpo de Fuzileiros Navais* à época, operou nas lutas para a consolidação da Independência em vários pontos do país onde eclodiram reações contrárias à ruptura com Portugal. Antes mesmo do 7 de setembro, já existiam forças contrárias ao Príncipe na Bahia e na Cisplatina. As províncias do Pará, do Maranhão e do Piauí também se mantinham fiéis a Portugal. Outras estavam indecisas.

Em novembro de 1822, sete navios brasileiros zarparam para a Província Cisplatina com a missão de retirar as tropas portuguesas de Montevidéu. As tropas se negaram a embarcar para Lisboa, mantendo posição contrária à Independência. Uma Divisão Naval Brasileira, que bloqueava o Rio da Prata e atacava os navios portugueses ancorados, submeteu as forças leais a Portugal e obteve a sua rendição em 18 de novembro de 1823<sup>11</sup>. Ressalta-se que a Banda Oriental havia sido incorporada, em 1821, ao então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com a denominação de Província Cisplatina. Era governada por um oficial português, que tentou impedir sua anexação ao Brasil por ocasião da Independência Brasileira.

Depois de regressar ao Rio de Janeiro, no início de 1823, uma parte da Esquadra Brasileira foi autorizada a seguir com reforços para as forças que combatiam a resistência aos portugueses e seus simpatizantes na Bahia. Os portugueses capitularam em 2 de junho de 1823. A revolta na Bahia ocorreu porque o governador, militar português indicado pela Corte Portuguesa em fevereiro de 1822, passou a não aceitar as ordens de D. Pedro I após a Independência.

Os primeiros navios da Esquadra da Marinha do Brasil eram: as fragatas *União* e *Real Carolina*; as corvetas *Maria da Glória*, *Liberal* e *Caboclo*; e os brigues-escuna *Real Pedro* e *Leopoldina*. Mais tarde, foram anexadas a nau *Pedro*, a fragata *Niterói*, o brigue *Guarani* e as escunas *Atalanta*, *Real* e *Rio da Prata*. Havia, também, mais oito escunas no Rio da Prata e quatro no Rio de Janeiro – *Leopoldina*, *Independência ou Morte*, *Carlota* e *Catarina* –, além de doze transportes e canhoneiras.<sup>12</sup>

No Piauí, o governador também permaneceu contra a Independência e ainda se prontificou a organizar a resistência no Maranhão, dividindo as suas tropas entre o Piauí e a cidade maranhense de Caxias. Apoiada por forças do Ceará, a população de Oeiras, capital da província do Piauí, insurgiu-se em favor dos partidários da Independência, contra o governador.

Na cidade de Caxias, juntaram-se as forças pró-Independência do Maranhão e do Piauí, auxiliadas pelos reforços vindos do Ceará, além do apoio de uma esquadra que chegou da Bahia. Em 27 de julho de 1823, as forças rebeldes capitularam.

<sup>11</sup> BITTENCOURT, Armando de Senna. Da Marinha de Portugal forma-se uma Marinha para o Brasil, 1807 a 1823. Disponível em: <[http://www.casadorre.org.br/forma-se\\_a\\_marinha\\_do\\_brasil.pdf](http://www.casadorre.org.br/forma-se_a_marinha_do_brasil.pdf)>. Acessado em: 25 de abril de 2008.

<sup>12</sup> Idem.

## Período de 1808-1850

A revolta no Pará foi sufocada pela Esquadra, que cercou a cidade de Belém e obrigou a rendição dos rebeldes.

Durante as lutas de consolidação da independência (1822-1823), 2.343 praças do Batalhão de Artilharia da Marinha embarcaram nos navios da Esquadra, combatendo nas províncias ao lado do Almirante Cochrane, do Capitão-de-Fragata John Taylor e do Capitão-Tenente John Grenfell.

O domínio do mar consolidou a Independência e o Império do Brasil. Numa campanha brilhante e sem paralelo, a Marinha Brasileira – habilmente forjada pelo Ministro Luís da Cunha Moreira – obteve pleno êxito sob o comando do Almirante Cochrane. Em consequência dessa campanha bem-sucedida, a Marinha conseguiu que todas as tropas e esquadras portuguesas se retirassem do Brasil. A lealdade dos Fuzileiros Navais, à época representados pelo Batalhão de Artilharia da Marinha, foi determinante no cumprimento dessas missões.

Tudo foi praticamente resolvido em menos de oito meses, com a Esquadra Brasileira dominando a situação e garantindo a unidade político-territorial do país, que não sofreu o desmembramento ocorrido na América Espanhola.

Após o Brasil ter conseguido o reconhecimento internacional da Independência, a atenção voltou-se para a elaboração de uma Constituição Brasileira, que foi promulgada em 25 de março de 1824 e dava ao Imperador poder absoluto, acima dos outros três poderes: o Poder Moderador.



## *Denominações do Batalhão de Artilharia da Marinha*

O *Batalhão de Artilharia da Marinha* teve as seguintes denominações, ainda no Primeiro Reinado: *Imperial Brigada de Artilharia da Marinha*, em 1826, e, no ano seguinte, *Corpo de Artilharia da Marinha*. Nessa época, a Artilharia da Marinha era comandada por um oficial de Artilharia do Exército, que acumulava o comando da Fortaleza de São José da Ilha das Cobras.

Desde que a Independência tornou-se uma realidade, a opinião pública se polarizou quanto à forma de governo a ser estabelecida e as relações desse governo com a antiga metrópole. Quando a Assembléia Constituinte se reuniu pela primeira vez no Rio de Janeiro, em 1823, seus delegados dividiram-se em dois grupos distintos, ambos adeptos da causa imperial. No entanto, o grupo formado predominantemente por brasileiros natos, bastante ligado à aristocracia rural e às classes inferiores, era favorável a uma política antiportuguesa, buscando uma compensação à influência dos funcionários e comerciantes lusos nas cidades do Império. O outro grupo, formado basicamente por portugueses, apoiava um sistema absoluto de governo e aceitava uma política de conciliação nacional.<sup>13</sup>

A princípio, o governo adotou uma posição firme. Mas, ante a exacerbação de sentimentos antiportugueses e antimonárquicos, D. Pedro ordenou o cerco à Assembléia por tropas e canhões e dissolveu-a. Logo em seguida, tentando uma conciliação, o Imperador decretou novas eleições, nomeou outros presidentes provinciais – todos brasileiros de posições liberais – e prometeu uma Constituição mais liberal em relação ao projeto da Assembléia Constituinte recém-dissolvida.

<sup>13</sup> VALE, Brian. Ação da Marinha na Confederação do Equador. In: História Naval Brasileira. v.3. t..I. p.96.

### 1824 Confederação do Equador

A revolta teve início em Pernambuco. O povo e os fazendeiros não aceitavam o absolutismo e nem os governadores nomeados por D. Pedro. Exigiam o direito de eleger o presidente da província. A insatisfação era grande contra a concentração de poder nas mãos do Imperador.

Apesar dos relatos, o Imperador preferiu continuar com uma política de moderação no Nordeste, na esperança de que uma ação militar de caráter limitado, sob a forma de um bloqueio naval, trouxesse a paz na região. Em contrapartida, um manifesto, com teor de declaração de independência, foi publicado pelos revolucionários de Pernambuco para incitar a adesão das províncias de Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí, Maranhão e Ceará. Em junho de 1824, eclodia o movimento para a formação de uma república federalista, denominado Confederação do Equador, tendo sido, inclusive, delineada sua bandeira. A província do Ceará logo aderiu ao movimento, seguida do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Alagoas. No entanto, os revolucionários se apoderaram dos governos apenas no Ceará e em Pernambuco. Entre os principais líderes do movimento estava o religioso Joaquim do Amor Divino Caneca, o Frei Caneca, condenado à morte ao fim da rebelião. A reação do governo foi enérgica e violenta.

No dia 26 de julho, foram suspensas as garantias constitucionais e o habeas corpus nas províncias sediciosas. Para impedir a ameaça de divisão territorial do Império, pretendida pelas províncias confederadas, D. Pedro determinou a invasão de Pernambuco. No dia 31 de julho de 1824, a Esquadra recebeu ordem do Ministro da Marinha para zarpar com a nau *Pedro I*, a corveta *Carioca*, o brigue *Maranhão* e os transportes *Harmonia* e *Caridade*, tendo a bordo as tropas do Império.

A Esquadra bloqueou o porto, enquanto os Artilheiros-Marinheiros, como eram conhecidos os Fuzileiros Navais à época, desembarcaram e combateram em terra, atuando com tropas do Exército e fazendo dois desembarques em dias diferentes, o que contribuiu para a rendição dos revoltosos.

Na noite de 16 de setembro, os Artilheiros-Marinheiros, sob o comando de James Norton, foram conduzidos em barcos até a retaguarda das posições inimigas em Recife. A ação teve completo êxito. Durante a madrugada, o Exército desfechou um assalto frontal e a Divisão Naval atacou os rebeldes por mar. Norton e seus artilheiros-marinheiros, após violento ataque, capturaram o Forte do Brum e o Forte do Buraco, apoderando-se, em seguida, dos navios que estavam no porto. Os Fuzileiros Navais foram outra vez empregados em uma operação com características anfíbias, contribuindo significativamente para a restauração da ordem. Atacadas por mar e terra, as forças confederadas foram vencidas.



*1824 Confederação do Equador*

## 1825 - 1828 Guerra da Cisplatina

Em 19 de abril de 1825, após as lutas nos estados do Nordeste, teve início no Sul do país – na região do Rio da Prata – a Guerra da Cisplatina. Os uruguaios, que não concordavam com a anexação da Cisplatina ao Brasil, decretada em 1821, buscaram o apoio da Argentina para fomentar uma revolução que os emancipasse. Com o prosseguimento das hostilidades, a situação se complicou na região.

A revolta na Província Cisplatina não recebeu, de início, particular atenção do Governo Imperial. As dificuldades ocasionadas pela Confederação do Equador, pelas lutas internas entre os partidos e pelas péssimas condições financeiras do país desviaram a atenção dos problemas da Região Sul. A Marinha havia sido organizada para combater o poder naval de Portugal, não dispondo do necessário número de embarcações de pequeno porte capazes de operar nas águas rasas do estuário do Rio da Prata.<sup>14</sup>

O Governo Imperial tentou e não conseguiu evitar, por meios diplomáticos<sup>15</sup>, que a Argentina incorporasse a Cisplatina à República das Províncias Unidas do Reino da Prata. A resposta ao comunicado oficial dessa incorporação foi uma declaração de guerra à Argentina, em 25 de dezembro do mesmo ano.

Em 21 de janeiro de 1826, os inimigos apresaram a corveta brasileira *Araçatuba*, incorporando-a à Armada Argentina. Tentaram atacar, sem sucesso, a corveta *Liberal*, capitânia brasileira. Aproximaram-se da fragata *Imperatriz* com a corveta *25 de Mayo* e, após abrir fogo com seus canhões, tentaram abordá-la, travando combate corpo-a-corpo com os artilheiros-marinheiros que estavam a bordo e valorosamente impediram a tentativa.

Numerosos choques navais aconteceram nas águas do Prata. A partir de 1827, começaram a surgir dificuldades para a Esquadra Brasileira. Ainda que mais numerosa e bem aparelhada, os navios que a compunham prestavam-se à navegação em alto-mar.

Guarnecendo a artilharia de bordo ou efetuando desembarques, os Artilheiros-Marinheiros, por meio de seus destacamentos embarcados, participaram de numerosas batalhas navais de toda a Campanha da Cisplatina<sup>16</sup>. Quase todo o efetivo do *Batalhão de Artilharia da Marinha* esteve envolvido, trazendo como conseqüência a morte, o extravio e o desaparecimento de 819 fuzileiros navais<sup>17</sup>, que, mesmo com pesadas baixas, cumpriram a missão. Em 7 de abril de 1827, travou-se o combate decisivo em Monte Santiago: os navios inimigos, Independência e República, foram derrotados.

<sup>14</sup> MARTINS, Hélio Leôncio; BOITEUX, Lucas Alexandre. Campanha Naval na Guerra da Cisplatina. In: História Naval Brasileira. v.3. t..I. p.196.

<sup>15</sup> Idem, p.197.

<sup>16</sup> O Anfíbio: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais. Edição Histórica: 1988. p.16.

<sup>17</sup> CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS. Combatentes Anfíbios do Brasil. Action Editora: 2008. p.20.

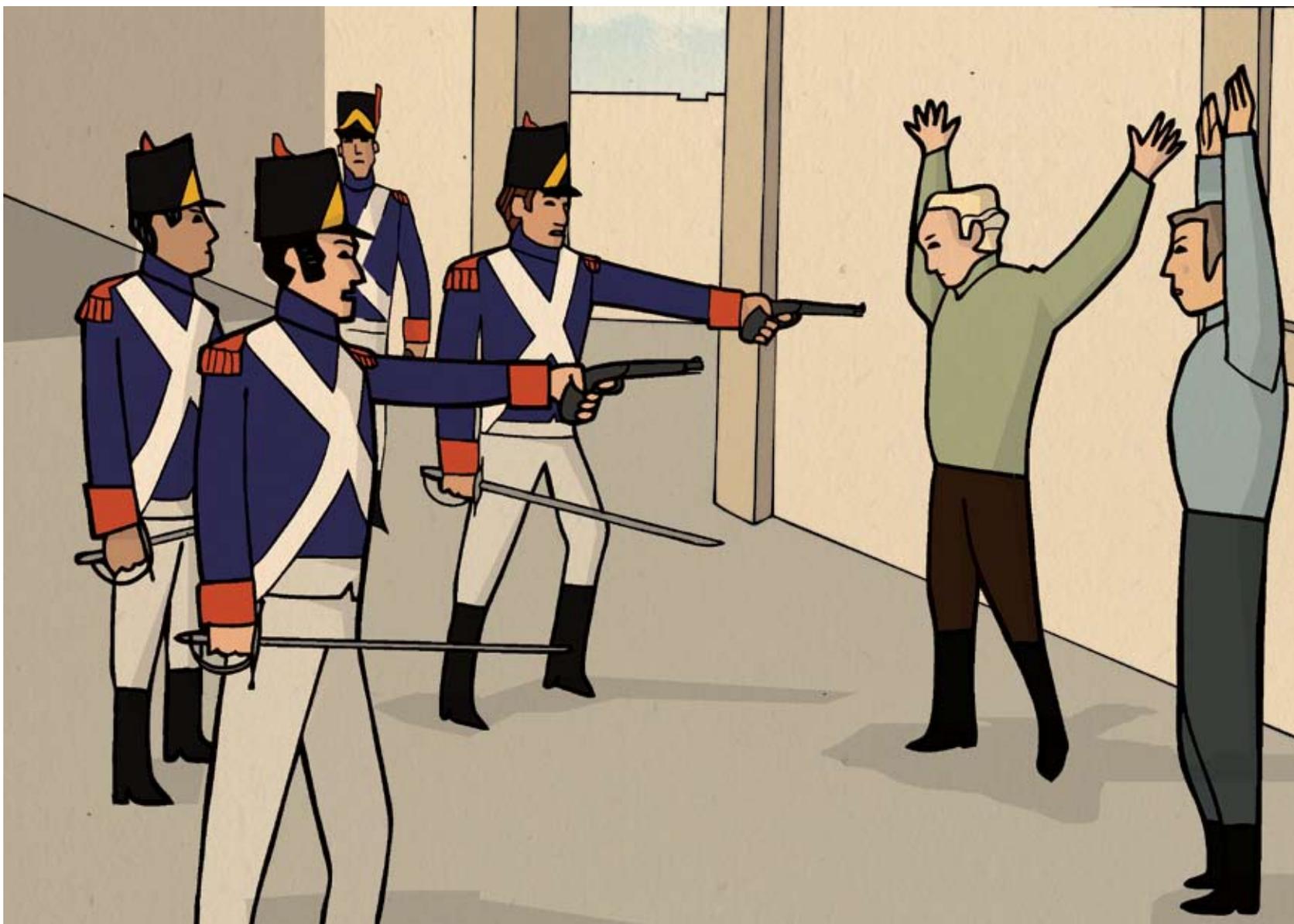


1825 - 1828 *Guerra da Cisplatina*

Em 27 de agosto de 1828, por mediação da Inglaterra, foi negociada a paz, possibilitando a assinatura de uma Convenção Preliminar de Paz. Os governos da Argentina e do Brasil, ao assinarem o acordo, renunciavam às pretensões sobre a Província Cisplatina, reconhecendo a independência da República Oriental do Uruguai. A Guerra da Cisplatina ampliou as dificuldades financeiras do país.

### *Imperial Brigada de Artilharia da Marinha*

A Marinha progressivamente aumentava a Esquadra. A fim de acompanhar esse processo, o *Batalhão de Artilharia da Marinha* foi também ampliado e passou a denominar-se *Imperial Brigada de Artilharia da Marinha*, por decreto de 31 de janeiro de 1826. O efetivo também foi elevado pelo mesmo decreto.



*1828 Motim de irlandeses e alemães*

### 1828 *Motim de irlandeses e alemães*

O Brasil teve de fazer um grande esforço operacional para enfrentar a Guerra da Cisplatina. A lacuna criada na tropa brasileira pelo retorno a Portugal de oficiais e de três divisões portuguesas criou grandes dificuldades para o Brasil.

Todas as tropas do Rio de Janeiro e de outros locais foram enviadas para o Rio Grande. A segurança da Capital ficou a cargo do Batalhão de Granadeiros Estrangeiros, que aquartelava no atual Palácio Duque de Caxias. Havia também o 27o Batalhão de Caçadores Alemães na Praia Vermelha. Alemães e irlandeses prestavam serviço ao Império do Brasil. Eram contratados e incorporados ao Exército Brasileiro. O Corpo de Estrangeiros fora criado em 18 de janeiro de 1822 e era constituído inicialmente por dois Batalhões de Caçadores Alemães e dois Batalhões de Granadeiros.

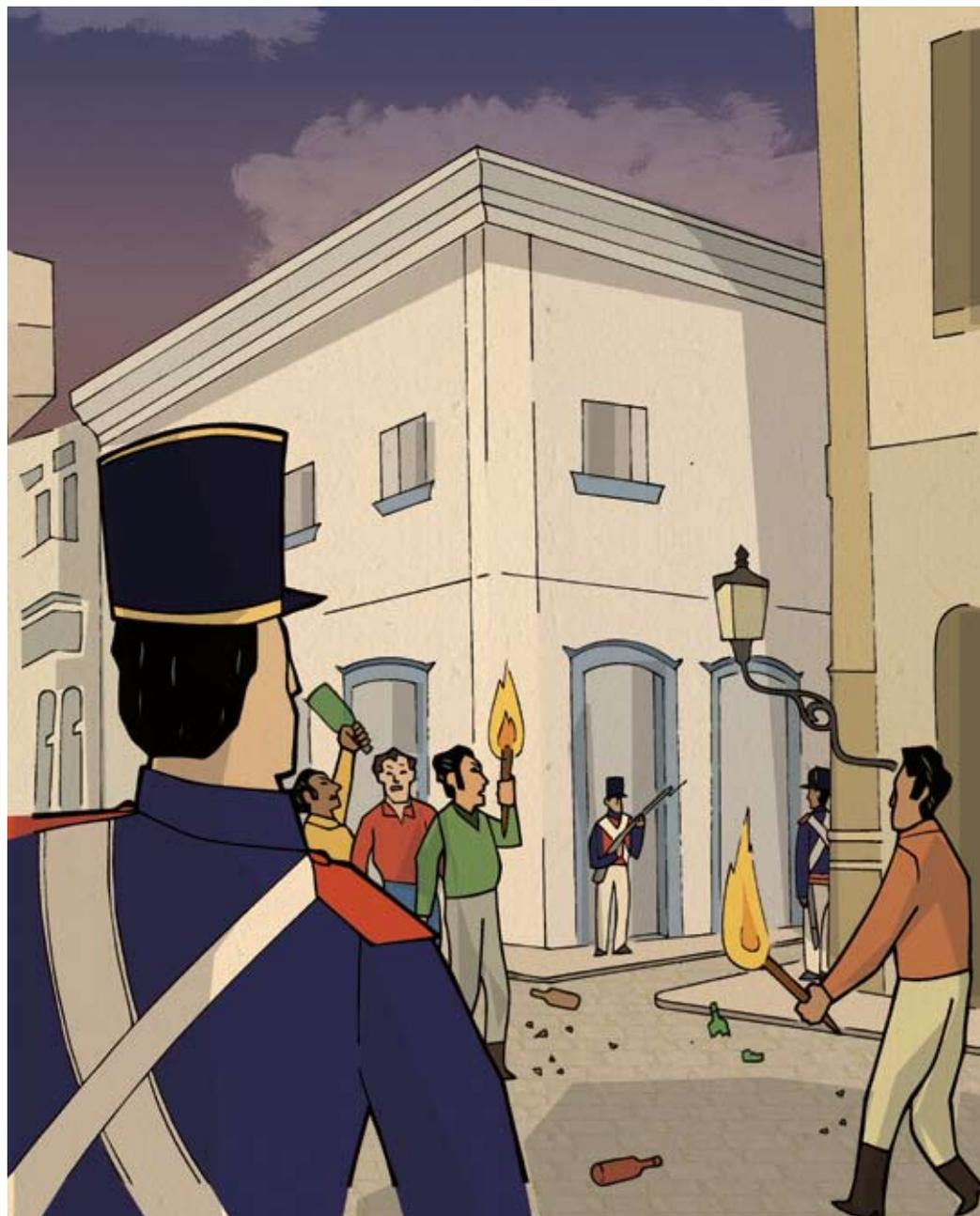
Em 9 de junho de 1828, revoltaram-se os Batalhões Estrangeiros, um alemão e dois irlandeses. A partir de um incidente disciplinar que culminou em severo castigo de um soldado alemão que trabalhava no Paço Imperial, explodiu a revolta dos mercenários, que duraria três dias. Os revoltosos ofereceram resistência progressiva, apossaram-se de armas e munições e causaram tumulto e desordens nos quartéis e na cidade do Rio de Janeiro entre 9 e 12 de junho de 1828. A *Imperial Brigada de Artilharia da Marinha* foi convocada para cooperar na manutenção da ordem.

Nos dias 10 e 11 de setembro, os mercenários tomaram o atual Palácio Duque de Caxias munidos de pedras e praticaram toda a ordem de estripulias, inclusive atirando em quem passasse defronte o quartel. Arrombaram o almoxarifado da Polícia, armaram-se e se entrincheiraram.

No dia 12 setembro, o governo reuniu os meios possíveis para combater os mercenários. Investiu à baioneta contra os revoltosos, utilizando inclusive artilharia. Para conseguir acabar com o motim, as tropas governamentais contaram com o apoio decisivo dos fuzileiros da *Brigada de Artilharia da Marinha* da Ilha das Cobras, que atacaram e dominaram os amotinados, sendo auxiliados na emergência por marinheiros de navios franceses e ingleses, por populares e escravos convocados que compareceram armados. Ao final, contaram-se doze mercenários mortos e cinquenta feridos.

Os batalhões revoltosos foram dissolvidos, e duzentos alemães que não tomaram parte na rebelião foram incorporados à *Imperial Brigada* até o término do contrato.

A eclosão da Guerra da Cisplatina agravou as dificuldades e a crise no país; as exportações brasileiras estavam em declínio, não havia indústrias e, para o consumo interno, quase tudo era importado. A situação econômico-financeira era crítica, com a balança comercial totalmente desfavorável.



1831 *Noite das Garrafadas*

### 1831 Noite das Garrafadas

No ano de 1831, aumentaram as manifestações contra o governo, que não conseguia solucionar os problemas internos do País. A oposição aberta a D. Pedro era fomentada pelos políticos na Câmara dos Deputados, pelos jornais liberais e também nas lutas de rua. Nas províncias, as agitações se sucediam, pregando a queda de D. Pedro I. No Rio de Janeiro, ocorreu a briga de rua entre portugueses e brasileiros conhecida como a “Noite das Garrafadas”.

Outra questão para o descontentamento do povo foi a intervenção e o envolvimento de D. Pedro I na crise sucessória de Portugal, mesmo após ter renunciado ao trono português em favor da filha quando da morte de D. João VI.

A desconfiança dos nativistas e a impopularidade do Imperador levaram à exaltação dos ânimos, culminando em choques entre os brasileiros e os portugueses fiéis ao Imperador durante de três dias, entre 12 e 15 de março de 1831. Foram várias as brigas e escaramuças de rua, com pedras e garrafas quebradas sendo jogadas por brasileiros e portugueses e contra as lojas dos comerciantes lusos, daí a denominação de “Noite das Garrafadas”.

As forças de mar e terra foram distribuídas pela cidade para a manutenção da ordem, cabendo aos Fuzileiros da *Imperial Brigada de Artilharia da Marinha* o policiamento do quarteirão entre a Rua Direita e a Rua dos Latoeiros, abrangendo as ruas: Hospício, Alfândega, Sabão, São Pedro, Violas, Pescadores, São Joaquim, Candelária, Quitanda, Ourives, Vala e Prainha<sup>18</sup>. Nesse episódio, perderam a vida três fuzileiros.

Pensando em acalmar os ânimos, o Imperador fez um acordo com a oposição, nomeando um ministério formado apenas de brasileiros em 20 de março de 1831. Mas, quinze dias depois, o ministério foi demitido, sendo nomeado um outro. A agitação se intensificou no Campo de Santana e a população, apoiada pelas tropas, exigiu a volta do ministério brasileiro. Esses distúrbios tiveram intensa repercussão, evoluindo rapidamente para o agravamento da crise política e a abdicação de D. Pedro I em favor do seu filho, o Príncipe D. Pedro de Alcântara, em 7 de abril de 1831.

Após a renúncia de D. Pedro I, e devido à menoridade de D. Pedro II, era preciso organizar, com urgência, o novo governo. A Assembléia Geral deveria nomear os três membros da Regência Permanente que governaria o país até que D. Pedro, então com cinco anos, completasse dezoito, conforme previa a Constituição de 1824.

<sup>18</sup> As ruas Direita, Latoeiros, Hospício, Sabão, Violas, Pescadores, Ourives, Vala e Prainha, são, atual e respectivamente, as ruas 1º de Março, Gonçalves Dias, Buenos Aires, General Câmara, Teófilo Otoni, Visconde de Inhaúma, Miguel Couto, Uruguaiana e Acre.



*1831 Motins contra a Regência Trina*

### 1831 *Motins contra a Regência Trina*

Até que se reunisse a assembléia, em 14 de junho de 1831, uma Regência Trina Provisória assumiu o reinado. Para auxiliar o governo, foi nomeado como Ministro da Justiça o Padre Diogo Antônio Feijó, cuja função não se restringia às causas da Justiça, mas tinha a responsabilidade de cuidar da Segurança Nacional. Feijó, um líder moderado, foi empossado no dia 6 de julho de 1831. Entretanto, só assumiu o cargo depois da assinatura de um documento que lhe deu total autonomia para reprimir as agitações, além de outros poderes. A Regência lançou um manifesto ao país, conclamando a ordem e a união de todos os brasileiros.

Contudo, ocorreram motins contra a Regência Trina que intranqüilizavam a cidade do Rio de Janeiro. O clima de agitação culminou, no dia 12 de julho de 1831, com a sublevação do 26º Batalhão de Infantaria, que foi dominada. Dois dias depois, o Corpo de Polícia e a maior parte dos Batalhões de Linha, com a adesão de grupos populares ligados ao partido político dos “exaltados”, sublevaram-se: eram contra a Regência e queriam uma reforma profunda da sociedade. Nessa chamada “crise de julho”, os revoltosos concentraram-se em atitude belicosa, espalhando desordem em vários pontos da cidade do Rio de Janeiro e fazendo diversas exigências: reforma da Constituição; deportação de alguns senadores, militares e funcionários públicos nascidos em Portugal; suspensão da imigração portuguesa por dez anos; e exoneração do Ministro da Justiça.

A *Imperial Brigada de Artilharia da Marinha*, como baluarte da legalidade, deslocou-se da Ilha das Cobras e participou ativamente do combate, aliada às tropas governamentais. A ordem na cidade só foi restabelecida no dia 22 de julho, após a submissão dos amotinados.

O ministro Feijó criou, pela lei de 18 de agosto de 1831, uma tropa especial, subordinada ao Ministério da Justiça, para assessorá-lo na tarefa de segurança interna: a Guarda Nacional. Era evidente que o governo regencial não podia confiar nas tropas regulares. Ao mesmo tempo, se extinguíam as ordenanças e milícias subordinadas ao Ministério da Guerra. A Guarda Nacional era uma força paramilitar composta por cidadãos com renda anual superior a duzentos mil-réis nas grandes cidades, e cem mil-réis nas demais regiões. Organizada por distrito, seus comandantes e oficiais locais eram escolhidos por eleição direta e secreta.

As revoltas continuavam a irromper nas províncias devido às dificuldades econômicas, à inconformidade dos grupos civis e militares com o governo, e à disputa do poder pelas forças políticas divididas entre moderados, restauradores e exaltados. A par das sedições militares nas mais importantes províncias, na Corte continuava o embate entre restauradores e opositores exaltados. A rigor, depois do fracasso da crise de julho, os moderados eram donos da situação, e, a partir desse momento, começava o rumor sobre a volta de D. Pedro I.

## *Corpo de Artilharia da Marinha*

Por decreto da Regência, em 25 de agosto de 1831 organizou-se o *Corpo de Artilharia da Marinha*, de forma a se tornar “*uma força capaz de perfazer o serviço que lhe compete em terra e de fornecer prontamente destacamentos de soldados veteranos e adestrados nas diferentes armas, em que se instruem, no caso de ser necessário guarnecer repentinamente uma considerável parte de nossa Armada*”.

Em 28 de novembro de 1831, um novo motim iniciou-se no teatro constitucional fluminense, mas foi prontamente abafado. De toda a guarnição da capital, só o Batalhão do *Corpo de Artilharia da Marinha* havia se conservado na ordem. As outras corporações militares já haviam sido dissolvidas quando esse Batalhão se revoltara, na Ilha das Cobras. A agitação política e a exacerbação de ânimos do período regencial, em conjunto com o incitamento de políticos e oficiais de corrente exaltada, conduziram à revolta o *Corpo de Artilharia da Marinha*, em 6 de outubro de 1831. Militares insatisfeitos com a política regencial sublevaram-se na Ilha das Cobras. Após soltarem os presos da Fortaleza de São José, prepararam um desembarque na cidade, guarnecendo lanchas, escaleres e embarcações menores. O Arsenal de Marinha abriu fogo contra os amotinados, frustrando a primeira tentativa. No dia seguinte, as forças de terra, com o apoio da artilharia do Exército instalada no adro do Mosteiro de São Bento, e os navios da Armada, ao largo da Ilha Fiscal, se posicionaram para a investida contra os amotinados. Não tendo sido atendida a intimidação de rendição pelos rebeldes, foi determinado o bombardeio, seguido do ataque à ilha. Os canhões dos navios e os do Morro de São Bento abriram fogo simultaneamente ao aquartelamento da Ilha das Cobras, enquanto seiscentos Guardas-Nacionais e o Batalhão de Oficiais-Soldados ocupavam a Fortaleza. Após relativa resistência, ocorreu a rendição incondicional dos amotinados.

No *Corpo de Artilharia da Marinha* o efetivo oscilou, conforme os períodos de paz e de desarmamento dos navios, com a redução ou o aumento do número de soldados. O pessoal da Marinha de Guerra, como denominada à época a Marinha do Brasil, era constituído nesse período por dois quadros distintos: o *Corpo da Armada* e o *Corpo de Artilharia da Marinha*. Ao primeiro competia a administração e a condução do navio; ao segundo, organizado nos moldes das unidades do Exército, cabia fornecer os destacamentos para a guarnição de artilharia de bordo, a defesa do navio e a realização de desembarques. Cuidava, ainda, do armamento do navio, do armazenamento da artilharia e da munição e sua distribuição. Era o pessoal propriamente militar da Marinha, uma vez que vinham fracassando as tentativas de organização de um corpo militar de marinheiros, o que só seria possível a partir de 1836, com a criação das Companhias Fixas de Marinheiros.

*Período de 1808-1850*



*1832 - 1833 Repressão ao comércio de escravos*

## 1832 - 1833 *Repressão ao comércio de escravos*

O tráfico negreiro da costa da África era um assunto de difícil solução pelas inúmeras influências e envolvimento comerciais. Porém, a Regência decretou, em 7 de novembro de 1831, a primeira lei brasileira proibindo o tráfico de escravos, tornando livres todos os africanos ilegalmente introduzidos no Império. Determinou, também, que os infratores – de tripulações de navios a fazendeiros – sofreriam processo criminal, e que qualquer pessoa podia delatar à polícia o desembarque ou a existência de grupos contrabandeados.

Em 1832, começa a repressão ao comércio de escravos, e o *Corpo de Artilharia da Marinha* teve participação fundamental na coibição ao desembarque de africanos na costa do Brasil. Apesar da significância da lei, o efeito não atingiu o pretendido, não só pela imensidão do litoral brasileiro a ser patrulhado, como também pelo desvio da atenção da Regência para as revoltas que se sucediam, colocando em perigo a unidade territorial.

## 1832 *Levantes contra a Regência Trina*

No ano de 1832, mais revoltas foram deflagradas contra a Regência Trina. A primeira, em 3 de abril, abalou a cidade. As guarnições das fortalezas de Villegaignon e de Santa Cruz revoltaram-se, mas os insurretos foram vencidos na atual Praça da República. Em 17 de abril de 1832, foi tentado um golpe revolucionário que tinha por objetivo a restauração de D. Pedro I ao trono. As tropas da Marinha e os Fuzileiros Navais comandados por John Taylor participaram, juntamente com a Guarda Nacional, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes e a Cavalaria, de uma ofensiva sobre a tentativa de golpe revolucionário dos restauradores, apelidados de caramurus, levante que foi facilmente sufocado.

No Pará, os motins, que ensangüentavam a província desde 1832, reclamavam providências inadiáveis e decisivas. Prontamente, a ordem foi restabelecida pelo trabalho das forças terrestres em conjunto com as forças navais.

O Ato Adicional de 1834 alterou a Regência Trina para Regência Una, de forma a dar mais poder ao regente. Em 1835, Feijó foi eleito regente. Antes, em 1832, ele havia renunciado ao cargo de ministro, justamente por considerar que lhe faltavam poder e o apoio da Câmara dos Deputados para abafar as rebeliões.

Os interesses regionalistas e as imensas distâncias territoriais dificultavam a ação do governo, e logo Feijó teve de enfrentar várias rebeliões populares.

Na década de 1830, outras revoltas aconteceram: a Cabanagem (Pará, 1835-1840), a Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-1845), a Sabinada (Bahia, 1837-1838) e a Balaiada (Maranhão, 1838-1841).

*Período de 1808-1850*



*1835 - 1840 Cabanagem*

## 1835 - 1840 *Cabanagem*

Na província do Pará, as más condições de vida das camadas mais baixas da população e a insatisfação das elites locais representavam a crise de legitimidade sofrida pelos representantes locais do poder imperial. Além disso, a relação conflituosa entre os paraenses e os comerciantes portugueses acentuava a tensão socioeconômica da região.

Na madrugada de 7 de janeiro de 1835, o Comandante das Armas e o Presidente da Província do Grão-Pará foram assassinados pelos rebeldes, também chamados de cabanos, que ocuparam Belém e formaram um governo revolucionário. Entretanto, com a saída das elites locais, o movimento acabou se enfraquecendo. O governo regencial enviou para a capital da província uma tropa de seiscentos homens, na frota comandada pelo Almirante Taylor, que retomou o controle sobre Belém.

Mas a ampla adesão popular ao movimento não se submeteu à vitória imperial, que se interiorizou. Os cabanos recorreram, então, a ações de guerrilha, tornando-se mais radicais. Entre 1837 e 1840, os conflitos no interior acabaram sendo controlados, após sucessivas investidas militares imperiais, pondo fim ao movimento cabano.

Diversas batalhas fizeram com que esse movimento ficasse marcado por sua violência. Em cinco anos de luta, calcula-se que de 30 a 40% de uma população, estimada em cem mil habitantes, morreram.<sup>19</sup> Entre os Fuzileiros Navais que foram empregados no conflito em ações contra as guerrilhas e em combate nas áreas urbanas, 250 perderam a vida.

## 1835 - 1845 *Guerra dos Farrapos*

A Revolução Farroupilha, ou Guerra dos Farrapos, foi a mais longa rebelião da história brasileira. Teve início em 20 de setembro de 1835, quando uma tropa insurgente, chefiada por Bento Gonçalves, tomou a cidade de Porto Alegre, reivindicando maior autonomia provincial e a redução dos altos impostos que incidiam sobre o charque.

Ao longo de 3466 dias e 56 encontros bélicos, cerca de três mil homens tomaram em combate. Tropas navais de desembarque atuaram na área litorânea de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, avançando para o interior. Os Fuzileiros Navais demonstraram que, para a execução dessa missão, detinham um vantajoso diferencial, como tropa anfíbia, pela capacidade de projeção das tropas vindas do mar para serem lançadas em terra.

Em 28 de fevereiro de 1845, o conflito terminou com a assinatura de um honroso tratado de paz: “Paz de Poncho Verde”.

<sup>19</sup> CHIAVENATO, Júlio José. A hora da desforra. In: Revista História Viva. Duetto Editorial: n.45. jul/2007. pp.84-91.

*Período de 1808-1850*



*1835 - 1845 Guerra dos Farrapos*



1837 - 1838 *Sabinada*

### 1837 - 1838 *Sabinada*

Na Sabinada, a cidade de Salvador foi cercada por terra e mar pelas tropas legalistas, dentre as quais os Fuzileiros Navais. O bloqueio naval e os combates nas ruas da cidade deram a vitória ao governo.

Durante as insurreições que se propagaram pelas províncias nesse período, além do bloqueio naval às vilas conflagradas, do apoio logístico e do apoio de fogo aos contingentes do Exército e da Guarda Nacional, os navios da Marinha Imperial desembarcavam as guarnições para combater em terra. Para essa tarefa, era priorizado o emprego dos Fuzileiros Navais e, após 1840, também dos Imperiais-Marinheiros. Tanto os fuzileiros como os marinheiros das Companhias de Imperiais-Marinheiros recebiam adestramento mais especializado do que os marinheiros oriundos do recrutamento forçado nos portos, inclusive na utilização de armamento portátil. Dessa forma, mais adestrados, disciplinados e contando com maior grau de comprometimento, os Fuzileiros Navais e os Imperiais-Marinheiros eram as praças mais aptas para, após o desembarque, atuarem como infantes em operações em terra.

### *Batalhão Naval*

A capacidade de adaptação operacional aos diversos ambientes e organizações de combate compostas com outras tropas transformaram o *Corpo de Fuzileiros Navais* em uma das mais versáteis tropas desde o século XIX.

Devido à instabilidade política da Regência creditada à falta de legitimidade política dos regentes e por iniciativa do Partido Liberal, o Senado decretou, em julho de 1840, a maioridade de D. Pedro II, que assumiu o trono aos 14 anos. A antecipação da maioridade, em 23 de julho, foi um golpe político dos liberais que encerrou o longo processo de confrontos regenciais.

No Segundo Reinado, os Fuzileiros Navais foram reorganizados como *Corpo de Infantaria*, para defesa dos navios nas abordagens e nas ações terrestres.

Porém, em 11 de setembro de 1847, surgiu pela primeira vez a denominação de *Corpo de Fuzileiros Navais*, pelo Decreto nº 535 de D. Pedro II, que alterou o nome do batalhão. A partir dessa data, o *Corpo de Fuzileiros Navais* ficou composto pelo pessoal de Artilharia da Marinha e por oficiais do Corpo da Armada, em comissão. Contudo, em 24 de novembro de 1852, pelo Decreto no 1067-A, foi mais uma vez reorganizado, com seis companhias de Infantaria e duas de Artilharia e sob a denominação de *Batalhão Naval*.

## 1850 *Extinção do tráfico negreiro no Brasil*

Em 8 de agosto de 1845, a Grã-Bretanha editou uma lei que proibia o tráfico de escravos entre a África e a América. Essa lei, mais conhecida como Bill Aberdeen, considerava esse comércio pirataria e atribuía às embarcações de seu país o direito de apreender os navios negreiros vindos para o Brasil, o que suscitou vários incidentes diplomáticos com o Império Brasileiro.

Receando novas ações da Inglaterra, Eusébio de Queirós, ministro da Justiça, apresentou projeto de lei visando à adoção de medidas mais eficazes para a extinção do comércio de africanos. A Lei de Extinção do Tráfico Nегreiro no Brasil – a Lei Eusébio de Queirós –, de 4 de setembro de 1850, foi aprovada com os seguintes artigos, entre outros:

*“Art. 1: As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida pela lei de 7 de novembro de 1831, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas autoridades, ou pelos navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos. (...)”*

*Art. 3: São autores do crime de importação de escravos, ou de tentativa dessa importação, o dono, o capitão ou mestre, o piloto e o contramestre da embarcação e o sobrecarga.(...)”*

*Art. 4: A importação de escravo no território do Império fica nele considerada como pirataria, e será punida pelos seus tribunais com as penas declaradas no artigo segundo da lei de 7 de novembro de 1831. A tentativa e a cumplicidade serão punidas segundo as regras dos artigos 34 e 35 do Código Criminal.”*

O julgamento dos contraventores foi entregue à jurisdição da Auditoria da Marinha em primeira instância e, em segunda, ao Conselho de Estado. A Armada e o *Corpo de Fuzileiros Navais*, depois *Batalhão Naval*, operavam em conjunto na repressão ao desembarque de escravos na costa brasileira e na luta contra o contrabando.

A Lei Eusébio de Queirós teve, como consequência financeira, a liberação da soma considerável de capital destinada ao combate do tráfico negreiro, que passou a ser aplicada em atividades comerciais e industriais.

---

---

*Trajetória da Tropa Anfíbia  
da Marinha do Brasil*

---

---

*1851 - 1908*

*Parte 2*



*1851 Guerra contra Oribe*

### 1851 Guerra contra Oribe

Após a Independência, a República Oriental do Uruguai enfrentava uma disputa entre dois partidos que se hostilizavam mutuamente: o “Blanco”, chefiado por Manuel Oribe, e o “Colorado”, dirigido por Frutuoso Rivera.

Com a chegada ao poder do blanco Manuel Oribe e após sua aliança com o ditador argentino Juan Manuel Rosas, iniciou-se um projeto expansionista na região da Bacia Platina. Rosas governava a Argentina como ditador e nutria o desejo de reconstruir o antigo Vice-Reinado do Prata – Argentina, Paraguai e Uruguai – sob a forma de “Confederação Republicana”. No entanto, precisava subjugar as províncias rebeldes. Para concretizar esse empreendimento, obteve o apoio de Manuel Oribe que, em luta contra o seu adversário Rivera, já dominava boa parte do território uruguaio e constantemente invadia as terras do Rio Grande do Sul.

O Governo Imperial Brasileiro, preocupado com os episódios e os prejuízos junto às fronteiras sulinas e o impedimento do acesso fluvial ao Mato Grosso, resolveu conceder ajuda financeira ao governo legal do Uruguai, presidido por Joaquim Suárez, sucessor de Rivera, para que as tropas de Oribe fossem derrotadas.

O colorado Rivera juntou tropas e avançou sobre Montevideú. Na Argentina, o General Urquiza liderou uma revolução das importantes Províncias de Corrientes e Entre Ríos. Do porto do Rio de Janeiro partiu, em abril, uma esquadra de 11 navios a vela e 6 a vapor, sob o comando de John Pascoe Greenfel, levando a bordo tropas do Exército e Fuzileiros Navais para desembarque.

A Esquadra chegou à região do conflito, em apoio a Rivera e ao argentino Urquiza, e alcançou Montevideú em 4 de maio de 1851. Um exército composto por dezesseis mil soldados profissionais sob o comando do Luís Alves de Lima e Silva, então Conde de Caxias, cruzou a fronteira entre o Uruguai e o Paraguai. Enquanto as forças navais brasileiras bloqueavam Montevideú e as prováveis vias de evasão para a Argentina, as forças terrestres, juntamente com as tropas comandadas pelo argentino Urquiza e pelo uruguaio Garzon, obrigaram Oribe a capitular em 11 de outubro de 1851.

A Esquadra Brasileira, com os navios dispostos ao longo do Rio da Prata e afluentes, impediu que o exército vencido de Oribe pudesse retirar-se para o território argentino. A capitulação das tropas de Manuel Oribe ocorreu em 11 de outubro de 1851, com a derrota no combate de Passo Del Molino. A tropa de Fuzileiros Navais combateu a bordo dos navios da Esquadra, desembarcou em Montevideú e se fez presente em todos os momentos de luta.

No dia 21 de novembro, em Montevideú, os representantes do Brasil, do Uruguai e das províncias argentinas Corrientes e Entre Rios, revoltadas contra Rosas, assinaram um tratado de aliança para uma ampla ação militar com o intuito de por fim à opressão do ditador Rosas e libertar o povo argentino, manter a independência e pacificar o território daquela república.



*1851 Guerra contra Rosas*

### 1852 Guerra contra Rosas

Após a derrota das forças de Oribe, voltaram-se as atenções para o tirano Rosas, que constituía uma ameaça permanente para a independência do Uruguai e do Paraguai.

A guerra na região do Rio da Prata continuou e, terminada a primeira parte das operações, com o bloqueio de Montevidéu, a Esquadra passou a operar no rio Paraná. À Esquadra Brasileira coube a missão de conduzir o contingente aliado pelo rio Paraná para a região denominada Diamante, onde desembarcariam tropas para se unirem às de Urquiza em avanço contra Rosas. As tropas argentinas de Rosas tentavam bloquear o movimento próximo ao rio Acevedo.

A Esquadra, ao chegar próximo ao rio Acevedo, no Passo do Tonelero, enfrentou o primeiro combate com as tropas inimigas, que tentaram bloquear a progressão dos navios brasileiros. Depois de superar os obstáculos que impediam o avanço e de sustentar violento bombardeio com as baterias argentinas por quase duas horas, rompeu-se a resistência e foi passada a barragem em 17 de dezembro de 1851, no episódio conhecido como “Passagem de Tonelero”.

Finalmente, em 3 de fevereiro de 1852, Rosas recebia, na Batalha de Monte Caseros, o golpe de misericórdia na sua ditadura. Derrotado pelas tropas aliadas, refugiou-se em um navio inglês, pondo fim à chamada Guerra contra Oribe e Rosas.

Foi uma luta de titãs, o valor dos Fuzileiros Navais como força anfíbia ficou evidenciado. Mas o sangue brasileiro jorrou em terras estrangeiras em favor da liberdade e da soberania de um povo irmão, e essa campanha deixou um saldo de oito fuzileiros mortos e 24 feridos. Os Artilheiros da Marinha regressaram com a consciência do dever cumprido.<sup>20</sup>

Pelo Decreto no 1067, de 24 de novembro de 1852, o *Corpo de Fuzileiros Navais* passou a denominar-se *Batalhão Naval*, fixando o efetivo da corporação em 64 oficiais e 1216 praças, organizado em seis Companhias de Infantaria e duas de Artilharia.

Como *Batalhão Naval*, efetuou desembarques em apoio às tropas do Exército, auxiliando a Força Naval brasileira no Rio da Prata em 1864. Na luta contra o Paraguai, participou em operações diversas, com o efetivo quase todo engajado no conflito e embarcado em unidades navais.

<sup>20</sup> Arquivo do Museu do CFN. Envelope de Pesquisa nº 94.

## 1864 - 1865 *Guerra contra Aguirre*

Na história das relações internacionais do Brasil, entre as questões da Região Platina está a chamada Guerra contra Aguirre.

A disputa entre o Partido Blanco, que constituía o governo uruguaio, e o Partido Colorado, na oposição, evoluiu para o confronto armado em 1864. A agitação política na República Oriental do Uruguai se estendeu às fronteiras brasileiras, onde as estâncias do Rio Grande do Sul eram constantemente invadidas, o gado furtado, as propriedades particulares saqueadas, e os brasileiros alvos de represálias.

O Governo Imperial buscou uma saída diplomática, enviando uma missão a Montevideú solicitando o ressarcimento dos prejuízos e a punição dos responsáveis pela pilhagem na fronteira. Após a malograda tentativa, foi expedido um ultimato ao governo de Aguirre. Boatos de que o Uruguai pretendia anular o Tratado de Limites de 1852 ou, por outro lado, de que retornaria à condição de Província Cisplatina fomentaram o antagonismo entre Montevideú e o Império Brasileiro.

Para reforçar as reclamações da missão diplomática, foi organizada uma força naval, e o Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa, Barão de Tamandaré, foi nomeado Comandante-em-Chefe das Forças Navais Brasileiras no Rio da Prata. O governo uruguaio repudiou as reclamações apresentadas pela missão diplomática brasileira, motivando um ultimato do Governo Imperial para que as reparações solicitadas fossem aceitas. Contudo, a não-aceitação do ultimato resultou numa ação militar contra o estado uruguaio. As hostilidades recomeçaram. O general uruguaio Venâncio Flores, que disputava o poder, não conseguiu impedir as invasões do solo brasileiro. Solicitou, então, o apoio do Império Brasileiro: um empréstimo financeiro e a presença, em Montevideú, de uma divisão do Exército Brasileiro. Uma Divisão de Observação, com um efetivo de quatro mil homens, foi organizada e transpôs a fronteira em março de 1864. O apoio do Império do Brasil às forças de oposição uruguaias foi reforçado pelos aviltamentos que estavam sofrendo os brasileiros residentes no Uruguai.

Ao mesmo tempo, o Almirante Tamandaré e as forças brasileiras na fronteira receberam ordens para realizar represálias e proteger os interesses dos brasileiros na região. No início das operações no Uruguai, havia mais de 500 fuzileiros navais destacados nos diversos navios da esquadra de Tamandaré estacionada no Rio da Prata.

Essa Força Naval brasileira adentrou o rio Uruguai e passou a aprisionar navios uruguaios e a bloquear passagens e as localidades de Salto e Paissandu com o auxílio do *Batalhão Naval*, que efetuou desembarques em apoio às tropas do Exército Imperial que operava desde a fronteira comum entre os dois países.

Em 16 de outubro, com o efetivo de seis mil homens, foi iniciada a operação de invasão ao Uruguai. Esse efetivo marchou sobre a vila de Mello. Alcançado o objetivo, as tropas brasileiras avançaram para a localidade ribeirinha de Paissandu. As forças brasileiras ali se concentraram e a sitiaram por um mês. A Tomada de Paissandu foi a luta mais renhida e era de vital importância, pois a localização privilegiada foi centro de ação do inimigo. A praça, constituída por vários pontos de defesa, era tão bem guarnecida e defendida que os brasileiros chegaram a denominá-la de Forte Sebastopol, em alusão à Guerra da Criméia.

## Período de 1851-1908

A tomada do Forte Sebastopol era de vital importância por ser um ponto de defesa uruguaia de localização privilegiada. A esquadra brasileira e a artilharia de campanha iniciaram o bombardeio. Foi feita a ofensiva à praça, mas o inimigo reagiu violentamente. A tropa de Fuzileiros Navais lançou-se ao ataque contra os uruguaios que defendiam o local, lutando bravamente. Os Fuzileiros Navais assaltaram a posição e, após luta cerrada de várias horas, conseguiram penetrar no reduto inimigo.

Nesse combate, destacou-se o Segundo-Sargento Fuzileiro Naval Francisco Borges de Sousa, que avançou à frente do pelotão que comandava e, embora gravemente ferido, conseguiu penetrar no recinto e arriou a bandeira uruguaia. O restante do pelotão assaltou a posição, subjugando-a. A bandeira do Império do Brasil foi içada.

Os Fuzileiros Navais efetuaram desembarques em apoio às tropas do Exército, auxiliando a Força Naval no Rio da Prata. O *Batalhão Naval* registrou, com bravura, a sua presença nas localidades de Mello, Sebastopol, Salto e Paissandu.

Enquanto isso, com o apoio da Armada Imperial, as forças uruguaias aliadas, sob o comando de Venâncio Flores, sitiaram a vila de Salto, no rio Uruguai, que veio a capitular, sem resistência, em 28 de novembro de 1864.

Porém, Paissandu resistia às investidas por terra e ao bloqueio naval brasileiro. Em 6 de dezembro de 1864, forças uruguaias que cercavam Paissandu e tropas do Exército, dos Fuzileiros Navais e dos Imperiais-Marinheiros desembarcados dos navios brasileiros atacaram a guarnição entrincheirada naquela vila. Finalmente, às 9 horas da manhã de 31 de dezembro de 1864, as tropas brasileiras, com o apoio naval da Esquadra sob o comando do Almirante Tamandaré, lançaram o ataque final a Paissandu. As tropas brasileiras atacaram frontalmente e pelo flanco direito, e as do General Flores pelo esquerdo. A resistência de Paissandu foi aguerrida, tendo durado todo o dia e entrado pela noite.



### AS CAMPANHAS CONTRA ORIBE E ROSAS (1851-1852)

- A invasão de Caxias ao Uruguai e o encontro com Urquiza.
- A ajuda dos colorados (do Uruguai) a Caxias e Urquiza.
- As forças de Urquiza (de Corrientes), apoiadas pelas forças do Brasil e do Uruguai, derrotaram Rosas em Monte Caseros.

### A CAMPANHA CONTRA AGUIRRE (1864)

- Tamandaré com a ajuda de Flores (do Uruguai), conquistou Paissandu e Salto.
- Tamandaré e Mena Barreto, apoiados por Flores, cercaram Montevideu.

Essa primeira investida prolongou-se por três dias, com os navios brasileiros bombardeando incessantemente a praça fortificada de Paissandu para facilitar o avanço das forças aliadas. Durante o combate, um pequeno grupo de homens, conduzidos pelo Primeiro-Tenente da Marinha Antônio Carlos de Mariz e Barros, filho do Almirante Joaquim José Inácio, o Visconde de Inhaúma, conquistou uma elevação ao norte de Paissandu chamada Boa Vista, na qual montaram canhões retirados dos navios.

No terceiro dia, o Almirante Tamandaré suspendeu o ataque, aguardando o reforço de um contingente do Exército Imperial que, vindo em marcha forçada da fronteira com o Rio Grande, se dirigia ao local do combate. Na manhã de 31 de dezembro de 1864, as Forças Navais brasileiras e as do Exército Imperial, sob o comando do Marechal Mena Barreto, e as tropas aliadas uruguaias, comandadas pelo General Venâncio Flores, reiniciaram o ataque à cidadela de Paissandu, que culminou na sua ocupação em 2 de janeiro de 1865.

Com a conquista de Salto e Paissandu, as forças imperiais brasileiras passaram a dominar grande parte da região ao norte do rio Uruguai e receberam ordens de marchar sobre a capital uruguiaia, Montevidéu. Desesperado, Aguirre queimou publicamente os tratados assinados com o Brasil e ordenou o ataque à cidade gaúcha de Jaguarão, entre 27 e 28 de janeiro, com uma força de 1.500 uruguaios. O efetivo brasileiro, composto por cavalaria e infantaria da Guarda Nacional, enfrentou, sustentou e repeliu o ataque, impondo o sítio a Montevidéu. O porto foi bloqueado pela Esquadra Brasileira, enquanto as tropas em terra cercavam a cidade. Em 15 de fevereiro, Aguirre foi deposto, as lideranças do Partido Blanco deixaram o poder e um governo provisório foi instituído.

Um tratado de paz com o Império Brasileiro foi finalmente assinado em 20 de fevereiro de 1865, na presença do Visconde do Rio Branco e do novo presidente do senado uruguiaio. Pela Convenção de Paz, as propriedades confiscadas dos brasileiros no Uruguai puderam ser devolvidas.

Com a invasão do Uruguai por tropas brasileiras, na intervenção realizada em 1864, Solano López, presidente da República do Paraguai, considerou que seu próprio país fora agredido e declarou guerra ao Brasil. Aliás, ele havia enviado um ultimato ao Brasil, que fora ignorado.



*1864 Greve de operários em Santos*

## 1864 *Greve de operários em Santos*

Na madrugada de 28 de dezembro de 1864, cerca de 700 operários da região portuária de Santos declararam greve, exigindo melhores salários e uma carga horária menor de trabalho, pois cumpriam um período de doze horas. Como não foram atendidos em suas pretensões, atearam fogo a duas oficinas e destruíram a maquinaria de outras.

Uma companhia do *Batalhão Naval* seguiu para Santos a fim de restabelecer a ordem. Quando o navio que transportava a tropa realizava a manobra de atracação no cais, os grevistas, aproveitando-se da escuridão da madrugada e das condições do mar que dificultava a manobra, abriram fogo. Morreram dezessete fuzileiros navais durante o conflito.

A missão de preservação do patrimônio público e a manutenção da ordem nesse evento foram atribuídas aos Fuzileiros Navais que, embora tenham perdido integrantes durante as ações, desembarcaram e restabeleceram a ordem no porto.

## 1864 - 1870 *Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai)*

No início do século XIX, o Paraguai teve um desenvolvimento técnico-industrial, agrário e econômico que transformou o país no mais avançado da América do Sul. Após assumir o governo em 1862, Solano López começou a cobiçar, para o comércio exportador e importador do país, um acesso livre para o oceano, via rios Paraguai, Paraná e Prata.

De longa data, a livre navegação nos rios e os limites entre o Brasil e o norte do Paraguai eram motivos de discordância entre os dois países, posto que o rio Paraguai era uma importante via para o abastecimento da população de Mato Grosso.

Solano López estava se mobilizando para uma provável guerra e superestimou o poder econômico e militar do Paraguai, subestimando o potencial do poder militar brasileiro e a disposição do Brasil para a luta.

Em 12 de novembro de 1864, um navio brasileiro, o vapor Marquês de Olinda, que passava por Assunção em viagem a Mato Grosso, a bordo do qual viajava o presidente da Província, coronel Carneiro de Campos, foi aprisionado a mando do ditador Solano López. Diante desse fato, considerado uma agressão à soberania brasileira, D. Pedro II declarou guerra ao Paraguai. As preocupações do Governo Imperial aumentaram, pois já estava empenhado no conflito contra os blancos no Uruguai.

No dia 28 de dezembro de 1864, após a declaração de guerra ao Paraguai, López mandou invadir o sul do Mato Grosso. Sem a ligação por via fluvial com o resto do Brasil, Mato Grosso não pôde se defender da infantaria paraguaia de cerca de seis mil homens que, com facilidade, dominou o Forte de Nova Coimbra, cuja guarnição, com cerca de 150 soldados, resistiu durante dois dias aos constantes ataques.

*Período de 1851-1908*

---



*1864 - 1870 Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai)*

---

Os paraguaios ocuparam o Forte como centro de saques e investidas contra outras povoações e se apoderaram de Albuquerque, Miranda, Dourados e Corumbá, bem como de vários outros pontos desguarnecidos.

O governo imperial, ante o ataque inesperado de Mato Grosso, tratou de liquidar a situação da força brasileira no Uruguai. Após a tomada da praça de Paissandu, os aliados marcharam contra Montevideu e, ao cabo de alguns dias de sítio, em 20 de fevereiro de 1865, a capital uruguaia se rendeu. O colorado Flores assumiu o governo provisório da República Oriental e, no dia seguinte, deu ao governo imperial, em nome de sua nação, todas as satisfações que haviam sido exigidas de Aguirre. Regulados os negócios que explicavam a ação do Império na república vizinha, o governo brasileiro voltou a sua atenção para o ditador paraguaio.

Solano López, paralelamente à invasão de Mato Grosso, organizou uma coluna visando ao Rio Grande do Sul. O governo argentino negou permissão para que atravessasse o país na altura de Corrientes a fim de atacar o Rio Grande do Sul. A Argentina declarou guerra a Solano López ao ser surpreendida com o apresamento de seus vapores *Guauguay* e *25 de Mayo*, no rio Paraná, e a ocupação da Cidade de Corrientes em 13 de abril de 1865.

Para sustentar seu plano, López ainda ambicionava colocar o chefe do Partido Blanco, Aguirre, no governo do Uruguai. Essas hostilidades fizeram com que a aliança militar entre o Brasil e o Uruguai se transformasse no Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai, assinado em 1º de maio de 1865. Segundo esse Tratado, o Comando-Geral das Forças Aliadas era confiado ao General Mitre e o Comando-Geral da Esquadra Aliada ao Almirante Tamandaré; o General Flores ficou com o comando das forças uruguaias e o General Osório com as forças brasileiras em terra.

Todavia, as três nações achavam-se exauridas e desprevenidas para essa campanha. A Argentina dispunha de cerca de seis mil homens, espalhados pelas fronteiras, o Uruguai cerca de mil homens e o Exército Brasileiro, comandado pelo General Osório, contava com vinte mil combatentes. No mar, só o Brasil tinha forças capazes de enfrentar as várias fortificações que López levantara às margens do rio Paraguai.

No Brasil, por toda parte se levantavam legiões de voluntários. Nas províncias do Sul, a Guarda Nacional foi chamada às armas e, em pouco tempo, as forças aliadas tinham se multiplicado num exército de cerca de quarenta mil homens, concentrados em Concórdia, São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Paissandu e em outros pontos do rio Uruguai.

### *Batalha Naval do Riachuelo – 11 de junho de 1865*

López empreendeu a invasão do Rio Grande e quase ao mesmo tempo atacou, no rio Paraná, a Esquadra Brasileira comandada pelo Almirante Francisco Manuel Barroso da Silva<sup>21</sup>, na altura de Riachuelo.

Em 11 de junho de 1865, aconteceu a primeira e maior batalha naval entre as forças brasileiras e as do Paraguai, conhecida como Batalha Naval do Riachuelo. Ao inesperado ataque e à surpresa das manobras juntaram-se logo a bravura dos brasileiros e a coragem do Almirante Barroso, que manobrou rapidamente seu navio Amazonas, abalroando as embarcações inimigas e pondo a pique três delas. A batalha durou dez horas e assegurou a vitória e uma das páginas mais gloriosas da nossa história naval.

Na revista *O Anfíbio* (1981), há o seguinte relato:

*“Na Batalha do Riachuelo, as guarnições de bordo foram empenhadas em combates corpo-a-corpo e sustentaram cerrado fogo de artilharia. O Guarda-Marinha João Guilherme Greenhalgh, o Marinheiro Marcílio Dias e muitos oficiais e praças lutaram e perderam a vida heroicamente. Os Fuzileiros Navais Zeferino Leite de Oliveira e Hilário Pereira e José Alves integram a lista de baixas da Batalha. O Sargento do Batalhão Naval Augusto Pires Ferreira pela luta que travou a bordo foi elogiado por seu comandante em relatório.”*<sup>22</sup>

O *Batalhão Naval*, na luta contra o Paraguai, participou de diversas operações na região do rio da Prata, com o efetivo de 1428 praças, sendo 585 artilheiros e 843 fuzileiros embarcados em unidades navais. O efetivo total do Batalhão era de 1.846 praças, portanto, a maioria dos fuzileiros navais estava engajada no conflito.

No prosseguimento das operações de guerra, a Armada Imperial conquistou importantes vitórias. Tanto as campanhas navais quanto as ações em terra foram conduzidas com sucesso pelos aliados.

A esquadra aliada, comandada pelo Almirante Barroso, destruiu a força naval paraguaia na Batalha do Riachuelo e bloqueou o território paraguaio. Os quatro vapores paraguaios que restaram se recolheram a Humaitá e, dali em diante, limitaram-se a assaltos e abordagens a navios desgarrados da nossa esquadra. López, então, voltou suas esperanças para o seu exército, que marchou sobre o Rio Grande do Sul.

<sup>21</sup> O Almirante Barroso nasceu em Portugal, em 1804, vindo para o Brasil em 1808 juntamente com sua família quando da transmigração da Família Real Portuguesa. Seu pai, o Tenente-Coronel Teodósio Manuel Barroso, integrava as fileiras da Brigada Real da Marinha.

<sup>22</sup> O Anfíbio: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais. Edição Histórica: 1998.

### *Cerco a Uruguaiana – 17 de agosto de 1865*

A coluna paraguaia, que avançou ao longo da margem direita do rio, foi desbaratada em Jataí pelas forças aliadas em 17 de agosto de 1865.

Enquanto isso, pela margem esquerda, o coronel paraguaio Estigarribia, a partir de São Borja, avançou sobre Uruguaiana, onde se fortificou com cerca de nove mil homens. Os aliados estabeleceram o cerco à praça.

No Rio de Janeiro, a ocupação de Uruguaiana causou apreensão, e o próprio Imperador, acompanhado de seu genro, o Conde D’Eu, partiu para o Rio Grande. Ao cabo de um mês de sítio, as tropas aliadas, sob o comando do General Osório, conseguiram a rendição de Uruguaiana. Derrotadas em Uruguaiana em 18 de setembro de 1865, as forças paraguaias recuaram para as barrancas do rio Paraguai.

### *Invasão do território paraguaio pelas Forças Aliadas – 1866*

López, convencido de que precisava reduzir-se à defensiva, ordenou a retirada geral, concentrando-se nas fronteiras. Levantou fortificações nos rios Paraná e Paraguai em pontos expostos a ataque ou invasão, cuidando principalmente de Itapiru e Humaitá.

### *Batalha do Tuiuti – 24 de maio de 1866*

Em abril de 1866, a Esquadra Brasileira atacou o Forte de Itapiru. O Marechal Osório transpôs o Passo da Pátria e desembarcou em território inimigo em 16 de abril. Os paraguaios investiram furiosamente contra as forças invasoras. A Esquadra se apoderou de Itapiru e, no dia 2 de maio, derrotou os paraguaios em Estero Belaco.

Em 24 de maio do mesmo ano, nova e pesada derrota paraguaia na Batalha de Tuiuti, a mais notável batalha de toda a campanha. Os aliados tiveram 650 mortos e 2.600 feridos; os paraguaios registraram 4.000 mortos e 370 feridos.

### *Batalha de Curuzu – 3 de setembro de 1866*

Em fins de agosto, chegaram os reforços. O conselho de generais resolveu avançar sobre Humaitá com operações simultâneas da Esquadra e das forças de terra. Era preciso atacar Curupaiti, uma extraordinária praça de guerra ao sul de Humaitá. No dia 1º de setembro de 1866, os navios da Esquadra seguiram rio acima, com cerca de 9.000 homens de diversas milícias, com destino a Curupaiti. Antes, porém, os aliados se viram frente ao Forte Curuzu, onde desembarcaram e travaram combates renhidos, enquanto a Esquadra bombardeava o Forte.

A luta em Curuzu foi cruenta e, no meio do combate, ouviu-se a explosão de um torpedo, levando a pique o encouraçado *Rio de Janeiro*, cuja tripulação foi, quase toda, sacrificada. A investida prosseguiu e o Forte de Curuzu foi tomado de assalto pelas tropas aliadas em 3 de setembro.

### *Derrota em Curupaití - 22 de setembro de 1866*

Animado pela queda do Forte de Curuzu, o 2º Corpo do Exército Brasileiro, sob o comando do General Guilherme Xavier de Sousa, voltou-se para o Forte de Curupaiti que, como o primeiro, também se constituía numa defesa avançada da Fortaleza de Humaitá.

Durante os combates em Curuzu, Curupaiti teve suas defesas reforçadas, inclusive com um entrenchamento de cerca de dois quilômetros de extensão e a construção de um grande fosso. O General Manuel Marques de Souza, Barão de Porto Alegre, avançou sobre Curupaiti, esperando apenas a chegada de reforços do acampamento geral. No entanto, por falta de munição, escassez de alimentos, doenças e epidemias, o avanço aliado foi atenuado; as defesas instaladas na fortaleza suportaram com sucesso, em 22 de setembro de 1866, o ataque combinado da Esquadra, comandada pelo Almirante Tamandaré, e da Infantaria do 2º Corpo do Exército Brasileiro, reforçada com tropas argentinas.

O bombardeio da Esquadra Imperial mostrou-se incapaz de neutralizar a artilharia da fortaleza, protegida vários metros acima das margens do rio; a infantaria se viu retardada pelo terreno barrento, encharcado pelas chuvas da estação, o que a tornou presa fácil do fogo da artilharia inimiga, resultando na perda de quase 4.000 homens da tropa aliada, contra 250 defensores paraguaios.

Essa derrota em Curupaiti imobilizou a campanha e teve importantes repercussões sobre os seus rumos. O General Flores voltou para Montevideu e Mitre para Buenos Aires, retirando mais da metade das tropas argentinas da luta. O Almirante Tamandaré também se exonerou do comando da Esquadra devido a divergências com Mitre.

O Governo Imperial, alarmado com o curso dos acontecimentos, tomou novas e enérgicas medidas. Luís Alves de Lima e Silva, Marquês de Caxias, chegou a Tuiuti em meados de novembro de 1866, assumindo o comando geral das forças brasileiras. As condições dos exércitos aliados eram penosas, pois, além das dificuldades inerentes à ofensiva e da morosidade das operações, a peste lavrava nos acampamentos com intensidade assustadora.

### *Consolidação das posições das Forças Aliadas em território paraguaio - 1867*

As tropas permaneceram estacionadas em Tuiuti; Caxias reorganizou o Exército e providenciou um sistema regular de abastecimento.

Em julho de 1867, o General Osório foi novamente incorporado ao exército aliado. Com a divisão de Osório, composta de sete mil homens, o efetivo total subia para quarenta mil soldados. Vencendo obstáculos enormes, o exército se pôs em marcha sobre Humaitá

e foi fortificar-se em Tuiucú, em frente à praça de guerra. Caxias isolou, por terra, a Fortaleza de Humaitá, ponto mais importante da defesa paraguaia, permitindo a passagem de navios brasileiros rio acima.

Mitre voltou de Buenos Aires, reassumindo o comando das forças aliadas. Enquanto Caxias deixava os aliados em condições de fazer um avanço seguro sobre Humaitá, em Mato Grosso os paraguaios sofriam grandes reveses e eram expulsos de quase todos os pontos que ocupavam naquela província.

No ano de 1867, o terceiro da Guerra do Paraguai, a Esquadra Brasileira forçou a passagem de Humaitá, sem sucesso, tendo em vista as dificuldades naturais e os torpedos, estacas e cadeias de ferro que atravessavam o rio de uma margem a outra. Decidiu-se construir uma estrada de ferro na região do Chaco, numa extensão de aproximadamente cinco milhas, a fim de desbordar a posição fortificada inimiga, além de facilitar o transporte de material de guerra e víveres.

Na revista *O Anfíbio*, há um comentário acerca do relatório de 30 de dezembro de 1867, dirigido ao Ministro da Marinha, que explica os trabalhos de construção da via férrea com detalhes. Esse documento relata que:

*“O assentamento dos trilhos foi realizado por fuzileiros navais e prisioneiros paraguaios, montando 400 pés de via férrea por dia no clima abrasador do Chaco. Assim, dez navios, com um total de 1.500 homens e 50 bocas de fogo, foram abastecidos pela base de operações localizada em Curuzu — cinco navios bombardeando constantemente as posições paraguaias de Humaitá, quatro no Porto Elisiário dominando Curupaity, e um servindo como repetidor de sinais entre as duas divisões na embocadura do riacho de Ouro. A importância desta obra está enunciada na conclusão do relatório: — “sem via férrea do Chaco, a esquadra encorajada teria, no fim de três meses, quando se acabassem os sobressalentes que levavam os navios quando forçaram as baterias de Curupaity, de abandonar a posição importante que hoje ocupa, e que há de decidir a sorte da guerra com o governo do Paraguai”.*<sup>23</sup>

A Esquadra, subindo o rio com os dez encorajados, operou com as forças de terra e, não obstante a resistência encontrada, passou por Curupaiti. Entretanto, bloqueada pelas fortificações daquele posto e de Curuzu, teve de interromper imediatamente a operação. Foi nessa ocasião que o acampamento de Tuiuti, onde se achava o General Porto Alegre, sofreu um ataque de surpresa, com a perda de 800 homens, entre mortos e feridos. Em 3 de novembro de 1867, as tropas paraguaias foram derrotadas na segunda Batalha de Tuiuti.

A Fortaleza de Humaitá foi cercada pela Esquadra Brasileira em 1867, mas os paraguaios ainda resistiram às forças aliadas de terra. Até o fim de 1867, os aliados continuavam diante de Humaitá, sem conseguir avançar. A luta durou, ainda, um ano e oito meses, quando Caxias tomou Curupaiti em julho de 1868.

<sup>23</sup> O Anfíbio: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais. Edição Histórica: 1988. p.24.

### *Recuo das forças paraguaias – 1868*

Logo no início de 1868, o General Mitre passou o comando das forças aliadas a Caxias. No fim de março do mesmo ano, os paraguaios se concentravam na Fortaleza de Humaitá.

Osório tentou tomar de assalto a fortaleza, sem resultados. Mas, em fins de julho, um entrenchamento em frente a Humaitá foi atacado e tomado por marinheiros, fuzileiros navais e soldados do Exército. Os paraguaios acabaram por se render e a famosa praça de guerra foi evacuada. Caxias cortou a retirada das tropas paraguaias que abandonavam Humaitá. A Esquadra Brasileira dominou o rio até Assunção, mas não a ocupou por estar abandonada e quase deserta.

López instalou-se em Tebiquari e levantou poderosas fortificações em grande extensão do rio. Em agosto de 1868, os aliados avançaram sobre Tebiquari, rechaçando os paraguaios.

Levantando o acampamento de Tebiquari, López fortificou-se entre Angustura e Vileta, a cerca de quinze quilômetros de Assunção. Os aliados, embora encontrando enormes dificuldades, avançavam tanto por terra quanto pelo rio. Todavia, o próprio Marquês de Caxias se pôs à frente de cerca de dez mil homens, atravessou o rio Paraguai e atacou o inimigo pela retaguarda. A luta foi renhida durante muitos dias, ficando reduzida a um único e vasto campo de batalha formado por Vileta, Angustura, Piquiciri e Itororó, até que a vitória dos aliados obrigou López a fugir para Lomas Valentinas.

O exército paraguaio foi derrotado nas batalhas de Avaí e Itororó no dia 11 de dezembro. López fugiu para Cerro León.

Doentes, o Marquês de Caxias e o Visconde de Inhaúma, então Comandante-em-Chefe da Esquadra Brasileira no Paraguai, foram obrigados a abandonar o campo de batalha. O Governo Imperial nomeou Comandante-em-Chefe do Exército Brasileiro em combate o Conde D'Eu, marido da Princesa Isabel, que assumiu em 16 de abril de 1869 com a missão de reorganizar as forças para perseguir o inimigo nas cordilheiras do interior.

López aproveitou-se dessa pausa para construir fortificações, formar um novo exército e seguir para o norte até Azcurra, fazendo de Peribebui a sua nova capital. Em Assunção, foi instalado e organizado um governo provisório sob a direção de José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. Uma divisão de 8.500 homens, incumbida de impedir a retirada de López pelo norte, chegou tarde para impedir a fuga do tirano.

Durante muitos dias, travou-se combate diante do Forte de Campo Grande, levando a derrota aos paraguaios. Solano López, refugiado na cordilheira de Azcurra, resistiu à perseguição até 1º de março de 1870, quando foi alcançado e morto numa última luta, a de Cerro Corá. A paz definitiva, em 1870, encerrou a guerra contra o Paraguai.

## *Os Fuzileiros Navais na Guerra do Paraguai*

Nas Batalhas Navais de Riachuelo, Passo da Pátria, Itapiru, Curuzu, Curupaiti e Humaitá, os Fuzileiros Navais, com seus sabres, escreveram páginas de heroísmo em sua história. Após Curuzu e Curupaiti, os fuzileiros embarcados em corvetas e canhoneiras foram enviados para o Chaco.

Os Fuzileiros Navais efetuaram desembarques em apoio às tropas do Exército, auxiliando a Força Naval Brasileira no rio da Prata, desde 1864 até o final da Guerra do Paraguai. O *Batalhão Naval*, quando desembarcado e reunido, foi empregado no assentamento dos trilhos da estrada de ferro no chaco paraguaio para unir as duas esquadras, separadas pelas barrancas de Curupaiti. A estrada, com aproximadamente nove quilômetros de extensão, foi construída para o apoio logístico aos navios.

Quando fracionado em destacamentos, o *Batalhão Naval* ficava a bordo dos navios em operações, efetuando os desembarques nas margens e ilhas dos rios Paraná e Paraguai, com os mais diversos propósitos, quer em ações isoladas, quer ao lado das forças do Exército. Todas essas manobras permitiram a aproximação dos navios, que realizaram um constante bombardeio das posições inimigas, levando ao término dos combates em agosto de 1869.

Terminada a Guerra da Tríplice Aliança, os fuzileiros recolheram-se ao quartel vindos do Paraguai. Em 29 de abril de 1871, 1.108 fuzileiros chegaram à Ilha das Cobras, sendo que 115 praças ficaram provisoriamente nos estabelecimentos da Marinha Brasileira no Paraguai.<sup>24</sup>

Na campanha contra Aguirre e na guerra da Tríplice Aliança, os Fuzileiros Navais tiveram 361 mortos.

### *Antecedentes históricos da Proclamação da República*

Em 1869, foi fundado o Partido Republicano no Brasil, e, após 1870, as idéias republicanas tomaram vulto e assumiram expressão popular. É fato incontestável que, depois da vitória na Guerra do Paraguai, os chefes militares, a maioria egressa da classe média, obtiveram uma grande força social e política. A guerra provocou rupturas no regime monárquico pelas transformações políticas e socioeconômicas.

Em 1884, começaram a surgir as chamadas “Questões Militares”, decorrentes não só da insatisfação dos militares com algumas medidas adotadas pelo governo, mas também do crescente interesse pelas idéias republicanas. Paralelamente, idéias contra a escravidão tomavam força, fazendo surgir várias sociedades pró-abolicionistas que reivindicavam a liberdade plena para os escravos. Em 13 de maio de 1888, foi assinada e promulgada, pela Princesa Isabel, a lei que declarou extinta a escravidão no Brasil.

<sup>24</sup> MARQUES, Antero José. Livro Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. ed.2. p.45.

Em seguida ao Baile da Ilha Fiscal, realizado em 9 de novembro de 1889, reuniões de adesão à causa republicana de militares e civis influentes aconteciam no Clube Militar e em outros locais. Esse movimento articulado de conspiração republicana fez com que a monarquia chegasse ao fim em 15 de novembro de 1889 como fato irreversível.

Nesse dia, às 5 horas, o *Batalhão Naval* desembarcou no Arsenal de Marinha e, reforçado por uma força de marinheiros, marchou para o Campo da Aclamação, atual Praça da República, onde se incorporou ao contingente do Exército, solidário à causa republicana.

Os acontecimentos evoluíram rapidamente. No Quartel-General do Exército estava reunido o Gabinete do Império, e as imediações já estavam ocupadas pelos militares e pelo povo. O Gabinete, após várias tentativas de persuadir e levar à desistência os chefes republicanos, se demitiu. O Marechal Deodoro da Fonseca proclamou a República.

A República dos Estados Unidos do Brasil começava a ser comemorada com entusiasmo pelas ruas e nos quartéis. O *Batalhão Naval* desfilava pelo centro da cidade, regressando à Fortaleza de São José, e confraternizava-se com as tropas do Exército, que formavam alas na Rua Primeiro de Março. O Governo Provisório, no dia seguinte, decretou o exílio da Família Imperial.

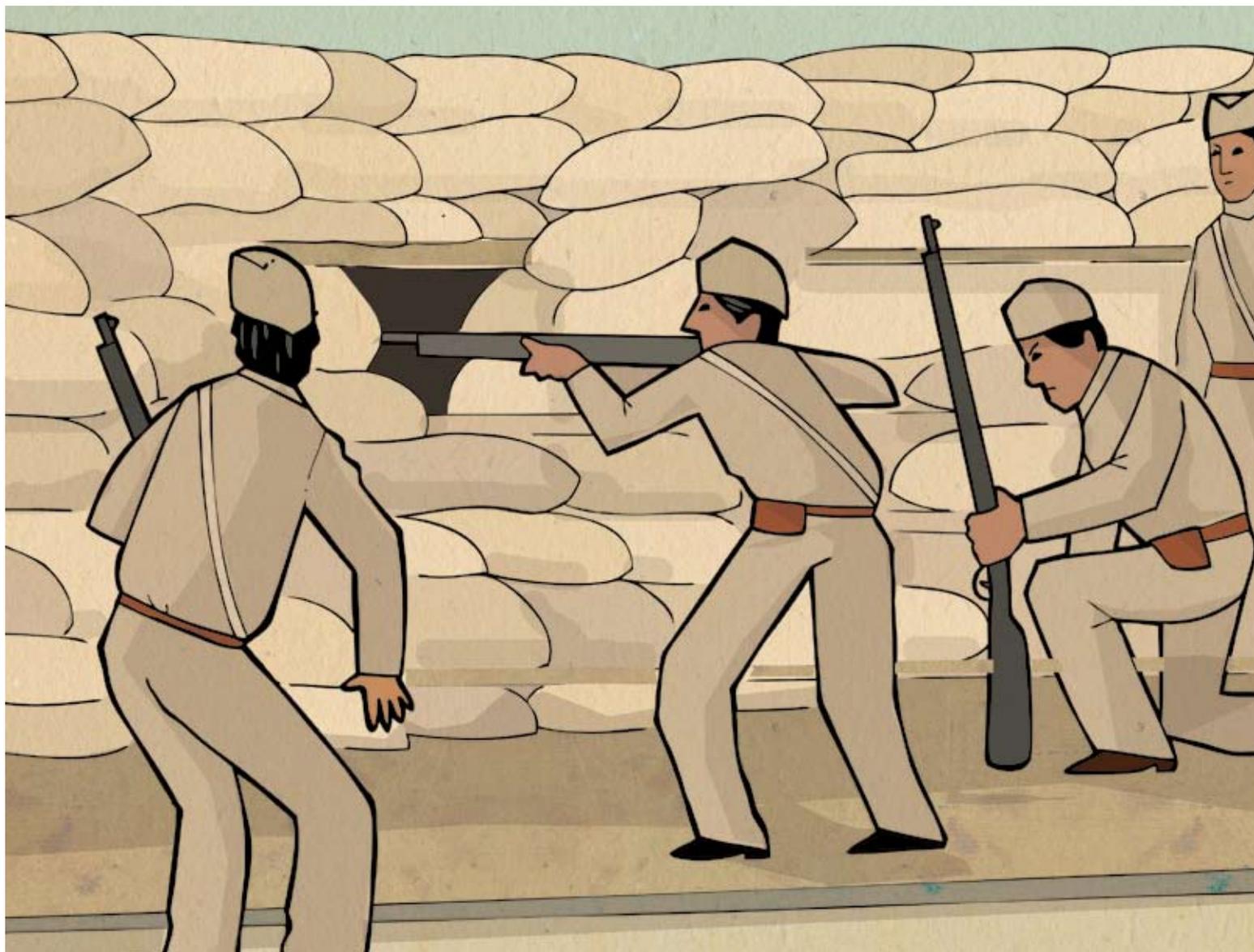
No início da República, o Batalhão Naval sofreu uma nova organização, em “*harmonia com a adotada nos Corpos do Exército, sem contudo alterar os fins de sua criação*”. Pelo Decreto nº 272, de 18 de março de 1890, o *Batalhão Naval* passou a ser integrado por quatro Companhias de Infantaria, duas de Artilharia, um Estado-Maior e um Estado-Menor, fixando o seu efetivo global em mil homens, dos quais 94 eram oficiais.

### 1893 - 1895 *Revolta da Armada*

Em 1893, no conturbado início do Regime Republicano, ocorreu a Revolta da Armada. Em 1891, uma sucessão de crises políticas levou o Presidente da República, Deodoro da Fonseca, a dissolver o congresso e a decretar Estado de Sítio. Mas, diante da ameaça de uma guerra civil, renunciou, transmitindo o cargo ao Vice-Presidente, Floriano Peixoto.

A Revolta foi promovida por unidades da Marinha contra a permanência do Marechal Floriano Peixoto na chefia do governo. A falta de respaldo constitucional sobre a legitimidade da posse do vice-presidente ocasionou uma série de revoltas. Os revoltosos, declarando-o ilegítimo, exigiam uma presidência interina até a convocação de eleições.

No dia 6 de abril de 1892, foi lançado um manifesto, assinado por treze generais e almirantes, exigindo que Floriano convocasse novas eleições nos termos da Constituição. Entre os signatários, estava o Contra-Almirante Eduardo Wandenkolk que, nas eleições indiretas, teve de engolir a derrota em favor do acordo de bastidores que entregou a vice-presidência ao Marechal Floriano Peixoto.



1893 - 1895 *Revolta da Armada*

No ano seguinte, porém, o Contra-Almirante Custódio de Mello, Ministro da Marinha, se desentendeu com o Marechal e se demitiu, sublevando grande parte da Armada estacionada na Baía de Guanabara; em dezembro de 1893, recebeu reforços do Almirante Saldanha da Gama e o apoio do Almirante Wandenkolk.

Paralelamente, ocorreram manifestações populares nas ruas do Rio de Janeiro, enquanto a imprensa acirrava os ânimos, alimentando a polêmica em torno de tanta controvérsia. Floriano, então, apelou para a força bruta: reprimiu com energia os protestos de rua, decretou Estado de Sítio e colocou na indisponibilidade os oficiais insubordinados, através de aposentadoria compulsória que os retirou do comando, solucionando, momentaneamente, a crise.

Não contente com a vitória, mandou deportar os envolvidos para as selvas da Amazônia. Não foram poupados jornalistas, homens de letras e nem congressistas, que estavam protegidos com a imunidade parlamentar. Entre eles se encontrava José do Patrocínio, que se empenhou na libertação dos escravos e, depois, se entregou à causa republicana.

A sublevação não atingiu o Exército, que permaneceu fiel ao governo, o qual contava ainda com o apoio da nova classe dominante na República: a oligarquia formada pelos ruralistas. Como resposta imediata, Floriano ordenou à artilharia um contra-ataque que atingiu pesadamente os rebelados.

Entre 6 de setembro de 1893 e 16 de abril de 1894, o Batalhão Naval aderiu ao movimento da Revolta da Armada. Legalistas e revoltosos combateram com fogos de artilharia nas posições de terra e nos navios.

A Fortaleza de São José da Ilha das Cobras foi bombardeada e praticamente destruída. Os revolucionários foram derrotados; a situação tornara-se insustentável, pois estavam sem víveres e sem munição. Em 13 de março de 1893, abandonaram os navios e a Fortaleza e pediram asilo às corvetas portuguesas, fundeadas na Baía de Guanabara.

Falhando na tentativa de tomar a cidade do Rio de Janeiro, boa parte da Armada partiu para o Sul do país, a fim de apoiar a Revolução Federalista iniciada no Rio Grande no ano anterior. Enquanto isso, o Governo conseguiu restabelecer a frota, enviando-a para o Sul e sufocando a Revolta da Armada.<sup>25</sup> Durante o conflito, morreram 24 fuzileiros navais. A adesão à Revolta contribuiu para que o *Batalhão Naval* fosse dissolvido no mesmo ano.

Entretanto, o Decreto nº 1968, de 15 de fevereiro de 1895, o fez ressurgir como *Corpo de Infantaria de Marinha*, com a mesma organização anterior.

<sup>25</sup> Disponível em: <[www.pitoresco.com.br/historia/republ02.htm](http://www.pitoresco.com.br/historia/republ02.htm)>. Acessado em: 25 de agosto de 2008.



1903 *Conflicto entre Peru e Colômbia*

### 1903 *Conflito entre Peru e Colômbia*

No dia 3 de março de 1903, um destacamento de 60 praças do *Corpo de Infantaria da Marinha*, comandado pelo Segundo-Sargento José Ribeiro de Almeida, embarcou no cruzador Barroso com destino ao Estado do Amazonas. Durante quatro meses, esse destacamento esteve estacionado em terra na cidade de Tabatinga, em virtude das questões territoriais entre o Peru e a Colômbia. Nesse período, entre março e julho de 1903, 54 fuzileiros navais morreram vitimados por moléstias.<sup>26</sup> Do destacamento, regressaram ao quartel apenas um sargento, dois cabos e três soldados. A presença de Fuzileiros Navais na área de conflito foi o suficiente para devolver a paz.

### 1904 *Revolta da Vacina*

O Rio de Janeiro era foco de epidemias, como febre amarela, varíola e peste bubônica, devido à falta de saneamento básico e às péssimas condições de higiene da cidade, que era apelidada de “túmulo de estrangeiros”. Oswaldo Cruz foi o responsável pela estruturação da saúde pública no Brasil e conseguiu sanear o Rio de Janeiro, apesar da forte oposição da mídia e da população.

A população revoltou-se contra as medidas adotadas, gerando a conhecida “Revolta da Vacina”. A remodelação urbana, feita pelo Presidente Rodrigues Alves (1902-1906), pretendia modernizar a cidade e combater as epidemias, demolindo cortiços e casebres nos bairros centrais e desalojando a população local, o que também contribuiu para a Revolta. Os desabrigados refugiaram-se em barracos nos morros cariocas ou em bairros distantes.

Enquanto o Prefeito Pereira Passos realizava o “Bota Abaixo”, como ficou conhecida a reforma da cidade, Oswaldo Cruz transformava o Rio de Janeiro em um gigantesco laboratório de combate às doenças, implantando métodos revolucionários ao assumir a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), cargo equivalente ao de Ministro da Saúde.

Em 1904, a cidade foi assolada por uma epidemia de varíola. Oswaldo Cruz mandou ao Congresso uma lei que reiterava a obrigatoriedade da vacinação, já instituída desde 1837, mas não plenamente cumprida. Ciente da resistência pública, montou uma campanha em moldes militares. Dividiu a cidade em distritos, criou uma polícia sanitária com poder para desinfetar casas, caçar ratos e matar mosquitos. A lei que impôs a vacinação obrigatória contra a varíola no Brasil permitiu que brigadas sanitárias, acompanhadas de policiais, entrassem nas casas para aplicar a vacina à força.

Desinformada, temendo os efeitos da vacina e desconfiada de tudo o que vinha do governo, a população do Rio de Janeiro rebelou-se contra a vacinação obrigatória. Setores de oposição ao governo e quase toda a imprensa ficaram contra Oswaldo Cruz, ridicularizando seus atos com charges e artigos.

<sup>26</sup> MARQUES, Antero José. Livro Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. ed.2. p.61



1904 *Revolta da Vacina*

A indignação levou ao motim popular, que explodiu em 11 de novembro de 1904, conhecido como a “Revolta da Vacina”. Por mais de uma semana, o povo promoveu barricadas, incendiou carroças e bondes, saqueou lojas e destruiu postes de iluminação. As ruas do Rio de Janeiro viveram uma guerra civil.

Novamente, a ordem pública carecia ser restabelecida, e os Fuzileiros Navais foram convocados para, em uma operação conjunta com as forças do Exército e da Polícia, cooperar na manutenção da ordem necessária ao povo.

A revolta terminou, segundo a Polícia, com o saldo de 23 mortos, 67 feridos e mais de mil pessoas presas.

### *Novamente, Batalhão Naval*

Em 16 de julho de 1908, pelo Decreto nº 7035, o *Corpo de Infantaria de Marinha* voltou à denominação de *Batalhão Naval*, transformando-se em um Corpo de Desembarque composto por duas armas – Infantaria e Artilharia – que receberam armamento moderno.

Foi nessa época que os Fuzileiros Navais, depois de cem anos, se deslocaram das instalações atualmente ocupadas pelo Hospital Central da Marinha e pelo Presídio da Marinha para os novos prédios construídos na área elevada do antigo Baluarte de Santo Antônio, onde permanecem até os dias de hoje.

A reorganização efetuada pelo decreto, sem perder de vista o objetivo militar, procurou elevar o nível cultural das praças, desenvolvendo-lhes a instrução e incutindo-lhes uma clara noção de seus deveres. Para isso, foi criada a Escola Regimental para as praças analfabetas. Intensificou-se, também, a instrução militar através de treinamento apurado, de modo que o Batalhão foi considerado, por consenso público, o mais correto e exercitado de todos os batalhões da guarnição do Rio de Janeiro.

Além disso, os recrutas recebiam instrução profissional e técnica por meio de oficinas de ferreiros, carpinteiros, lustradores, empalhadores, correeiros, alfaiates e encadernadores, aproveitando-se, ainda, as habilitações dos sentenciados, aos quais se ensinavam os ofícios de cavouqueiro, calceteiro e pedreiro. O *Batalhão Naval* foi dotado de uma boa biblioteca, com cerca de 1.600 volumes de obras escolhidas, além de revistas e jornais.<sup>27</sup>

A partir de 1908, o *Batalhão Naval* e os Fuzileiros Navais passaram a ser largamente enaltecidos pela admiração do povo em prosa, verso e canções populares. Cabe ressaltar que a Banda dos Fuzileiros Navais sempre participou e foi apreciada tanto em eventos militares como civis. Esse aspecto pode ser constatado através da notícia do *Jornal do Comércio*<sup>28</sup> que cita a participação da banda, em 23 de novembro de 1906, na cerimônia de cinquenta anos de fundação do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro.<sup>29</sup>

<sup>27</sup> MARQUES, Antero José. Livro Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. ed.2.

<sup>28</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 24/11/1906. p.2.

<sup>29</sup> Primeira escola técnico-profissionalizante do Brasil.

*“Lyceu de Artes e Offícios*

*Realizou-se hontem o lançamento da pedra fundamental do novo edifício do Lyceu de Artes e Offícios, no ângulo da Avenida Central. Esse acto, que foi presidido pelo Sr. Presidente da República [Dr. Affonso Penna ] e assistido por milhares de pessoas, teve a mais imponente solemnidade. (...)*

*Finda a solemnidade o Sr. Presidente da República dirigiu-se para o velho edifício do Lyceu, visitando todas as suas dependências, admirando por esta ocasião uma bella exposição de trabalhos.(...)*

*No Lyceu a festa continuou até às 9 ½ horas da noite, tocando no saguão a banda de música do Corpo de Infantaria da Marinha.”*

---

---

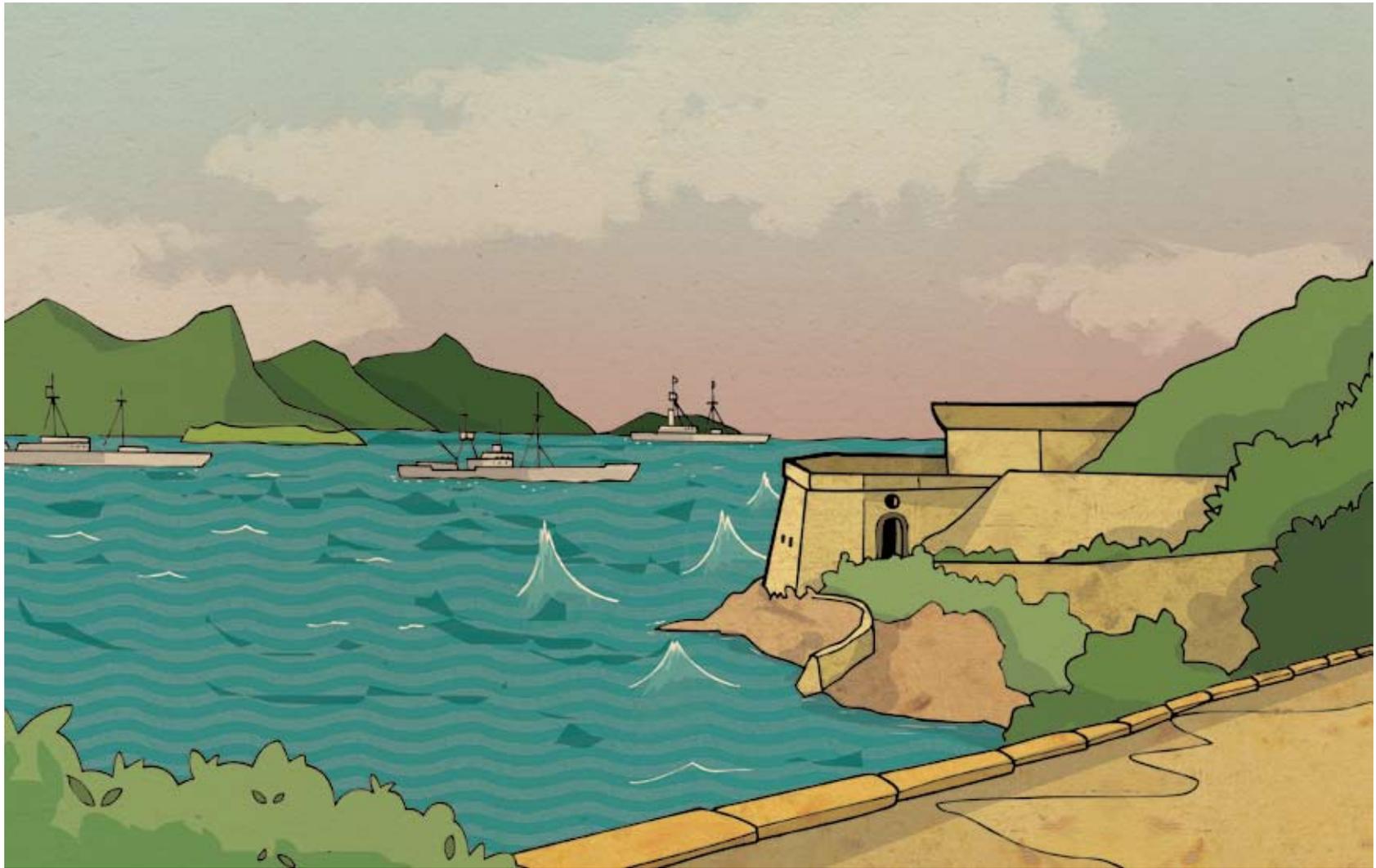
*Trajetória da Tropa Anfíbia  
da Marinha do Brasil*

---

---

*1908 - 1958*

*Parte 3*



*1910 Revolta dos Marinheiros e Motim do Batalhão Naval*

---

Em 1909, desenvolveu-se a campanha eleitoral para a Presidência da República, cujo período vigoraria de 1910 a 1914. Apresentaram-se dois candidatos à sucessão: o Senador Rui Barbosa, apregoando o “civilismo”, isto é, a predominância civil no governo da República; e o Marechal Hermes da Fonseca, pessoa de prestígio nas Forças Armadas. A campanha civilista foi acirrada pela imprensa, dividindo a nação em facções pró e contra os militares, o que resultou em agitações. Depois de disputado pleito eleitoral, no qual lutara contra o prestígio intelectual e político do opositor, o candidato militar venceu. O mandato, porém, começaria atravessando dias difíceis.

### 1910 *Revolta dos Marinheiros*

A Revolta dos Marinheiros, também conhecida como a Revolta da Chibata, estourou na Baía de Guanabara uma semana após a posse do presidente eleito.

Na Marinha Portuguesa, e depois na Marinha do Brasil, a punição aos marinheiros era realizada através de chibatadas. A Marinha era tida como força disciplinadora; a maioria de seus marinheiros era enviada pela polícia, e entre eles figuravam os de má índole. Os marinheiros eram punidos com castigos físicos e nas faltas graves recebiam 25 chibatadas. Essa situação gerou revolta entre os marinheiros.

Na noite do dia 22 de novembro de 1910, os marinheiros do encouraçado Minas Gerais rebelaram-se contra a oficialidade, devido a esses métodos disciplinares que continuavam em vigor na Marinha. A punição de 250 chibatadas (dez vezes mais do que o permitido por dia), imposta ao Marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes, acabou por fazer eclodir o movimento no navio *Minas Gerais*.

As guarnições dos principais vasos de guerra fundeados na Baía de Guanabara – os encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* e o cruzador *Bahia* – aderiram ao movimento. Pretendiam, com o levante, conseguir a abolição dos castigos corporais violentos, além de melhor alimentação, diminuição dos trabalhos e aumento dos vencimentos.

A primeira manifestação dos revoltosos foi recebida através de um telegrama endereçado ao Ministro da Marinha, notificando que o objetivo do movimento era acabar com os castigos corporais. O Ministro tentou conclamar para a ordem e o respeito aos poderes constituídos, mas os amotinados ameaçavam bombardear a cidade caso não fossem atendidos.

O Presidente Hermes da Fonseca foi notificado do motim na Esquadra, e a informação inicial era de que a tomada dos navios fora sangrenta, com oficiais e praças lutando corpo a corpo, armados de espadas, baionetas e machadinhas, e, durante a luta a bordo, vários militares haviam perdido a vida.

Na manhã do dia 23, a esquadra revoltada manobrou na Baía de Guanabara, disparando esparsos tiros de canhões contra o Rio de Janeiro e Niterói. Os marinheiros amotinados apontaram os canhões para a cidade, ameaçando-a caso as reivindicações não fossem atendidas.

O ataque efetivo não aconteceu, pois o Governo e o Congresso Nacional, sem alternativas e debilitados pela crise política, aprovaram um decreto, em caráter emergencial, na tarde do dia 25 de novembro. Esse decreto atendeu às reivindicações dos rebeldes, que exigiam o fim dos castigos corporais e a concessão de anistia aos amotinados.

*“Para todos os efeitos históricos, o líder da Revolta foi o Primeira-Classe João Cândido Felisberto, marinheiro-timoneiro do Encouraçado Minas Gerais, e como tal reconhecido pelo Governo de então, enaltecido pela Imprensa, aceito pelo Congresso que com ele se entendia o emissário político enviado, confirmado mesmo pela Marinha, cujos oficiais depois da anistia usavam-no como intermediário entre eles e as tripulações, e consagrado até pelos castigos a ele impostos.”<sup>30</sup>*

A deflagração da Revolta de 1910 teve várias causas, que se acumularam durante dezenas de anos até chegarem ao ponto crucial:

- o regime disciplinar severo era devido, principalmente, à incorporação de indivíduos de má índole comumente enviados pela polícia; os de melhor nível e mais capazes, que assumiam novos tipos de funções nos navios mais modernos da época, eram também submetidos ao mesmo superado regime disciplinar;
- a mistura e o regime a bordo constrangiam os marinheiros, e a legislação dificultava a substituição e mesmo a expulsão do elemento infrator;
- havia uma enorme lacuna sociocultural entre a oficialidade e a marujada;
- as severas restrições orçamentárias impediram a conclusão do Programa de Reparcelamento de 1906 e a adequada manutenção dos meios obtidos, gerando frustrações com a conseqüente estagnação e decadência das atividades da Marinha, mantendo, a par desses novos meios, navios a pano, navios fluviais (sobras da Guerra do Paraguai), navios mistos, navios de transição a vela e de madeira para o vapor e o aço;
- as influências recebidas pela tripulação nas viagens para o exterior e na convivência com os marinheiros de outras nações, onde já imperavam diferentes regimes disciplinares, de trabalho e de preparo de pessoal.

A Revolta dos Marinheiros levou à proscrição dos castigos físicos e da chibata e facultou às autoridades da Marinha o poder, dali em diante, de selecionar os homens recrutados para nela servirem e expulsar aqueles que dela não fossem dignos.

No final, o governo aceitou as reivindicações dos rebeldes, mas, antes disso, puniu com excessiva severidade os implicados na “Revolta da Chibata”. A anistia oferecida não foi cumprida, e os líderes revoltosos, apesar de deporem as armas e se submeterem às autoridades, foram presos na Ilha das Cobras.

<sup>30</sup> MARTINS, Helio Leônico. In: História Naval Brasileira. v.5. t.IB.

### 1910 *Motim do Batalhão Naval*

A anistia não serenou os ânimos e, menos de um mês depois, uma nova revolta eclodiu no Rio de Janeiro. Os ressentimentos existentes na Esquadra renasceram no Batalhão Naval, aquartelado na Ilha das Cobras, o qual, em 9 de dezembro de 1910, se insurgiu contra as condições desumanas do tratamento dispensado às praças.

O Capitão-Tenente reformado Antero José Marques, que, na ocasião do motim, exercia a função de Sargento-Ajudante do Batalhão, em relatório apresentado descreveu o que se passou no Quartel da Ilha das Cobras:

*“No dia 9 de dezembro, por volta das 22:30 horas, foi ouvido o toque de Batalhão Naval avançar, em acelerado. Este toque foi feito no pátio interno, entre os alojamentos da 1ª e 5ª Companhias. Logo em seguida, essas duas companhias correram para o pátio central em grande algazarra, dando vivas à liberdade e morras ao carrancismo. Alvejaram a tiros a sala de estado e quebraram o aparelho telefônico. Apagaram a iluminação do quartel, cercaram a ladeira da praça d’armas, onde estavam os oficiais, impedindo pelo fogo de fuzilaria a entrada dos outros membros no recinto do quartel. Arrombaram o paiol de munição, situado no subterrâneo, em frente ao edifício do corpo central. Trouxeram artilharia e metralhadoras para o pátio do quartel. Soltaram todos os presos e cercaram os pontos de saída.*

*Estabeleceu-se no quartel verdadeira confusão. As praças, de fuzil em punho, sem munição, corriam em todas as direções, procurando saber do que se tratava. Uma grande maioria das praças conseguiu, no primeiro momento, internar-se no Hospital de Marinha e depois passar para o Arsenal. O Brigada do Batalhão, Antero José Marques, que se achava no pátio interno, entre o corpo central e caixa d’água, conseguiu reter o avanço da 3ª companhia para o pátio central e com ela organizou rapidamente uma carga de baionetas sobre os sublevados. Esta carga de baioneta foi debandada a tiros de fuzilaria, havendo vários ferimentos leves e graves e morto o Primeiro Sargento José Francisco Sobral. Uma bala furou o boné do Brigada, que recebeu também um leve ferimento no braço esquerdo. Com o Brigada do Batalhão, transportaram-se para o Arsenal de Marinha 8 sargentos, 7 cabos e 128 soldados. No referido Arsenal já se encontravam cerca de 200 praças, que conseguiram sair do quartel no primeiro momento da sublevação.<sup>31</sup>*

Para dominar a revolta no *Batalhão Naval*, seus oficiais e parte da guarnição deslocaram-se para o Arsenal de Marinha, de onde partiria o contra-ataque à Ilha das Cobras. Navios da Esquadra ficaram postos junto à Ilha Fiscal, e uma Bateria de Artilharia do Exército foi posicionada ao lado do Mosteiro de São Bento, em dispositivo semelhante ao da crise de 1831.

<sup>31</sup> MARTINS, Hélio Leôncio. In: História Naval Brasileira. v.5. t.I. pp.104-135.

*“A infantaria ocupou o cais do Arsenal, próximo às oficinas, para posterior assalto e ocupação da ilha; às seis horas foi iniciado o fogo pelos canhões da Esquadra e bateria de obuses. Era necessário certo cuidado da direção dos tiros, porque os sublevados não deixaram retirar os doentes baixados no Hospital de Marinha, permitindo somente que se retirasse para o Arsenal o Capitão-Tenente Dr. Ferreira de Abreu, médico do Batalhão, que se internara no Hospital no início da sublevação. Este médico era conhecido no Batalhão como o “pai dos soldados”. Durante algum tempo, os sublevados responderam ao fogo dos navios e atiraram de fuzilaria e metralhadora para o Arsenal e Praça Quinze. Mais tarde, colocaram um canhão em frente ao Hospital e passaram a responder ao fogo da bateria de São Bento.”<sup>32</sup>*

A Fortaleza de São José foi intensamente bombardeada e sofreu severos danos. Na tarde de 10 de dezembro, os amotinados não respondiam mais ao fogo e, derrotados, içaram uma bandeira branca num pequeno mastro, na frente da capela do hospital. A revolta foi sufocada com expressivo saldo de mortos e feridos. Tanto o hospital quanto o quartel ficaram em completa ruína, duramente avariados pelos fogos da artilharia.

As forças sublevadas do Batalhão Naval foram comandadas pelo Sargento Jesuíno Leme de Carvalho, vulgo “Piaba”. Tiveram papel importante no movimento mais 45 sargentos e cabos, conforme ofício do Arsenal de Marinha, de 16 de dezembro, ao Estado-Maior da Armada, resultado de Conselho de Investigação ali realizado. Entretanto, a anistia foi concedida aos sublevados.

Durante o intenso bombardeio sobre o Batalhão, 26 fuzileiros navais perderam a vida. A Revolta do Batalhão Naval, envolvendo menos da metade de seu efetivo, durou 17 horas.

---

<sup>32</sup> Idem.

### 1922 *Revolta do Forte de Copacabana (“Os 18 do Forte”)*

Durante as campanhas eleitorais para o processo sucessório presidencial, voltaram as agitações políticas. O presidente do Clube Militar e ex-Presidente da República, Hermes da Fonseca, foi preso por ter se pronunciado politicamente, e o Clube foi fechado pelo Governo.

Em 5 de julho de 1922, no Rio de Janeiro, jovens oficiais do Forte de Copacabana eclodiram a revolta que ficou conhecida como “Os Dezoito do Forte”, primeiro movimento militar armado que refletiu o desagrado com a política e a economia da época e esboçou a defesa de princípios modernizadores. Essas insatisfações não eram apenas dos tenentes, mas também se reproduziam nas classes operárias.

No começo do século XX, grande parte da população era formada por operários, artesãos e desempregados que viviam em situação precária. A camada média e a classe operária sofriam com a carestia e o conseqüente aumento do custo de vida causado pela queda nas exportações de café e pelas constantes desvalorizações da moeda. A classe operária possuía algum grau de organização política e sindical: as greves haviam agitado as grandes cidades do país na década de 1910. O descontentamento com a situação econômica e política, favorável à elite do café de São Paulo e de Minas Gerais, era forte.

O Movimento Tenentista foi uma oposição direta ao sistema oligárquico. Pela primeira vez acontecia um movimento armado em oposição ao governo, subjugado pelos interesses dos produtores e exportadores de café, que se mantinham com uma estrutura política corrompida, fundamentada no “coronelismo” e no controle sobre os “currais eleitorais”. Dentre outras questões reivindicadas, os tenentes defendiam reformas políticas moralizadoras no país. Era urgente diversificar a economia brasileira, aplicar recursos no desenvolvimento industrial, realizar reformas políticas, adotar o voto secreto nas eleições e criar uma justiça eleitoral.

O Tenentismo foi um movimento que, em parte, refletiu o estado de marginalização política da classe média e o ideal de salvação nacional da classe militar, que era influenciada pela ideologia positivista.

Havia no Exército um alinhamento contra a posse do presidente eleito Artur Bernardes, representante das elites tradicionais criticado pelos militares. Antes da eleição, as tensões foram agravadas pela prisão, na Vila Militar, do Marechal Hermes da Fonseca, então presidente do Clube Militar, e pelas “falsas cartas” criticando os militares, publicadas na imprensa e atribuídas ao candidato à presidência Artur Bernardes.

A Revolta do Forte de Copacabana começou no dia 2 de julho, mas o ápice do movimento ocorreu em 5 de julho de 1922. Era comandante do Forte o Capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do Marechal.

O movimento se alastrou para a Escola Militar, na Praia Vermelha, e para o Forte do Vigia, no Leme. Os líderes do movimento contavam com adesões de outras unidades militares, o que não aconteceu. Apesar das críticas lançadas, a alta oficialidade manteve-se fiel à ordem e não aderiu ao movimento, que acabou abortado nas outras guarnições.



1922 *Revolta do Forte de Copacabana* (“Os 18 do Forte”)

Por ordem do governo, às 2 horas da madrugada de 5 de julho de 1922, uma Companhia de Infantaria do *Batalhão Naval*, com metralhadoras, guarneceu a defesa do Palácio do Catete contra um possível ataque procedente do Forte de Copacabana. Às 6 horas da manhã do mesmo dia, uma outra companhia do 3º Regimento de Infantaria do Exército, apoiada por uma Bateria de Artilharia, foi posta à disposição do Ministro da Guerra, estabelecendo posição defensiva no pátio do Quartel-General do Exército, na Praça da República.

O Palácio da Guerra e a Ilha das Cobras também foram alvos dos ataques dos revoltosos, que usaram a potente artilharia do Forte de Copacabana. Três praças do Batalhão Naval foram mortas nas posições que ocupavam.<sup>33</sup>

Durante toda a manhã do dia 5, o Forte de Copacabana sustentou fogo cerrado. Diversas casas, e até alvos distantes, foram atingidas na trajetória dos tiros, matando dezenas de pessoas. Eram 301 revolucionários – oficiais e civis voluntários – enfrentando as forças legalistas, representadas pelos batalhões do Exército e pelo *Batalhão Naval*.

A certa altura do episódio, Euclides Hermes e Siqueira Campos sugeriram ao restante dos combatentes que abandonassem o Forte caso desejassem. Por estarem acuados, o Capitão Euclides Hermes saiu da fortaleza para negociar e acabou preso. Os 28 que permaneceram decidiram “resistir até a morte”. A bandeira do Forte de Copacabana foi arriada e rasgada em pedaços pelos revoltosos, que em seguida saíram em marcha pela Avenida Atlântica, rumo ao Leme.

Alguns acabaram se dispersando pelo caminho durante os tiroteios, e os 18 restantes transformaram-se num pelotão suicida. A morte de um cabo no asfalto, baleado pelas costas, fez com que os outros saltassem para a praia, travando combate com as forças legalistas. A despeito dos que tombaram mortos, os remanescentes seguiram em frente, mas apenas os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes sobreviveram à famosa marcha.

Nesse episódio, mais conhecido como a Revolta dos Dezoito do Forte, morreram três Fuzileiros do *Batalhão Naval*.

### *O Regimento Naval*

O Decreto nº 16717, de 24 de fevereiro de 1924, criou o *Regimento Naval*, constituído das companhias do *Batalhão Naval* e de outras novas, distribuídas em dois Batalhões de Infantaria e um Grupo de Artilharia. O efetivo foi aumentado para 1.500 homens. O mesmo diploma legal autorizava o governo a comissionar oficiais, o que motivou a promoção a segundos-tenentes dos primeiros-sargentos da corporação.

<sup>33</sup> O Anfíbio: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais. Edição Histórica: 1988. p.35.



1924 *Rebelião do Exército e da Força Pública de São Paulo*

### 1924 *Rebelião do Exército e da Força Pública de São Paulo*

Dois anos após a revolta do Forte de Copacabana, uma sublevação teve seu início em São Paulo em julho de 1924. Era a segunda grande revolta tenentista do Brasil – a Revolução Paulista.

O Tenentismo, derrotado em 1922, continuou a se infiltrar nas guarnições militares de vários estados. Mais uma vez, o movimento, que deveria ser de caráter nacional, permaneceu limitado a alguns focos, notadamente na cidade de São Paulo, o de maior importância.

O movimento foi deflagrado em São Paulo em 5 de julho de 1924, por iniciativa de jovens oficiais do Exército contrários ao domínio das oligarquias e a favor de mudanças sociais e políticas, como a instituição do voto secreto. Seu líder foi o general reformado Isidoro Dias Lopes, apoiado pelo grupo de jovens oficiais do Exército e pela Força Pública Estadual (Pólicia Militar).

No mesmo dia, seguiu para Santos, com a missão de bloquear o porto e manter as comunicações com a Capital da República, uma Força Naval<sup>34</sup> composta de dois destacamentos do *Regimento Naval*, sendo um de infantaria e outro de artilharia; uma bateria de canhões sobre rodas de 75mm; e um destacamento de 470 marinheiros.

A tropa desembarcou do Encouraçado *Minas Gerais* em direção à Serra de Cubatão. Ao chegarem ao Monumento do Ipiranga, foram recebidos a tiros pelos rebeldes; entretanto, continuaram a marcha para a capital de São Paulo, que esteve em poder dos revoltosos de 5 a 27 de julho de 1924.

Na revolução no Estado de São Paulo, os destacamentos de infantaria e artilharia do Regimento Naval operaram juntamente com as forças do Exército, tomando parte em todas as operações na defesa das instituições legais, tendo ação destacada até a retirada dos rebeldes.

Na capital paulista, os revolucionários tomaram o poder. As forças do governo bombardearam a cidade, fazendo muitos mortos e feridos, inclusive civis. Os revoltosos conseguiram adesões no interior e em outros estados. Pressionado pelas Forças Legalistas que chegavam de todo o país, o General Isidoro abandonou a cidade no dia 18 de julho. A luta prosseguiu no interior até o dia 27; foi decretado o Estado de Sítio. Com a vitória das forças legalistas, os revolucionários escaparam em 28 de julho e formaram a Divisão Miguel Costa, que rumou para o Mato Grosso e depois para o Paraná, juntando-se aos revoltosos do Rio Grande do Sul, onde constituíram a Coluna Prestes.

A revolta ocorreu em datas diferentes em diversos estados, o que permitiu ao Governo Federal, sob a presidência de Artur Bernardes, combater separadamente os focos isolados. Em Sergipe, o Batalhão de Caçadores revoltou-se em julho e dominou a capital até 2 de agosto, quando foi vencido pelas tropas legalistas vindas de Alagoas. Em Belém do Pará, o levante foi logo dominado. No Amazonas, o Batalhão de Caçadores tomou o poder em 23 de julho e nele se manteve por cinco meses. No Rio de Janeiro, em 1924 e 1925 ocorreram várias tentativas de levante mal sucedidas. Em 29 de outubro, revoltaram-se os militares das cidades gaúchas de Uruguaiana, São Borja e Santo Ângelo. Entre seus líderes, estavam os oficiais Siqueira Campos, Luís Carlos Prestes e Juarez Távora. Os combates duraram até janeiro de 1925.

Esse segundo Movimento Tenentista só terminou no governo do Presidente Washington Luís. Por ordem do Governo da República, foram entregues dois canhões de 75mm do Batalhão de Fuzileiros que operaram durante a revolução, a fim de serem recolhidos ao museu da corporação como recordação histórica.<sup>35</sup>

<sup>34</sup> MARTINS, Hélio Leôncio. A Marinha Brasileira no período entre as Guerras (1918-1942). In: História Naval Brasileira. v.5. t.II. p.123.

<sup>35</sup> MARQUES, Antero José. Livro Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. ed.2. pp.72-73.



*1925 - 1927 Coluna Prestes*

## 1925 - 1927 Coluna Prestes

Embora contassem com a opinião pública paulista, as tropas revolucionárias foram reprimidas e vencidas pelas forças do governo.

Os vencidos, oriundos da rebelião do Exército e da Força Pública, formaram a Divisão Miguel Costa e abandonaram São Paulo em 28 de julho, rumando para Mato Grosso e depois para o Paraná, descendo até Foz do Iguaçu, onde aguardaram para fazer junção com as forças separatistas do Exército no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, Luís Carlos Prestes, Capitão de Engenharia que havia se revoltado em Santo Ângelo, recebeu apoio e levantou algumas unidades militares no interior do Estado. Mas o movimento rebelde do Rio Grande do Sul e do oeste do Paraná começava a perder força diante da ação das forças governamentais. Em fins de novembro, restavam apenas alguns elementos comandados por Carlos Prestes, que então formou uma coluna armada. Essa coluna se dirigiu para o norte, a fim de se juntar aos revoltosos vindos de São Paulo, sob a chefia do oficial da Força Pública paulista, Miguel da Costa. À vista das poucas possibilidades de êxito que teriam se continuassem a operar no Sul, decidiram prosseguir para o Norte, sob o comando de Miguel Costa.

Saindo das barrancas do rio Paraná em 1924, a coluna revolucionária percorreu 25 mil quilômetros pelos sertões brasileiros. Durante dois anos e meio de marcha e de contínuos combates, seus componentes atravessaram o Brasil de sul a norte, alcançando o Piauí e o Maranhão, na expectativa de contribuir para a deposição do regime que condenavam.

A Marinha participou, em pequena escala, da perseguição à Coluna Prestes. Por ordem ministerial, um destacamento de Fuzileiros Navais, com seis grupos de combate e uma seção de comando, embarcou em estrada de ferro no dia 5 de fevereiro de 1927 rumo a Porto Esperança, no Mato Grosso do Sul. Dali, seguiram pelo rio Paraguai para o Arsenal de Marinha de Ladário, próximo à cidade de Corumbá.

Em 7 de março, a bordo do navio mercante Rio Paraguai, a força deslocou-se para a fronteira boliviana. A missão do destacamento de Fuzileiros Navais era apoiar o Exército na cobertura da área e no bloqueio à coluna revolucionária. No dia 16 de março, os fuzileiros já haviam ocupado a posição determinada. Em maio, tendo os revolucionários marchado para o norte, o destacamento recebeu ordem de regresso.<sup>36</sup>

O presidente Artur Bernardes (1922-1926) governou o Brasil durante a vigência do Estado de Sítio, justificado em razão das revoltas tenentistas.

Somente nos primeiros meses do governo de Washington Luís (1926-1930), a coluna revolucionária foi dissolvida, tendo seus remanescentes, inclusive Luiz Carlos Prestes, se embrenhado na Bolívia.

<sup>36</sup> MARTINS, Hélio Leôncio. A Marinha Brasileira no Período Entre as Guerras (1918-1942). In: História Naval Brasileira. v.5. t.II. pp.124-125.



1925 - 1927 *Coluna Prestes*

## 1930 *Revolução de 30*

A Revolução de 1930 foi o final de um processo que rompeu o predomínio da tradicional política do café-com-leite das oligarquias de Minas Gerais e de São Paulo, que se revezavam no poder federal. O regime agro-exportador mantido pelos governos oligárquicos trazia graves oscilações para a economia brasileira.

O sistema capitalista estava em crise, efeito do colapso da Bolsa de Nova York, em 1929. A crise se alastrara pela Europa, e acabou atingindo e enfraquecendo o Estado de São Paulo, tradicional fornecedor de café aos países atingidos pela grande depressão.

A situação política do País não era boa, e a revolução desencadeada em outubro de 1930 emergiu do Tenentismo, de 1922. A oficialidade mais jovem, que alcançara prestígio político, distinguia uma série de deficiências no regime, insurgindo-se contra a farsa da representação popular, as fraudes nas eleições e, sobretudo, a corrupção. Faltava uma efetiva política social para as camadas populares e um zelo maior para os setores sociais emergentes: os militares e as classes média e operária. As tensões políticas se avivaram quando do processo sucessório à Presidência da República; nesse contexto, a crise das oligarquias funcionou como um estopim para a revolução.

Com o impacto da crise de 1929, o Presidente Washington Luís resolveu apoiar a candidatura de seu conterrâneo Júlio Prestes. Insatisfeito com a medida, um grupo de oligarquias dissidentes – de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba – criou uma chapa eleitoral de oposição conhecida como Aliança Liberal, encabeçada pelo gaúcho Getúlio Vargas. A Aliança prometia um conjunto de medidas reformistas, como a instituição do voto secreto, o estabelecimento de uma legislação trabalhista, o desenvolvimento da indústria nacional e uma nova constituição para o país.

Sob um clima de desconfiança e tensão, realizaram-se as eleições, e o resultado foi favorável ao candidato paulista Júlio Prestes à presidência. As forças de oposição agruparam-se em torno de Getúlio Vargas, e um possível golpe armado foi cogitado. Com o assassinato do liberal João Pessoa, que seria o vice de Getúlio, no dia 26 de julho de 1930, o movimento oposicionista articulou a derrubada do governo oligárquico com o auxílio de setores militares.

O Quartel-General de Porto Alegre foi tomado no dia 3 de outubro de 1930, enquanto eclodia a revolução em Minas Gerais e na Paraíba. Rapidamente, o Norte e o Nordeste do país foram dominados pelos revolucionários. Depois de enfrentar pequena resistência no Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas e seus aliados encaminharam-se para Santa Catarina e Paraná.

O Regimento de Fuzileiros Navais, por ordem do governo, foi posto à disposição do Ministro da Guerra, a fim de cooperar com as forças do Exército durante a Revolução.

Duas companhias de Fuzileiros Navais foram designadas para desembarcar nas cidades de São Francisco do Sul e Joinville, em Santa Catarina, onde se incorporaram ao destacamento do Exército, reforçando as tropas legalistas que faziam frente à coluna revoltosa gaúcha, que se deslocava rumo a São Paulo. Em 8 de outubro de 1930, a Coluna Revolucionária travou combate com as Forças Legalistas. Os revoltosos retrocederam após algumas horas de luta, mas eram superiores numericamente, o que fez a situação se inverter.



1930 *Revolução de 30*

Os fuzileiros combateram, ora sofrendo baixas e perdas, ora sendo aprisionados. Entrementes, um grupo de generais e almirantes, sediados no Rio de Janeiro, resolveu intervir: depuseram o Presidente Washington Luís, formando uma Junta Pacificadora para governar o país e evitar as conseqüências de uma guerra civil, e aderiram à Revolução, admitindo a liderança de Getúlio Vargas.

Os Fuzileiros Navais que restaram das duas companhias foram libertados e distribuídos em diversas unidades do Exército, sendo incorporados aos Voluntários do Paraná. Marcharam, então, com a revolução praticamente vitoriosa, para São Paulo. Um mausoléu, na cidade de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, presta homenagem aos dezenove Fuzileiros Navais mortos em combate.

Um Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais com metralhadoras seguiu para o Estado de São Paulo, onde ficou aquartelado com a Força Militar do Estado. Outro Batalhão de Infantaria com metralhadoras e uma Bateria de Artilharia incorporaram-se ao destacamento da cidade de Campos. O maior efetivo da tropa que operava na cidade era o do *Regimento Naval*. No dia 24 de outubro, o Regimento de Fuzileiros Navais aderiu à Revolução, tendo havido, durante o dia e a noite, grandes manifestações da população e das autoridades da cidade de Campos. O mesmo se verificou no Rio de Janeiro, por ocasião da formatura da parada do dia 30 do mesmo mês.<sup>37</sup>

No dia 31 de outubro de 1930, a Junta Pacificadora entregou o governo do país a Getúlio Vargas, chefe civil do movimento.

A Revolução de 1930 caracterizou-se como o movimento social com apoio militar que deu início à chamada “Era Vargas”. Getúlio Vargas assumiu provisoriamente o governo da República; no entanto, permaneceu por quinze anos ininterruptos no poder.

### *Corpo de Fuzileiros Navais em 1932*

Em 29 de fevereiro de 1932, por meio do Decreto nº 21.106, foi criado o *Corpo de Fuzileiros Navais*, a partir do efetivo do *Regimento Naval*. Foi organizado de forma a se adaptar às finalidades e ao meio naval com um quadro próprio de oficiais.

Por definição do seu regulamento, o Corpo de Fuzileiros Navais é “*uma força de que dispõe a Marinha de Guerra para operar com as Forças Navais e demais Forças Armadas do país em operações de caráter naval, com a responsabilidade principal no desenvolvimento da doutrina, da técnica e do material de operações anfíbias*”.<sup>38</sup>

Outro Decreto de 1932, o de nº 21.632, aprovou o Regulamento para o *Corpo de Fuzileiros Navais*, fixando o efetivo da instituição em 2.594 Fuzileiros Navais e listando como uma de suas finalidades a de efetuar operações de desembarque.<sup>39</sup>

No ano de 1932, também foram criadas Companhias Regionais em Ladário, no Mato Grosso do Sul, e em Belém, no Pará, iniciando o desdobramento do *Corpo de Fuzileiros Navais* em unidades fora de sua sede, a Fortaleza de São José, no Rio de Janeiro.

<sup>37</sup> MARQUES, Antero José. Livro Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. ed.2. p.74.

<sup>38</sup> CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS. Combatentes Anfíbios do Brasil. Rio de Janeiro: Action Editora, 2008. p.48

<sup>39</sup> Idem, p.28



*1932 Revolução Constitucionalista de São Paulo*

### 1932 Revolução Constitucionalista de São Paulo

O tempo passava e o presidente provisório Getúlio Vargas não promulgava a esperada nova Constituição Brasileira.

O Estado de São Paulo foi o que melhor canalizou e organizou a agitação em torno da causa da Constituição. O interventor nomeado do Estado não agradava aos paulistas, o que gerou uma intensa propaganda contra o Governo Federal e a cobrança para a convocação de uma Constituinte.

A onda de descontentamento e agitação prosseguiu, e, em 9 de julho de 1932, após uma série de distúrbios civis, as unidades do Exército em território paulista e a Força Pública do Estado iniciaram a revolução em torno da causa da Constituição. Os civis – particularmente os estudantes das escolas superiores – formaram diversos batalhões patrióticos por meio de recrutamento voluntário. Foi formada uma Frente Única.

As fábricas e a Escola Politécnica de São Paulo passaram a desenvolver e fabricar equipamentos, armamento e munição para suprir as deficiências bélicas dos revoltosos durante os conflitos.

Um destacamento do *Corpo de Fuzileiros Navais* desembarcou na cidade de Paraty (RJ) e dirigiu-se numa marcha histórica para a cidade de Cunha (SP) – flanco direito das forças rebeldes, que representava seu melhor setor, – na tentativa de barrar o avanço das tropas rebeldes que rumavam para a cidade de Guaratinguetá. Os fuzileiros combateram os revolucionários que dominavam a cidade de Cunha e outros pontos das serras de Paraty e da Bocaina. Outros destacamentos do CFN cooperavam nas operações a bordo dos navios da Esquadra que bloqueavam os portos do Estado de São Paulo. No confronto entre a tropa da Marinha e as forças paulistas, um Fuzileiro Naval foi morto nas imediações da usina elétrica da cidade de Cunha.

Para reprimir a rebelião, Vargas enfrentou sérias dificuldades devido ao débil apoio que tinha no seio da cúpula do Exército. Sem a adesão dos demais estados da federação e isolados na revolta, os paulistas foram derrotados em três meses de combate, que colocou frente a frente as forças rebeldes e as legalistas.

Em outubro de 1932, a revolta foi esmagada e os paulistas se renderam. Prisões, cassações e deportações se seguiram à capitulação. Estatísticas oficiais apontam 830 mortos. Estima-se que centenas de pessoas morreram sem constar nos registros oficiais.<sup>40</sup>

As conseqüências da Revolução Constitucionalista de São Paulo foram imediatas, uma vez que o Governo Federal apressou-se para realizar eleições para a Assembléia Constituinte.

Eleita em maio de 1933, a Assembléia Constituinte promulgou a terceira Constituição do Brasil, a segunda da República, no dia 16 de julho de 1934. A grande inovação dessa Constituição foi a legislação referente ao trabalho. No entanto, a Constituição de 1934 vigorou pouco, porque um ano depois foi decretado Estado de Sítio e, conseqüentemente, seus efeitos foram anulados.

<sup>40</sup> SOUZA, Marcelo da Cunha e. O Batalhão de Marinha na Operação de Guerra em Cunha 1932. In: O Anfíbio: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais. 1994. n.14. pp.32-33.



*1935 Intentona Comunista*

### 1935 *Intentona Comunista*

Intentona foi o nome usado para designar o levante militar deflagrado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1935, tendo como objetivo a tomada do poder. O movimento sedicioso era de caráter ideológico, centrado no Partido Comunista Brasileiro e na Aliança Nacional Libertadora (ANL), e almejava instalar um governo revolucionário sob a chefia de Luís Carlos Prestes.

O PCB, fundado em 1922, compartilhava das lutas e das organizações dos trabalhadores no país, mas o esquema repressivo do governo contra lideranças operárias e sindicatos o colocou na ilegalidade, condição em que passaria a maior parte de sua existência. Em 1927, os líderes comunistas mudaram sua estratégia, fundando uma frente única, conhecida como Bloco Operário Camponês (BOC).

O término da Revolução de 1930 e a posse de Getúlio Vargas coincidiram com a ascensão de regimes políticos radicais em outros países, de esquerda e de direita, que impediram o desenvolvimento de doutrinas liberais.

A questão social no Brasil estimulou a absorção dessas ideologias antagônicas, que se corporificaram em duas organizações políticas: a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB), a primeira com tendência comunista e a outra, fascista.

A ANL surgiu firmada na trilogia “Terra, Pão e Liberdade” como uma frente ampla, radical, de setores da esquerda: sindicalistas, liberais, setores da classe média preocupados com o combate ao fascismo. Porém, o movimento era uma plataforma para a implantação do regime comunista no Brasil. Prestes tornou-se presidente de honra da ANL.

Paralelamente, a insatisfação da jovem oficialidade nos quartéis com a deterioração salarial encontrava eco entre alguns oficiais superiores. Qualquer aumento dependia do Ministro da Fazenda, que declarava não haver dinheiro para um eventual reajuste. Um projeto transitava em “banho-maria” na Câmara Federal, enquanto a crise se agravava.

Trocas de comandantes militares determinadas por Vargas minaram a disciplina e aumentaram a tensão reinante, facilitando a ação dos conspiradores, sobretudo no Rio de Janeiro. Prestes havia se transferido para o Brasil, permanecendo em lugar ignorado, todavia lançando ordens e manifestos, mantendo o comando da atuação comunista.

Foi nessa conjuntura que a conspiração comunista avançou para os levantes de novembro de 1935. O Presidente da República, Getúlio Vargas, mantinha-se a par da situação através do Serviço de Inteligência e de agentes infiltrados no movimento. Pelas informações, os levantes deveriam ocorrer, simultaneamente, na madrugada de 27 de novembro em vários pontos do país. Mas a eclosão do levante se deu precipitadamente no Rio Grande do Norte e depois em Pernambuco, nas cidades de Natal e Recife, respectivamente.

Em Natal, o movimento iniciou-se em 23 de novembro de 1935, quando sargentos, cabos e soldados tomaram o 21º Batalhão de Caçadores e instalaram um Comitê Popular Revolucionário. A ordem foi restabelecida quatro dias depois, quando as tropas do Exército e das polícias dos estados vizinhos tomaram o quartel dos revoltosos. Já em Recife, o levante eclodiu no dia 24, sendo dominado em apenas um dia, com saldo de cem mortos entre os sublevados.

Em função dessa antecipação inesperada, os chefes do movimento apressaram a mobilização no Rio de Janeiro. O 3º Regimento de Infantaria, sediado na Fortaleza da Praia Vermelha, e a Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos, foram os cenários da revolta na madrugada do dia 27.

*“Na Escola de Aviação assaltaram o quartel de madrugada e dominaram a unidade, sendo vários oficiais assassinados ainda dormindo. Em seguida, os rebeldes passaram a atacar o 1º Regimento de Aviação, que reagiu ao atentado (...). No 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, os rebeldes conseguiram, após violenta e mortífera refrega no interior do quartel, dominar quase totalmente a unidade. Ao amanhecer, restava apenas um núcleo de resistência legalista, situado no Pavilhão do Comando. Nas últimas horas da madrugada, acionados diretamente pelo comandante da 1ª Região, General Eurico Gaspar Dutra, o Batalhão de Guardas e o 1º Grupo de Obuses tomaram posição nas proximidades do aquartelamento rebelado e iniciaram o bombardeio. Finalmente, às 13h30, bandeiras brancas improvisadas foram agitadas nas janelas do edifício parcialmente destruído. Era a rendição. Presos, os insurretos apresentaram-se na praça em um compacto grupo. Muitos rebeldes adotaram uma atitude de zombaria, sorrindo cinicamente, em franco desrespeito àqueles que, naquele mesmo local, pouco tempo antes, haviam tombado em luta inglória.(...)”<sup>41</sup>*

Os insurretos foram completamente dominados em menos de dez horas. No balanço geral de todo o país, os acontecimentos de Natal, Recife e Rio de Janeiro totalizaram 28 militares legalistas mortos.

Os rebeldes foram vencidos pelas artilharias do Exército e da Marinha, tendo o Governo Federal contado com a lealdade das Forças Armadas. O *Corpo de Fuzileiros Navais* passou muitos dias de prontidão rigorosa. Na noite em que foi desencadeada a Intentona Comunista, os Fuzileiros Navais desceram para o Ministério da Marinha, conduzindo sua artilharia e demais apetrechos bélicos.<sup>42</sup>

Ao fim do episódio, militares suspeitos de envolvimento no levante ficaram detidos em alojamentos da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Esses alojamentos estiveram sob a guarda dos Fuzileiros Navais.<sup>43</sup>

## *Estado Novo*

Em novembro de 1937, o Presidente Getúlio Vargas impôs um novo regime ao Brasil, mais notabilizado pelo nome de Estado Novo. Ao mesmo tempo em que a campanha presidencial era preparada, Getúlio Vargas planejava um golpe de estado. A primeira parte do golpe foi a decretação de um Estado de Guerra, sob o pretexto da existência de um plano – o Plano Cohen – para implantação do comunismo no Brasil.

Após dissolver o Congresso, Vargas promulgou uma nova Constituição e passou a legislar através de decretos sobre as matérias de competência legislativa da União. A Constituição de 1937 estabelecia teórica e praticamente uma ditadura. As justificativas apresentadas para ato tão agressivo foram a crise mundial e a Constituição de 1934, que “*expunha as instituições criadas por ela à investida*

<sup>41</sup> CARVALHO, Ferdinando de (General). Lembrai-vos de 35! Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1981.

<sup>42</sup> SILVA, Manoel Caetano da. Histórias de Fuzileiros Navais Brasileiros: subsídios para a História do Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, 1961. p.92.

<sup>43</sup> MORAIS, Fernando. Olga. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. ed.17. p.170.

*de seus inimigos, com o agravante de enfraquecer e amenizar o poder público*”<sup>44</sup> Esse novo regime teve o apoio das Forças Armadas.

Por outro lado, o mundo estava sendo impelido pela propaganda política alemã, que apregoava o nazismo como a única opção salvadora contra a escalada comunista. No Brasil, essa idéia havia encontrado ressonância na Ação Integralista Brasileira (AIB). A relação entre Vargas e os integralistas era boa antes do golpe de 10 de novembro de 1937, que pegou de surpresa integrantes do partido. Mais surpresos ficaram, alguns meses depois, quando foram declarados extintos todos os partidos políticos do Brasil, inclusive a AIB.

### 1938 Levante Integralista

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um movimento que defendia um Estado autoritário e nacionalista que promovesse a “regeneração nacional”, e se consolidou sob a égide da religião, da nacionalidade e da estrutura familiar. Os integrantes usavam camisas verdes, ostentavam o símbolo *Sigma* e o lema “Deus, Pátria e Família”, o que atraiu elementos da Igreja Católica, das Forças Armadas e dos meios mais conservadores.

A AIB pregava um regime forte, um Estado Integral, substituindo a representação popular por corporações sindicais, estudantis e militares. Defendia a estatização das riquezas nacionais e, nos demais casos, assumia a defesa intransigente da propriedade privada. Pregava a idéia de que o governo deveria ser entregue às “elites esclarecidas”, isto é, aos que comungavam com suas opiniões. Não descartava o uso da força em substituição ao convencimento.

A primeira tentativa da Levante Integralista foi na Escola Naval, com o aprisionamento de oficiais estrangeiros à causa na noite de 10 para 11 de março de 1938. Oficiais Integralistas da Marinha<sup>45</sup> se ofereceram para acompanhá-los, ao receberem o comunicado de que o movimento havia sido marcado para aquela noite e tomarem conhecimento de que quase a totalidade da turma de Guardas-Marinha iria tentar regressar à sede da Escola Naval, na Ilha das Enxadas, a fim de pegar algum armamento para um numeroso grupo de civis espalhados pelo cais do porto e adjacências.

Assim que chegaram, juntamente com elementos do Curso de Educação Física, que funcionava na mesma Ilha, aprisionaram os oficiais estrangeiros à causa, neutralizaram a ação da guarda dos Fuzileiros Navais e recolheram quarenta fuzis e quatro cunhetes de munição, embarcando-os na lancha. Ao tomarem conhecimento, por meio de um telefonema, de que a ordem era falsa, tiveram tempo de desfazer tudo, mas os fatos foram trazidos à tona pelo Oficial de Serviço do *Corpo de Fuzileiros Navais*, que na ocasião havia sido aprisionado. Os elementos envolvidos foram prontamente presos.

<sup>44</sup> CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS. *Combatentes Anfíbios do Brasil*. Rio de Janeiro: Action Editora, 1998. p.48.

<sup>45</sup> No Levante de 11 de Março de 1938, quando foi ocupada a Escola Naval, na Ilha das Enxadas, por um grupo de oficiais integralistas da Marinha, destacou-se o Tenente (depois Almirante) Jatyr de Carvalho Serejo. Posteriormente, o mesmo declarou que “70% dos homens de nossa Marinha de Guerra eram integralistas, e outros 10% eram ardorosos simpatizantes”. CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 1989. ed.2. pp.362-363.

Outro levante, com conseqüências mais graves, foi efetivado na madrugada do dia 11 de maio de 1938. A ação dos integralistas foi desencadeada, a um só tempo, contra: o Palácio Guanabara; o Ministério da Marinha; as residências oficiais dos Chefes do Estado-Maior da Armada e do Exército, e ainda do Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra; o cruzador Bahia; o tender Ceará e a Ilha do Boqueirão.

Ocorreram outros atentados revoltosos na Escola de Aviação e na Escola de Educação Física da Marinha. A pronta reação das forças fiéis ao governo anulou praticamente todas as tentativas dos integralistas. Entretanto, no Palácio Guanabara e no Ministério da Marinha houve maior dificuldade para controlar a situação.

Segundo o depoimento de um Soldado Fuzileiro Naval integralista<sup>46</sup>, que participou da ação contra o Palácio Guanabara, o grupo revoltoso era composto de 25 homens. Todos vestiam fardas de Fuzileiros Navais e Marinheiros, e sob as túnicas usavam camisas verdes. O choque inicial com a guarda foi favorável aos integralistas, sendo morto o Fuzileiro Naval Manoel Constantino dos Santos, da Guarda do Palácio, e feridos alguns outros que tentaram reagir à ação de surpresa. Depois de cerrado tiroteio com os integralistas, a situação foi dominada. O atentado contra o Chefe do Governo era um passo decisivo no plano revolucionário para a tomada do poder.

O prédio do Ministério da Marinha foi tomado, certamente com o propósito de barrar o eventual deslocamento de tropas do *Corpo de Fuzileiros Navais* em defesa do governo.

Na primeira hora da madrugada, deu-se o ataque à guarda, sendo morto um Cabo Fuzileiro Naval. O edifício foi facilmente conquistado e logo os revoltosos guarneceram



1938 *Levante Integralista*

<sup>46</sup> O Anfíbio: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais. Edição Histórica: 1988. p.42.

as metralhadoras pesadas do terraço. Um comunicado foi feito por telefone ao Quartel-General da Fortaleza de São José da Ilha das Cobras, segundo o qual seria inútil qualquer tentativa de transpor a ponte que liga a ilha ao continente.

O 2º Batalhão recebeu ordem de avançar até o Ministério e assaltar o prédio. O Destacamento de Fuzileiros bombardeou os rebeldes localizados na ponte Arnaldo Luz e avançou até o prédio do Ministério. O comando da tropa contava com o apoio de uma seção de canhões 75mm Armstrong que passou a alvejar o edifício em poder dos integralistas, dando cobertura à tropa que progredia, a duras penas, com inúmeras baixas causadas pelo fogo das metralhadoras posicionadas no terraço. A luta foi renhida e, ao amanhecer, os Fuzileiros Navais lançaram-se ao assalto à baioneta<sup>47</sup>

O prédio do Ministério da Marinha foi reconquistado, mas o edifício teve sua fachada praticamente destruída, além de danos consideráveis em seu interior.

Sete Fuzileiros Navais tombaram em combate no cumprimento do dever, e seus restos mortais encontram-se em um mausoléu no Cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro.

A pronta reação das forças fiéis ao governo anulou praticamente todas as tentativas dos integralistas. A ação legalista do *Corpo de Fuzileiros Navais* foi alvo de elogio consignado pelo Ministro da Marinha e mereceu calorosas referências da imprensa brasileira<sup>48</sup>

### 1939 - 1945 Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial eclodiu em 1939, mas o Brasil, inicialmente, manteve-se neutro. Apenas em 28 de janeiro de 1942 o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, a Itália e o Japão, como resultado das deliberações acordadas na II Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada no Rio de Janeiro.

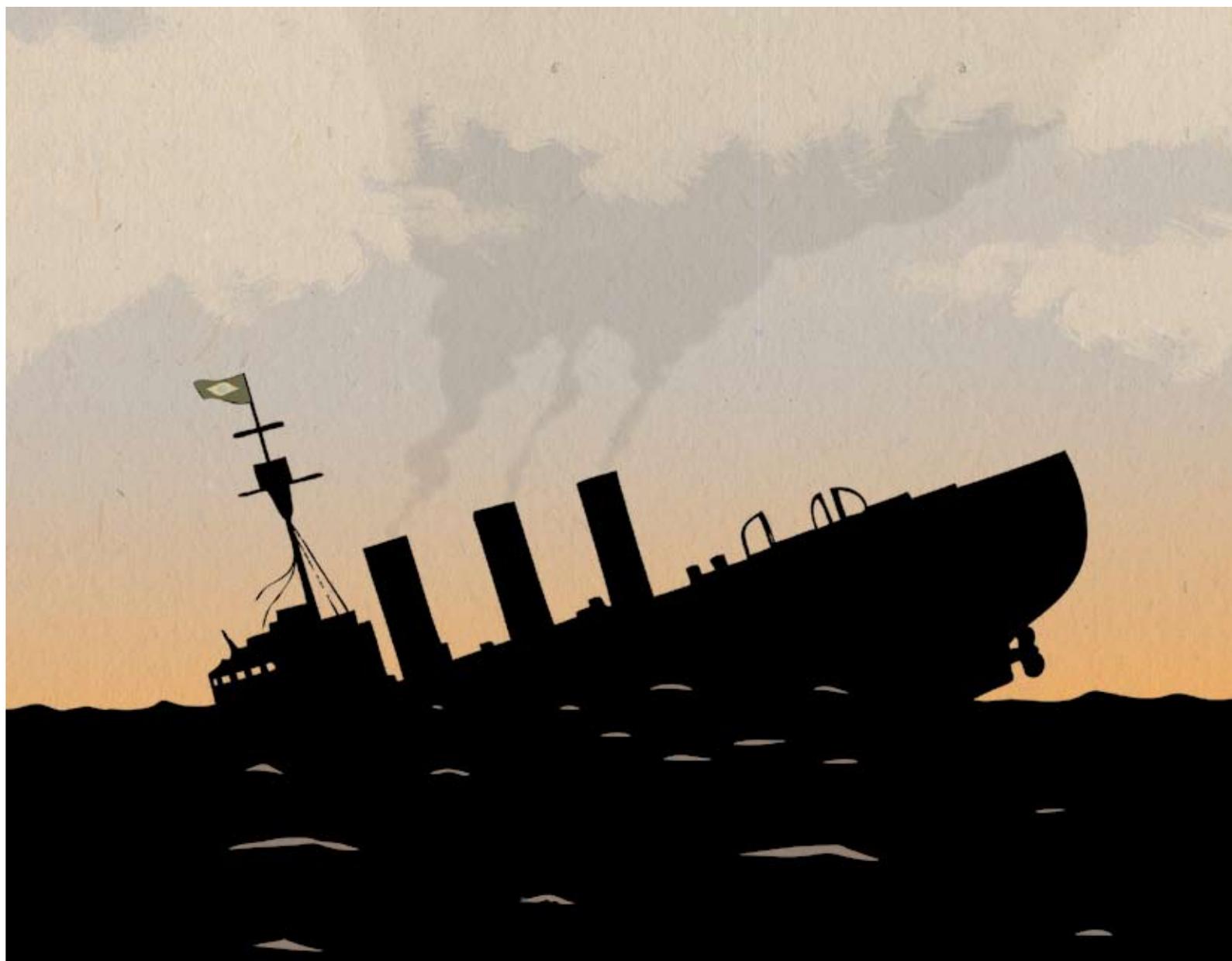
Decididos a impedir remessas de alimento e matérias-primas para os Estados Unidos e a Inglaterra, os nazistas, sem nenhuma declaração formal de guerra, atacaram sem aviso, entre 15 e 19 agosto de 1942, seis navios de cabotagem brasileiros: *Baependi*, *Itagiba*, *Araraquara*, *Aníbal Benévolo*, *Arara* e *Jacira*. A agressão agitou a opinião pública nacional, pois esse ataque em massa causou a morte de civis e militares, cerca de 600 vítimas, além de perdas materiais.

O torpedeamento de navios mercantes brasileiros obrigou o governo a abandonar a neutralidade que vinha mantendo na guerra. O Brasil reconheceu o Estado de Beligerância em 22 de agosto de 1942 – estava declarado o Estado de Guerra. No dia 31 do mesmo mês, o governo criou os Comandos do Norte, do Nordeste, do Leste, do Centro e do Sul, com ampla jurisdição sobre as áreas litorâneas de suas respectivas zonas.

A Marinha do Brasil atuou com eficiência durante todo o conflito, realizando comboios de importância fundamental para as Forças Aliadas nas rotas mercantes do Atlântico Sul, protegendo os navios que levavam materiais estratégicos.

47 O Anfíbio: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais. Edição Histórica: 1998. pp.41-43

48 Idem.



*1939-1945 Segunda Guerra Mundial*

Adotou-se, logo no início das hostilidades, uma providência de grande alcance: foi instalado um Destacamento de Fuzileiros Navais na Ilha da Trindade para defesa contra um possível estabelecimento de base de submarinos inimigos. Ainda no período da guerra, foram criadas companhias regionais ao longo da costa, que mais tarde se transformaram nos Grupamentos de Fuzileiros Navais de Natal, de Salvador e de Recife.

Em 1944, foi enviado à Itália um contingente de soldados que formaram a Força Expedicionária Brasileira (FEB), os quais se dirigiram para o norte da Itália e mantiveram a ofensiva aliada entre os rios Arno e Pó. Foram obtidas várias vitórias contra as tropas fascistas, destacando-se as batalhas de Monte Castelo e Montese.

Realizando comboios de mais de três mil navios mercantes, a Marinha do Brasil atuou durante todo o conflito, merecendo, pela excelência de seu desempenho, a admiração e o respeito de todos que dele tiveram conhecimento.

No rol de unidades navais brasileiras sacrificadas na campanha está o navio-auxiliar *Vital de Oliveira*. Torpedeado na noite de 19 de julho de 1944, naufragou, levando para o fundo do Atlântico 93 Marinheiros e seis dos quatorze Fuzileiros Navais que integravam sua guarnição. Também o cruzador Bahia foi a pique, causando a morte de 331 Marinheiros, sendo quatro deles norte-americanos, além de cinco fuzileiros.<sup>49</sup> No total, morreram onze Fuzileiros Navais.

No dia 8 de maio de 1945, os nazistas capitularam – foi o Dia da Vitória dos Aliados.<sup>50</sup>

### *Mudanças no CFN entre 1940 e 1960*

Em setembro de 1940, foi assinado o Decreto nº 6.207, que aprovou um novo regulamento e instituiu o posto de Contra-Almirante Fuzileiro Naval para o Comando-Geral do CFN e o posto de Guarda-Marinha Fuzileiro Naval. Em 1943, a Escola Naval iniciou um curso regular, com duração e currículos próprios, destinado aos Aspirantes Fuzileiros Navais.<sup>51</sup>

Em 1955, foi estabelecida mais uma Companhia Regional, com sede em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, efetivando o destacamento que para lá havia sido enviado em 1948. A Companhia de Recife foi transformada no 3º Batalhão Regional.

Em 28 de dezembro de 1955, foi inaugurado o Centro de Instrução da Ilha do Governador, para onde foram deslocados todos os cursos de oficiais e praças. Criou-se um ambiente de estudo para o desenvolvimento de técnicas e meios específicos de uma Força Anfíbia, cujo emprego ficara consagrado nas ações da Segunda Guerra Mundial.<sup>52</sup> A Marinha do Brasil estabeleceu um forte relacionamento com a Marinha dos Estados Unidos, facilitando a participação de oficiais Fuzileiros Navais nos cursos do USMC (*United States Marine Corps*), o Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos.

A criação da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) se fazia necessária, e foi efetivada por meio do Decreto nº 40.862, de 6 de fevereiro de 1957.

<sup>49</sup> História Naval Brasileira. v.5. t.II. p.413.

<sup>50</sup> O Anfíbio: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais. Edição Histórica: 1988. p.45.

<sup>51</sup> CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS. Combatentes Anfíbios do Brasil. Rio de Janeiro: Action Editora, 2008. p.29.

<sup>52</sup> Idem, p.51

Na década de 1960, o 1º Batalhão de Infantaria recebeu a denominação de Batalhão Riachuelo, e foram criados também os Batalhões Humaitá e Paissandu, respectivamente o 2º e o 3º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais, delineando, assim, a Divisão Anfíbia atual. A FFE ficou, portanto, constituída pela Divisão Anfíbia, com três Batalhões de Infantaria e Unidades de Apoio ao Combate; e pela Tropa de Reforço, de caráter logístico, que provê meios para o apoio ao combate e o apoio de serviços ao combate.<sup>53</sup>

---

<sup>53</sup> Idem

---

---

*Trajetória da Tropa Anfíbia  
da Marinha do Brasil*

---

---

*1958 - 2008*

*Parte 4*

## *Antecedentes históricos da década de 1960*

No início de 1945, o Presidente Getúlio Vargas promulgou uma Lei Constitucional que fixava o prazo de noventa dias para que fossem marcadas as eleições no país e determinava a elaboração de uma lei eleitoral. No entanto, ações empreendidas pelo governo brasileiro desde o ano anterior apontavam tanto para a possibilidade de manutenção do Estado Novo quanto para a candidatura de Vargas à Presidência da República.

Nesse contexto, desponta o chamado Movimento Queremista, que, apoiado pelos comunistas, defendia a permanência de Getúlio Vargas no poder e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, tendo à frente o próprio Presidente. Em seguida, no início do mês de outubro, Vargas resolveu assinar um decreto que alterava, em parte, a referida Lei Constitucional, antecipando as eleições estaduais para a mesma data da eleição para presidente.

Tudo isso levou as forças políticas de oposição a se articularem, resultando na deposição do presidente Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945. O recém-promulgado decreto foi revogado, ficando também estabelecida a convocação de uma Constituinte.

Durante a eleição presidencial de 1945, o candidato do Partido Social Democrático (PSD), General Eurico Gaspar Dutra, foi o vencedor, tendo contado inclusive com o apoio de Vargas. No ano seguinte, uma nova Constituição foi promulgada, restaurando a democracia representativa no país.

Na eleição seguinte, realizada em 1950, Getúlio Vargas tornou-se o candidato vitorioso pelo PSD. No seu novo governo, as tensões sociais e políticas ampliaram-se, com a radicalização entre o governo e a oposição. A renúncia do Presidente foi exigida para evitar uma possível guerra civil no país. A crise terminou com o suicídio de Vargas, e, nos dezesseis meses seguintes, a nação teve três presidentes.

Em 1956, tomou posse o novo presidente eleito, Juscelino Kubitschek, também do PSD, cuja campanha se voltara para o desenvolvimento econômico-industrial, definido em seu Programa de Metas, que tinha como projeto principal a construção da nova Capital Federal.

Por ocasião da inauguração de Brasília, a Marinha do Brasil prestou sua homenagem realizando a Operação Alvorada. No dia 27 de março de 1960, um grupamento representativo da Marinha, composto por 102 Fuzileiros Navais do Batalhão Riachuelo e da Companhia de Reconhecimento, vinte marinheiros dos navios da Esquadra e dois civis, deixou a área do 1º Distrito Naval, no Rio de Janeiro, marchando a pé durante 23 dias até a nova Capital, percorrendo uma distância de 1.221 quilômetros, sendo recebido pelo próprio Presidente Kubitschek.

Jânio Quadros, da União Democrática Nacional (UDN), foi o sucessor de Juscelino e tomou posse em 31 de janeiro de 1961. Sua política independente, especialmente a externa, aumentou a desconfiança de setores mais conservadores. Suas relações com o Congresso eram difíceis, pois não mantinha uma base de apoio junto aos partidos no parlamento.

A renúncia de Jânio, em agosto de 1961, foi prontamente aceita, mas abriu uma nova crise política: de um lado, a defesa da sucessão com o Vice-Presidente João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); do outro, os que resistiam a essa sucessão, temerosos com a aproximação que o Vice-Presidente mantinha com os movimentos de esquerda. Para evitar um confronto civil, foi aceita a posse de João Goulart sob o regime parlamentarista, criado por Ato Adicional, devendo ser ratificado, posteriormente, mediante consulta popular, através de um plebiscito.

### 1964 *Revolução de 64*

Os primeiros anos da década de 1960 se caracterizaram pela expansão do comunismo internacional. A crise que levou ao Movimento de 1964 remonta às tentativas de submeter o país à influência comunista desde 1935. A chamada Revolução de 1964 foi um movimento civil-militar, iniciado na madrugada de 31 de março de 1964, que depôs o Presidente da República, João Goulart. Na verdade, um contra-golpe preventivo à manobra urdida pelos comunistas para dominar o Brasil.

Em agosto de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, o Presidente da Câmara dos Deputados, Dr. Ranieri Mazzili, assumiu o governo por encontrar-se o Vice-Presidente João Goulart no exterior. Isso gerou uma crise institucional no país com conseqüências peculiares, devido à não-aceitação da posse do vice, que era do partido de oposição ao presidente que renunciava. Não havia, naquela época, a vinculação da chapa de presidente e vice para o Poder Executivo.

A crise político-militar, então desencadeada, teve fim quando o Congresso Nacional aprovou, através de Ato Adicional à Constituição da República, a instauração do Regime Parlamentarista para o governo. No dia 7 de setembro, assumiu a Presidência João Goulart, que utilizou a comunicação de massa para influenciar a opinião pública a favor do retorno do Regime Presidencialista. Em 6 de janeiro de 1963, foi realizado um plebiscito, e o presidencialismo retornou como sistema de governo.

A insatisfação do povo com o Presidente Goulart e suas reformas socioeconômicas, propostas à revelia do Congresso Nacional, sinalizavam uma censura ao processo democrático.

Entre o final de 1963 e o início de 1964, recrudesceram no Brasil ações que vinham sendo fomentadas para a construção de um caos institucional. Nas Forças Armadas, a ação esquerdista vinha sendo gradativamente elaborada, visando à quebra da hierarquia e da disciplina – pilares do militarismo –, e o conseqüente esfacelamento dessas instituições, esteios da segurança e da soberania nacional.

O Presidente da República contava com as forças sindicais comunistas e com alguns grupos militares influenciados pela esquerda, sob a liderança do General Assis Brasil e do Almirante Cândido da Costa Aragão, Comandante-Geral do *Corpo de Fuzileiros Navais* no período de 6 de dezembro de 1963 a 31 de março de 1964. Esses, entre outros, formavam o chamado “dispositivo militar” do presidente João Goulart, que enfrentava os governadores dos principais estados, o Congresso Nacional (incluindo setores de seu partido, o PTB), as Forças Armadas, e uma parcela expressiva do clero católico, que era anticomunista. A inquietação era geral e estava atingindo uma fase mais aguda.

Em setembro de 1963, sargentos tomaram de assalto o edifício do Ministério da Marinha, em Brasília, protestando contra a inelegibilidade de um companheiro do Exército, eventual candidato à Câmara dos Deputados.

A situação se agravou rapidamente. Uma série de acontecimentos envolvendo agitações sucessivas e repetidas paralisações dos serviços públicos essenciais preocupava militares, civis e religiosos. O povo, angustiado e perplexo, assistia revoltado à anarquia desenfreada. Marchas cívicas eram realizadas como forma de reação popular e protesto contra o clima crescente de insegurança e intranqüilidade.

No dia 13 de março de 1964, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) promoveu um grande comício no Rio de Janeiro, defronte ao edifício da Central do Brasil. Essa concentração contou inclusive com a presença do Presidente da República, João Goulart, que discursou em meio a cartazes e faixas com inscrições e símbolos comunistas, tendo seus militantes estimulado bastante o comparecimento ao referido comício. Ficou manifesto que os agitadores incitavam a queda das instituições e apressavam os lances decisivos do processo.

No dia 26 de março, praças pertencentes à Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, já considerada proscrita pela Marinha, reuniram-se no Sindicato dos Metalúrgicos. Uma tropa de Fuzileiros Navais foi convocada para reprimir a manifestação. No entanto, durante a missão, alguns fuzileiros resolveram aderir aos manifestantes, deixando seus armamentos e equipamentos defronte do prédio do sindicato, como sinal de adesão.<sup>54</sup> No dia seguinte, o edifício foi evacuado e os manifestantes foram presos. Contudo, foram indultados, em cumprimento a uma ordem expressa da Presidência da República. O Ministro da Marinha renunciou ao cargo ante essa consagração da indisciplina feita pelo governo.

Em 30 de março, João Goulart compareceu à sede do Automóvel Clube do Brasil, onde foi homenageado pela Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar. Praças da Marinha, do Exército e da Aeronáutica também compareceram à tumultuada solenidade, que seria a última daquele governo, na qual foi propagada, acintosamente, a quebra da disciplina e da hierarquia.

Mas, enquanto os comunistas manipulavam indivíduos no governo, escolhidos como instrumentos para uma ascensão ao poder, no lado oposto, o povo e as Forças Armadas divisavam a necessidade urgente de defesa da democracia. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, milhares de famílias realizaram marchas cívicas chamadas “Com Deus pela Liberdade”. Homens, mulheres e crianças uniram-se, espontaneamente, em decidido e consciente protesto contra a anarquia.

Os militares aguardavam a ordem do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Humberto de Alencar Castelo Branco, que coordenava secretamente os preparativos para que fosse evitado o golpe comunista definitivo, planejado para 1º de maio.

Em 31 de março de 1964, o Governador do Estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto, com apoio dos Comandos Militares da região, rompeu ostensivamente com o Governo da República. Parte das tropas do Exército Brasileiro sediadas em Minas Gerais marcharam sob o comando do General Mourão Filho em direção ao Rio de Janeiro, e um batalhão do 12º Regimento de Infantaria de Belo Horizonte se dirigiu a Brasília.<sup>55</sup> João Goulart, utilizando uma rede de emissoras de rádio, rotulada como “Cadeia da Legalidade”, decretou greve geral no país e anunciou a falácia de que o Exército deslocava-se para conter as forças revoltosas, tentando enganar o povo. Os cadetes da Academia Militar em Resende, sob o comando do General Médici, tomaram posições no eixo Rio-São Paulo, bloqueando qualquer tentativa armada contrária ao movimento. Os demais Comandos do Exército estavam solidários com o contra-golpe em andamento.

No mesmo dia, o chefe do Comando Revolucionário da Marinha, Vice-Almirante Rademaker Grunewald, designou verbalmente o Capitão-de-Mar-e-Guerra Fuzileiro Naval Heitor Lopes de Souza para o Comando-Geral do CFN, com plenos poderes. O Comandante Heitor imediatamente destituiu todos os comandos na área do Rio de Janeiro e determinou aos Capitães-de-Mar-e-Guerra Edmundo

<sup>54</sup> Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 27 de março de 1964. p.1.

<sup>55</sup> EXÉRCITO BRASILEIRO. 1964 – 31 de Março: o Movimento Revolucionário e a sua História. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003. t.11. História Oral do Exército. p.320.

## Período de 1958-2008

Drummond Bittencourt, Doris Greenhalg de Oliveira, Haroldo do Prado Azambuja e Roberval Pizarro Marques que assumissem, respectivamente, o Comando da Guarnição do Quartel Central, a Chefia do Estado-Maior do CFN, e os comandos do Núcleo da Primeira Divisão de Fuzileiros Navais e do Centro de Instrução do CFN.<sup>56</sup>

Centenas de oficiais da Marinha reuniram-se no Clube Naval, o que era freqüente desde os acontecimentos no Sindicato dos Metalúrgicos. Oficiais das Forças Armadas, na maioria do Exército, liderados pelo Marechal Augusto Magessi, deslocaram-se do Clube Militar pela Avenida Rio Branco e se uniram aos companheiros da Marinha no Clube Naval, proclamando-se contrários a João Goulart.

No dia 1º de abril, o movimento tornou-se vitorioso. No dia 4 de abril, João Goulart exilava-se no Uruguai, onde obteve asilo político.

Em 1964, o *Corpo de Fuzileiros Navais* e a Marinha do Brasil, em consonância com o Exército e a Aeronáutica, atenderam ao clamor popular e evitaram o caos político-econômico-social e uma guerra civil. As Forças Armadas conseguiram colocar ordem no país sem derramamento de sangue.

<sup>56</sup> O Anfíbio: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais. Edição Histórica: 1988. p.49.



1964 *Revolução de 64*

É conveniente assinalar a preocupação e o repúdio que oficiais Fuzileiros Navais já manifestavam diante da exoneração intempestiva do Almirante Décio Santos de Bustamante do cargo de Comandante-Geral do CFN, assim como da nomeação do Almirante Aragão para esse Comando, uma vez que a referida exoneração estava prevista para maio de 1964, em razão de sua transferência para a reserva, por imposição da lei.

Conforme publicado no jornal *Tribuna*, em 10 de dezembro de 1963, 28 oficiais Fuzileiros Navais assinaram um manifesto endereçado ao Ministro da Marinha, ressaltando que a decisão em questão havia deixado seus subordinados atônitos.

*“Ao Sr. Ministro da Marinha.*

*A Marinha de Guerra do Brasil foi surpreendida com a exoneração intempestiva do Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais e a nomeação de novo comandante.*

*O Corpo de Fuzileiros Navais é o componente terrestre do Poder Naval; é parte integrante da Marinha Brasileira; tem uma tradição de 155 anos de reais serviços prestados à Nação, quer na paz quer na guerra. Centenas de milhares de brasileiros serviram em suas fileiras e muitos saíram do Corpo de Fuzileiros Navais para o descanso eterno, mortos quando cumpriam o seu dever. Esses heróis legaram aos atuais componentes do Corpo uma tradição de bem servir ao Brasil.*

*A conjuntura nacional é grave e os responsáveis pelos destinos da Pátria são unânimes em reconhecer a gravidade da hora presente. O Congresso Nacional está convocado extraordinariamente, receoso de que se implante no País a desordem, a anarquia, a ditadura. O Presidente da República, em entrevista, assinala a situação quase desesperadora e acena com soluções extra-legais, revolucionárias.*

*As Forças Armadas já se apresentam à Nação com alguns problemas e esses problemas preocupam os mais responsáveis, pois a infiltração comunista, o carreirismo, a política partidária, a desconfiança que desejam implantar entre oficiais e praças, minam a estrutura militar, e a Nação perplexa sente que a Segurança Nacional é alvo de interesses de grupos que solapam a estabilidade do regime.*

*Os signatários deste documento não desejam fazer incursão no campo político, uma vez que esse problema deve ser tratado pelos representantes da Nação no Congresso Nacional.*

*Devemos registrar que a exoneração intempestiva do Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, sem nenhuma vinculação aos interesses da Marinha Brasileira, deixa em todos os espíritos vigilantes a dúvida do porquê dessa decisão, neste momento de apreensões pelo destino do Brasil.*

*E, o porquê desta decisão contínua, quando se pondera, que em maio de 1964 o atual Comandante seria transferido para a Reserva Remunerada, por imposição da Lei de Inatividade. Repetimos: por que essa sofreguidão em substituir o atual Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais?*

*Os mais credenciados observadores da situação brasileira afirmam que esquerdistas infiltrados na Alta Administração tramam um golpe de Estado. E marcam data. E se agitam, tentando inclusive, intervenção em unidade da Federação. É nesta conjuntura que é nomeado para comandar o Corpo de Fuzileiros Navais o Almirante Cândido da Costa Aragão. Seu passado, excluído da Marinha Brasileira, por não ter idoneidade moral, seus processos criminais, suas aventuras no campo da política partidária, seus tráficos de influência e, principalmente, suas atitudes como Comandante da Guarnição do Quartel Central do Corpo de Fuzileiros, cortejando subalternos, minando a disciplina, corrompendo, fazem do Almirante Cândido da Costa Aragão o menos indicado dos componentes da nossa tradicional corporação, o Corpo de Fuzileiros Navais, para comandá-lo.*

*Ao firmarmos este documento, temos o propósito de registrar a gravidade da decisão do Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro da Marinha, de referendar o decreto dessa nomeação, e pensamos até, ter sido V. Ex<sup>a</sup> pressionado para assim proceder, não tendo meditado suficientemente sobre os aspectos de ferir profundamente o que a Marinha Brasileira tem de mais tradicional.*

*Essas são as razões pelas quais não concordamos em aceitar o Almirante Cândido Aragão como Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, e que essa não concordância sirva de exemplo de que a Nação não está totalmente anestesiada. E, se amanhã, a cortina negra do arbítrio, caracterizada pelo golpe de Estado, descer sobre o Brasil, que não se diga que todos concordaram e, silenciosos, caminharam cabisbaixos para o tenebroso desconhecido. E por esse início de desagregação, responsabilizamos o Sr. Ministro da Marinha pelos dias desesperançados do futuro que participamos da construção desse patrimônio moral que é o Corpo de Fuzileiros Navais, integrado na Marinha de Guerra do Brasil”.<sup>57</sup>*

Os Fuzileiros Navais estiveram engajados nas mais diversas atividades de manutenção da lei e da ordem e, especialmente, na segurança dos aquartelamentos e instalações de interesse da Marinha<sup>58</sup> quando do agravamento da crise político-institucional que desaguou no contra-golpe de 1964.

Após a vitória de março de 1964, o Presidente da Câmara dos Deputados assumiu, provisoriamente, a Presidência da República. Uma semana depois, o Alto Comando Revolucionário, integrado pelo General Arthur da Costa e Silva, pelo Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald e pelo Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello, assumiu transitoriamente o controle do país, decretando o Ato Institucional no 1, pelo qual caberia ao Congresso eleger o novo presidente.

Em 15 de abril de 1964, tomou posse em Brasília como Presidente da República o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, eleito pelos representantes do povo no Congresso Nacional. O país retornou à normalidade.

<sup>57</sup> Tribuna. Rio de Janeiro: 10 de dezembro de 1963. p.12. Arquivo do Museu do CFN. Envelopes de Pesquisa nº 214 e 314.

<sup>58</sup> O Anfíbio: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais. Edição Histórica: 1988. p.49.



*1965-1966: Força Interamericana de Paz na República Dominicana (FAIBRAS)*

### 1965-1966 *Força Interamericana de Paz na República Dominicana (FAIBRAS)*

No dia 30 de abril de 1965, o Conselho da Organização dos Estados Americanos (OEA) reuniu-se em sessão extraordinária em Washington para avaliar a situação da guerra civil na República Dominicana. Sangrentos choques deixaram um saldo de mais de dois milhões de mortos em quatro dias, segundo a Cruz Vermelha Dominicana.

O Brasil enviou para São Domingos, na República Dominicana, um contingente que integrou o Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana (FAIBRAS) como força de paz para conter a guerra civil em curso naquele país. Essa foi a primeira participação das Forças Armadas Brasileiras em Forças de Paz. Os Fuzileiros Navais participaram dessa missão nos anos de 1965 e 1966, integrando a Força Interamericana de Paz em conjunto com os contingentes de Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Paraguai e Estados Unidos da América.

A missão dos Fuzileiros Navais era restabelecer a normalidade na região, garantir a segurança de seus habitantes e a inviolabilidade dos direitos humanos, e restabelecer um clima de paz e conciliação que sustentasse o funcionamento das instituições democráticas naquela República.

Em junho de 1966, realizaram-se eleições na República Dominicana, e o presidente eleito assumiu o governo no mês seguinte. Consolidava-se a estabilidade política do país e, com ela, a esperada paz. Em agosto, com a missão cumprida, os Fuzileiros Navais regressaram ao Brasil.

### 1965 *UNIPOM*

O *Corpo de Fuzileiros Navais* teve participação, também, no conflito entre a Índia e o Paquistão, ocorrido entre 1965 e 1966, tendo enviado um Observador Militar na missão denominada *United Nations India Pakistan Observation Mission* (UNIPOM).

O Brasil, como integrante da ONU, enviou dez oficiais das Forças Armadas como observadores militares para a missão. Na Marinha, ficou estabelecido que seriam dois oficiais: um do Corpo da Armada e outro do *Corpo de Fuzileiros Navais*, sendo indicado o então Capitão-Tenente Fuzileiro Naval Danilo Pinto Montenegro.

Essa foi a primeira de uma série de participações brasileiras que contaram com oficiais Fuzileiros Navais como observadores militares da ONU, o que se tornou uma tradição do CFN a partir da década de 1980.

## *Reorganização do Corpo de Fuzileiros Navais*

Em 1968, o Corpo de Fuzileiros Navais foi reorganizado dentro da estrutura básica da Marinha e, através do Decreto no 62.860, de 18 de junho do mesmo ano, foi criado o Comando-Geral da Corporação, com sede na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro.

## *1968 - 1975 Operação Veritas*

A partir das experiências das primeiras operações anfíbias realizadas no Brasil desde 1958, desenvolveu-se uma operação conjunta entre o Corpo de Fuzileiros Navais e o USMC (*United States Marines Corps*), o *Corpo de Fuzileiros Navais* dos Estados Unidos. Inicialmente, a operação foi batizada com o nome de “Operação Caribe”, sendo posteriormente rebatizada como VERITAS, a primeira de uma série de operações que seriam reeditadas anualmente, na ilha de Vieques, em Porto Rico.

Todas as operações da série VERITAS, num total de oito, configuraram uma importante oportunidade para o *Corpo de Fuzileiros Navais* testar e complementar o preparo técnico-profissional de seus oficiais e praças, sobretudo na medida em que pôde compartilhar experiências com os fuzileiros navais norte-americanos, bem como de outras nacionalidades.

## *Criação do posto de Almirante-de-Esquadra Fuzileiro Naval*

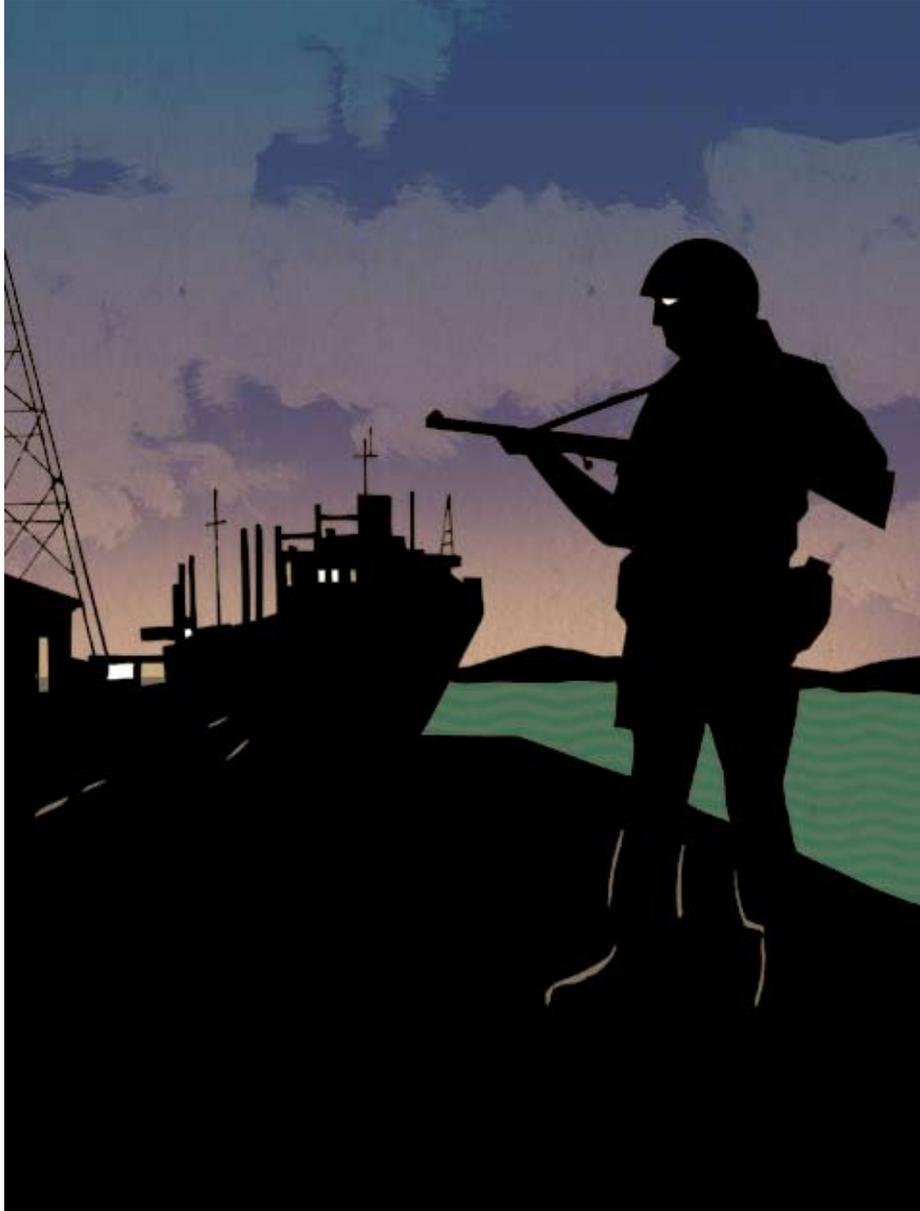
Em 27 de outubro de 1980, a trajetória do *Corpo de Fuzileiros Navais* foi balizada por um marco histórico. Pela Lei nº 6.836, foi criado o posto de Almirante-de-Esquadra Fuzileiro Naval, que, como Comandante-Geral, passou a ser subordinado diretamente ao Ministro da Marinha, com assento no Almirantado.

O Ministro da Marinha à época, Almirante Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, em sua Exposição de Motivos nº 080 ao Presidente da República, em 20 de agosto de 1980, ressaltou que o *Corpo de Fuzileiros Navais* já havia atingido um quarto do contingente da Marinha e, devido a suas peculiaridades administrativas e operativas, requeria tratamento específico, sendo conveniente que seu Comandante-Geral participasse diretamente nas decisões da cúpula da Marinha. Desse modo, foi promovido o primeiro Almirante-de-Esquadra Fuzileiro Naval, Domingos de Mattos Cortez, que comandou o CFN de 17 de dezembro de 1977 a 20 de dezembro de 1984.

*Período de 1958-2008*



*1968-1975 Operação Veritas*



1985-1987 Operações de Segurança dos Portos

## 1985 - 1987 Operações de Segurança dos Portos

Sempre que se fez necessário, os Fuzileiros Navais foram chamados a intervir em portos para a garantia da ordem e da segurança. Ao longo dos anos 80, o país conviveu com uma série de movimentos grevistas, principalmente da categoria portuária.

Algumas paralisações no setor marítimo, que interessava especificamente à Marinha do Brasil, inviabilizaram o fluxo de abastecimento de gêneros alimentícios e matérias-primas essenciais às populações localizadas em diversas regiões brasileiras, as quais dependiam exclusivamente dos suprimentos vindos desses portos. Após serem esgotadas as atribuições relativas de outros Ministérios, coube à Marinha a adoção de providências, culminando nas “Operações de Segurança dos Portos”, levadas a termo pelo *Corpo de Fuzileiros Navais*.<sup>59</sup>

Em 1987, os Fuzileiros Navais ocuparam os principais portos brasileiros com a finalidade de garantir a segurança dos navios, auxiliar as operações de carga e descarga, além de impedir a ação de piquetes. A greve de marítimos de empresas particulares e da Frota Nacional de Petroleiros (FRONAPE), iniciada pouco antes, paralisou quase duzentos navios em mais de trinta portos de todo o país, afetando o abastecimento de trigo, petróleo e sal, bem como as exportações de café e de minérios.

<sup>59</sup> CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS. Combatentes Anfíbios do Brasil. Rio de Janeiro: Action Editora, 2008. pp.32-33.

### 1989 Operações Externas de Paz

Em 1989, o *Corpo de Fuzileiros Navais*, cooperando com a Organização das Nações Unidas (ONU), voltou a integrar as Forças de Paz Internacionais, por meio de Observadores Militares e de contingentes de tropa.

A participação dos Fuzileiros Navais intensificou-se em várias missões de manutenção da paz patrocinadas pela ONU. O Corpo de Fuzileiros Navais esteve presente em complexas e arriscadas operações em diversos países e conflitos internacionais, tais como:

- Angola (UNAVEM – 1989/1998);
- Nicarágua / Honduras (ONUCA – 1990/1992);
- Honduras / El Salvador (ONUCA / ONUSAL – 1992);
- El Salvador (ONUSAL – 1992/1993);
- Moçambique (ONUMOZ – 1992/1995);
- Ex-Iugoslávia (UNPROFOR – 1992/1995);
- Uganda / Ruanda (UNOMUR – 1993);
- Macedônia (UNPREDEP – 1996/1997);
- Eslovênia Oriental / Croácia (UNTAES – 1996/1998);
- Honduras / Costa Rica / Nicarágua / Timor Leste (UNMISSET – 2000/2007);
- Costa do Marfim (UNOCI – 2004/2007);
- Libéria (UNMIL – 2003/2007);
- Nepal (UNMIN – iniciada em 2007).

Sob a responsabilidade da Organização dos Estados Americanos (OEA), os Fuzileiros Navais executaram missões na questão da fronteira entre Peru e Equador (MOMEP – 1995/1997), e, atualmente, participam da Missão de Assistência na Remoção de Minas da Junta Interamericana de Defesa e das Missões de Assistência para a Remoção de Minas na América Central (MARMINCA, desde 1994) e na América do Sul (MARMINAS, desde 2003).

Essas comissões proporcionaram uma significativa bagagem de conhecimentos profissionais aos militares do *Corpo de Fuzileiros Navais*, tais como experiências em relacionamento internacional, negociações e mediações entre partes conflitantes, exposições a risco, entre outras, contribuindo sobremaneira para o aprimoramento profissional dos Fuzileiros Navais brasileiros.<sup>60</sup>

<sup>60</sup> Idem, p.33.



1992 Operação ECO-92

### 1992 Operação ECO-92

Em 1992, no Rio de Janeiro, Chefes de Estado de quase todos os países do mundo reuniram-se para decidir que medidas tomar para conseguir diminuir os danos ao meio ambiente e garantir a existência das próximas gerações. O objetivo principal era buscar meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e a proteção dos ecossistemas da Terra, além de introduzir o conceito de “desenvolvimento sustentável”, um modelo de crescimento econômico mais apropriado ao equilíbrio ecológico.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992, ficou também conhecida pelos nomes de ECO-92, Rio-92, Cúpula e Cimeira da Terra.

Durante essa Conferência, os Fuzileiros Navais planejaram e executaram a guarda das instalações, guarneceram a segurança interna do evento e escoltaram Chefes de Estado e demais autoridades.

### 1994 - 1995 Operação Rio

No final de 1994, a situação de grande insegurança vigente no Rio de Janeiro acarretou a determinação, pelo Presidente da República, do emprego das Forças Armadas, após solicitação do Governo Estadual.

Como resultado, ocorreu o emprego pioneiro da Marinha do Brasil em contexto de segurança integrada, constituindo-se, basicamente, de ações de combate e do tipo polícia em área urbana, principalmente em locais onde as forças policiais vinham encontrando dificuldades de acesso.

Seu planejamento exigiu boa dose de criatividade e capacidade de improvisação. O *Corpo de Fuzileiros Navais*, como tropa adestrada e versátil, superou as dificuldades, tendo sido bastante significativa a participação dos seus componentes. Vale ressaltar que, em determinadas operações, chegou a ser empregada uma Brigada Anfíbia.<sup>61</sup>

### 1995 Embaixadas do Brasil no exterior

Uma das mais antigas atribuições do *Corpo de Fuzileiros Navais* é a de oferecer segurança eficaz aos quartelamentos e locais de interesse da Marinha do Brasil. No ano de 1995, o Ministério das Relações Exteriores resolveu atribuir aos Fuzileiros Navais a responsabilidade pela segurança da Embaixada do Brasil na Argélia e, em 1996, no Paraguai. Atualmente, os Fuzileiros estão presentes nas Embaixadas do Brasil na Bolívia, no Paraguai e no Haiti.

Na segurança de inúmeros prédios do poder público federal, em diversas cidades do País, os Fuzileiros Navais também estão presentes, atentos à manutenção da ordem.

<sup>61</sup> Idem, p.34.



1994 - 1995 *Operação R o*

### 1995 - 1997 *Missão das Nações Unidas em Angola (UNAVEM)*

Após a fragmentação do Bloco Soviético e o término da Guerra Fria, a comunidade internacional inquietou-se com os problemas políticos e humanitários da África. Era aflitiva a situação de Angola e de Moçambique (havia, inclusive, a presença de estrangeiros na guerra civil angolana), além de preocupantes os movimentos para a independência da Namíbia.

Em Angola, os conflitos surgiram em 1975, quando o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), com o apoio das autoridades portuguesas, proclamou a independência, assumindo o governo do país. Os descontentamentos impulsionaram a adesão à luta armada pelos demais movimentos de libertação, particularmente da União para a Libertação Total de Angola (UNITA) e da Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA).

Em janeiro de 1989, Observadores Militares chegaram a Luanda para verificar o regresso das tropas cubanas em solo angolano. Em maio de 1991, finalizou-se com êxito a retirada das tropas cubanas, com cerca de noventa mil homens, equipamentos e armas de apoio. Nessa Operação de Paz, as tropas brasileiras participaram apenas com Observadores Militares – o efetivo não excedeu a uma centena de oficiais, e o CFN esteve presente com um Observador Militar.

Com a ampliação da Força de Paz, composta por 24 países, o Brasil participou com um grupo de oficiais do *Corpo de Fuzileiros Navais*, que desempenhou todas as tarefas inerentes à função de Observador Militar das Nações Unidas.

Em novembro de 1995, o Brasil atuou no terceiro contingente da UNAVEM com uma Companhia de Fuzileiros Navais, que desembarcou em Lobito e estabeleceu sua base em Chitembo, planalto central do país, localizado na região de Kuito, onde ocorreram os principais combates entre as Forças Armadas Angolanas e a UNITA.

Essa Companhia de Fuzileiros Navais, reforçada por um Pelotão de Engenharia, recebeu, entre outras, as seguintes tarefas: segurança da área de aquartelamento, próxima à cidade de Chitembo, e de equipamentos, armamentos e munições recolhidas; realização de escoltas e patrulhas; estabelecimento de postos de controle e observação; proteção aos cinco mil membros das forças militares da UNITA e seus familiares; limpeza de campos de minas nos canteiros de obras e nas áreas de operação, bem como destruição de engenhos encontrados que apresentaram falhas; reconhecimentos de engenharia em estradas; avaliação técnica em pontes destruídas e lançamentos de pontes metálicas.

Nesse contingente, um Fuzileiro Naval morreu, vítima de uma emboscada praticada por saqueadores, quando escoltava viaturas civis carregadas de mantimentos.<sup>62</sup>

<sup>62</sup> CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS. *Combatentes Anfíbios do Brasil*. Action Editora: 2008. pp.34-35.



1995 - 1997 *Missão das Nações Unidas em Angola (UNAVEM)*

### *Criação do Ministério da Defesa*

Com a criação do Ministério da Defesa, em 10 de junho de 1999, foi extinto o Ministério da Marinha e criado o Comando da Marinha, ao qual fica subordinado o Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais.

### *1999 Evacuação do Presidente do Paraguai*

Em março de 1999, o Paraguai se encontrava à beira de uma convulsão social, com instabilidade política e profundos reflexos no campo econômico. Os confrontos entre as facções radicais tornaram-se cada vez mais constantes.

Motivado pela preocupante situação na capital paraguaia, o Embaixador Brasileiro naquele país solicitou um reforço para o Destacamento de Segurança de Fuzileiros Navais da Embaixada do Brasil em Assunção, capital do Paraguai. O efetivo do Destacamento, com quatro cabos e um sargento, passou a contar com onze cabos e dois sargentos.

No ápice da crise, causado pelo assassinato do vice-presidente, Luís María Argaña, o presidente paraguaio, Raúl Alberto Cubas Grau, foi obrigado a renunciar. Em seguida, pediu asilo diplomático ao Embaixador do Brasil. O governo brasileiro concedeu asilo político ao ex-presidente e enviou uma aeronave da Força Aérea Brasileira para efetuar sua retirada. Um destacamento de Fuzileiros Navais recebeu a missão de deslocar-se do Rio de Janeiro para Assunção, em aeronave da Força Aérea Brasileira, e evacuar o ex-presidente e sua família para Brasília.

No deslocamento para a Base Aérea de Assunção, formou-se um comboio com quatro viaturas diplomáticas, nas quais foram transportados o Embaixador do Brasil e o ex-presidente paraguaio e sua família. Também embarcados nas viaturas, seguiram os Fuzileiros Navais do Destacamento de Segurança.

No final da operação, o Embaixador Brasileiro disse estar impressionado com a participação dos Fuzileiros Navais, o que motivou elogios e agradecimentos a todos os envolvidos na missão.

A participação dos Fuzileiros Navais, com vistas à busca da normalidade política no país vizinho, caracterizou o respaldo e a contribuição da Marinha do Brasil para a diplomacia, na condução da política externa brasileira em um momento bastante crítico.<sup>63</sup>

<sup>63</sup> O Anfíbio: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais. n.25. 2006. pp.100-102.



*1999 Evacuação do Presidente do Paraguai*

### 2004 Evacuação de não-combatentes no Haiti

Por solicitação do Ministério das Relações Exteriores, o Comandante da Marinha determinou o acionamento de um Destacamento de Segurança de Embaixada devido à situação conturbada que se observou, no início do ano de 2004, na República do Haiti. Em 26 de fevereiro de 2004, após receber diretiva do Comandante da Marinha, o Comandante-Geral do CFN expediu uma Ordem de Movimento constituindo um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais a ser empregado com o propósito de garantir a integridade física dos cidadãos brasileiros e das instalações diplomáticas na capital daquele país.

O Grupo-Tarefa de Segurança e Evacuação foi organizado em duas Unidades-Tarefa: uma para a segurança da Embaixada, da Chancelaria e do Corpo Diplomático, e outra para a segurança dos nacionais não-combatentes que regressariam ao Brasil.

No dia seguinte, dezesseis horas após o recebimento da missão, o Grupo-Tarefa, composto de um oficial e quinze praças Fuzileiros Navais, estava na Base Aérea do Galeão pronto para embarcar com armamentos, munições, equipamentos de comunicações, medicamentos, rações, gêneros e água potável para vinte dias. O Grupo-Tarefa foi recebido no aeroporto de Porto Príncipe, capital do Haiti, pelo Embaixador do Brasil naquele país, que coordenou o embarque dos nacionais não-combatentes para o retorno ao Brasil, uma vez que a aeronave da FAB não poderia permanecer no solo por muito tempo.

Tendo em vista as condições locais, a Unidade-Tarefa de Evacuação permaneceu no Haiti, com a aprovação do Embaixador, para reforçar a segurança da Embaixada do Brasil e do corpo diplomático creditado naquele país, garantindo a integridade física dos cidadãos brasileiros e das instalações da Embaixada e da Chancelaria.

Em função da evolução dos acontecimentos, o término da missão foi prorrogado para 29 de maio. Parte do efetivo ficou em Porto Príncipe como Destacamento de Segurança de Embaixada, sob controle administrativo do Estado-Maior da Armada (EMA), e o restante dos militares retornou ao Brasil, encerrando a comissão.<sup>64</sup>

A prontificação operativa dos Fuzileiros Navais permitiu ao País uma resposta rápida e organizada na retirada dos brasileiros do Haiti.

<sup>64</sup> O Anfíbio: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais. 2004. a. XXIV. n.23. pp.3-4.



2004 *Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH)*

### 2004 Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH)

Dentre as operações internacionais recentes do CFN, consta a participação na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH), estabelecida desde junho de 2004, por meio da resolução nº 1.542 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, em razão da atuação de movimentos armados que levaram o presidente do Haiti a deixar o país.

Essa missão é composta por contingentes de vários países e tem características multidimensionais, compreendendo componentes militares, de direitos humanos, de polícia, de desarmamento e de assessoria eleitoral, a fim de gerar condições para a estabilização e o incremento da segurança no Haiti. O objetivo dos contingentes militares da MINUSTAH é a manutenção de um ambiente sólido e duradouro para que os objetivos políticos e de direitos humanos da missão possam ser atingidos.

No mesmo ano, os Fuzileiros Navais foram mais uma vez chamados a participar da promoção da paz. Como aconteceu em outras oportunidades, o *Corpo de Fuzileiros Navais* operou com o Exército Brasileiro em uma estrutura inicial de Unidade Anfíbia. Essa unidade substituiu os fuzileiros norte-americanos, ao norte de Porto Príncipe, e teve como tarefa: patrulhar a área de operações; estabelecer área de segurança entre partes oponentes; monitorar violações do cessar-fogo; dirigir negociações; escoltar comboios de ajuda humanitária; proteger propriedades da ONU; monitorar dispersão de grupos armados particulares e irregulares; e realizar escolta de autoridades e missões específicas. No cumprimento de sua missão, a Unidade Anfíbia tinha o direito de autodefesa, com uso moderado da força contra qualquer elemento adverso.

Na MINUSTAH, a Marinha do Brasil se faz presente, sobretudo, através dos Fuzileiros Navais. Atualmente, integra o contingente brasileiro um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais do tipo Elemento Anfíbio, com 230 militares, que são semestralmente substituídos. Os navios da Marinha do Brasil transportam as tropas e as viaturas, além de diversos materiais e equipamentos da própria Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro.

O Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais efetua também outras tarefas, tais como: patrulhas a pé e em viaturas, em vias urbanas e rurais; inspeções em automóveis e pedestres em busca de armas e drogas; apoio e segurança às eleições; controle de distúrbios e manifestações perturbadoras da ordem e da segurança; investidas contra locais de atividades criminosas; ajuda humanitária, distribuindo remédios e alimentos em estabelecimentos designados pela ONU; segurança do porto, do aeroporto e de instalações sensíveis; segurança de autoridades haitianas; segurança e escolta a diversas autoridades militares e civis brasileiras e de outros países em visita àquele país.<sup>65</sup>

Após quase quatro anos no Haiti, a contribuição dos Fuzileiros Navais já pôde ser percebida pela população e pelos contingentes dos demais países participantes da MINUSTAH, em vista de seu acentuado profissionalismo e da grande eficiência de suas ações. Entre suas maiores realizações, verifica-se a quantidade de armas e drogas apreendidas e o resgate de pessoas submetidas a confinamento pelas gangues haitianas. Acrescentam-se, ainda, as diversas prisões de membros pertencentes a essas gangues. Tais ações contribuíram, por exemplo, para: o restabelecimento de serviços, como a coleta de lixo urbano e o policiamento; a recuperação

<sup>65</sup> Disponível em: <[www.mar.mil.br/comffe](http://www.mar.mil.br/comffe)>. Acessado em 29 de julho de 2008.

de parte das ruas, principalmente na capital; e a redução dos índices de violência. Entretanto, a contribuição de maior significado nessa missão dos Fuzileiros Navais foi o apoio à realização das eleições presidenciais e parlamentares.<sup>66</sup>

Os Fuzileiros Navais treinam para a guerra e sua capacidade profissional pode ser determinante para o restabelecimento da paz. Ser um integrante das missões da ONU não é tarefa simples, pois requer preparo, especialização profissional e dedicação. As operações decorrentes da situação no Haiti mostraram o grau de prontidão, versatilidade e flexibilidade dos Combatentes Anfíbios. A pronta resposta com pessoal qualificado e material apropriado está entre os fatores que têm contribuído para o êxito da missão.

Os Fuzileiros Navais continuam no Haiti, colaborando com a Força de Paz nos dias atuais.

---

<sup>66</sup> CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS. *Combatentes Anfíbios do Brasil*. Action Editora: 2008. pp.36-37.

---

*Ano do Bicentenário  
do Corpo de Fuzileiros Navais*

---

2008



O cenário político-militar mundial aponta imperativamente para a necessidade de forças de reação rápida que disponham de meios atualizados para o emprego em ações que exijam mobilidade, flexibilidade, e versatilidade. Dentro desses parâmetros, o papel das Forças Anfíbias se destaca na Força Naval.

A principal característica do *Corpo de Fuzileiros Navais* é a capacidade de se estruturar em organizações por tarefas, constituindo grupamentos operativos adequados às missões a serem efetuadas.

O quadro de oficiais do CFN é oriundo da Escola Naval, além de concursados do meio civil universitário e dos selecionados ao longo da carreira de praça. A corporação conta hoje com quinze mil militares, todos voluntários, que, após a formação básica, são submetidos a uma sistemática combinação de instrução e adestramento visando à prontidão operativa nas missões e no combate, nas áreas mais diversificadas e sob diferentes condições climáticas.

Os Combatentes Anfíbios, embarcados em navios de guerra, na defesa da Amazônia Azul, servindo na tropa, integrando unidades aéreas, participando de missões da Organização das Nações Unidas, guarnecendo estabelecimentos navais, vivendo na Floresta Amazônica, no Pantanal Mato-Grossense e até nos gelados campos da Antártica mantêm a determinação, a disciplina e o espírito de corpo e estarão sempre prontos a cumprir a missão recebida.

Parcela essencial da Marinha do Brasil, o *Corpo de Fuzileiros Navais*, ostentando diversas denominações ao longo de sua trajetória, desde 1808 se faz presente nos momentos mais significativos da História Nacional. O espírito aguerrido que motivou os Fuzileiros Navais de ontem é um exemplo para os de hoje.

Os oficiais e praças Fuzileiros Navais constituem o maior patrimônio do *Corpo de Fuzileiros Navais*, sendo a espinha dorsal da instituição. Atentos ao futuro, à capacidade de identificar e cultivar as competências que se consolidaram ao longo de sua trajetória de duzentos anos e ao elevado espírito de corpo, os Fuzileiros Navais cultuam suas tradições e homenageiam os seus mortos em combate, protagonistas anônimos perante a História, num memorial edificado no pátio central da Fortaleza de São José da Ilha das Cobras.

A história do *Corpo de Fuzileiros Navais* evidencia uma organização militar irmanada pelo espírito de corpo e pelo ideal de um Brasil em paz, livre e soberano, pelo qual 1.622 Fuzileiros Navais deram suas vidas.

*ADSUMUS!*



## Referências Bibliográficas

Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro: LAEMMERT. 1851.

BITTENCOURT, Armando de Senna. *Da Marinha de Portugal forma-se uma Marinha para o Brasil, 1807 a 1823*. Disponível em: <[http://www.casadatorre.org.br/forma-se\\_a\\_marinha\\_do\\_brasil.pdf](http://www.casadatorre.org.br/forma-se_a_marinha_do_brasil.pdf)>. Acessado em: 25 de abril de 2008.

BOITEUX, L. Alexandre. *Nossas Campanhas Navais*.

CHIAVENATO, Júlio José. *A hora da desforra*. In: Revista História Viva. Duetto Editorial: n.45. jul/2007.

CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS. *Combatentes Anfíbios do Brasil*. Rio de Janeiro: Action Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. *Combatentes Anfíbios do Brasil*. Rio de Janeiro: Action Editora, 1998.

LEIVAS, Luís Cláudio Pereira; GOYCOCHÊA, Luís Felipe de Castilhos. *A Conquista de Caiena*. In: História Naval Brasileira. v.2. t.II.

MARQUES, Antero José. *Livro Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. ed.2.

MARTINS, Hélio Leôncio. *A Marinha Brasileira no período entre as Guerras (1918-1942)*. In: História Naval Brasileira. v.5. t.II.

\_\_\_\_\_; BOITEUX, Lucas Alexandre. *Campanha Naval na Guerra da Cisplatina*. In: História Naval Brasileira. v.3. t.I.

O ANFÍBIO: *Revista do Corpo de Fuzileiros Navais*. n.60. jun/1968.

\_\_\_\_\_. n.62. dez/1969.

\_\_\_\_\_. n.64. abr-mai/1972.

\_\_\_\_\_. n.65. jun-jul/1972.

\_\_\_\_\_. n.66. mar/1973.

\_\_\_\_\_. n.70. mar/1974.

\_\_\_\_\_. n.71. abr/1974.

\_\_\_\_\_. n.76. set-out/1975.

\_\_\_\_\_. Edição Histórica: 1988.

\_\_\_\_\_. a.XVII. n.16. 1996/97.



\_\_\_\_\_. Edição Histórica: 1998.

\_\_\_\_\_. a. XXIV. n.23. 2004.

\_\_\_\_\_. n.25. 2006.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Zélio Valverde, 1943. v.2. ed.1.

SOUZA, Marcelo da Cunha e. *O Batalhão de Marinha na Operação de Guerra em Cunha 1932*. In: *O Anfíbio: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais*.1994. n.14.

VALE, Brian. *Ação da Marinha na Confederação do Equador*. In: *História Naval Brasileira*. v.3. t.1.

Esta obra foi composta em Timeless e Lucida Calligraphy, e  
impressa em couchê matte 230g (capa) e papel couchê matte 115g (miolo)  
pela Agência 2A Comunicação para o Corpo de Fuzileiros Navais em dezembro de 2008.

# Brasil. Toda força à frente.

## Revitalização da indústria naval.

Não adianta só descobrir a maior província de petróleo e gás da nossa história. É preciso ter tecnologia e infra-estrutura para explorá-la. A Petrobras sempre investiu nisso e agora está encomendando a construção de 216 navios e 55 plataformas.



## Crescimento e oportunidades.

O incremento da frota vai gerar mais de 100 mil empregos. Os investimentos são da ordem de R\$ 68 bilhões e vão criar muitas outras oportunidades. Uma indústria naval maior e mais forte, do tamanho do nosso litoral.

**Bem-vindo a uma nova era de desafios.**



O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

Ministério de Minas e Energia



[www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)





Patrocínio



**PETROBRAS**

